

INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA
TESE DE MESTRADO EM PSICOLOGIA EDUCACIONAL

DM
BALA.

Maria Leonor Janeiro Segurado de Falé Balancho



O novo papel do pai na educação dos filhos: Coparentalidade e diferenciação

ORIENTADORES: Glória Ramalho
Instituto Superior de Psicologia Aplicada
Helena Águeda Marujo
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa

Lisboa, 2001



Reg. 13169
Instituto Superior de Psicologia Aplicada
BIBLIOTECA

Ilustração da capa:
Gustav Vigeland
Homem com criança, 1953
Oslo, Vigelands Parken

AGRADECIMENTOS

Foi com imenso prazer e entusiasmo que me propus fazer este trabalho. A exigência que lhe atribuí tornou difícil o seu término, mas a minha energia e confiança foram redobradas pelas fantásticas pessoas que ao longo da sua elaboração me apoiaram.

À Profª Drª Glória Ramalho quero agradecer pelo estímulo e sabedoria que me mostrou na definição das directrizes claras e sagazes ao longo das muitas horas que dedicou a este trabalho.

À Profª Drª Helena Águeda Marujo o meu reconhecimento pelo incentivo e reflexão cuidada, fruto da sua sapiência, assim como da disponibilidade que teve para pensar comigo e abrir novos horizontes.

Ao Prof. Michael Lamb, em representação dos inúmeros autores que de vários países do mundo não deixaram de me apoiar, quando lhes solicitei ajuda literária, para todos eles o meu muito obrigada.

Aos pais, avós e crianças que me deixaram entrar na sua maneira de olhar o mundo da paternidade, e se dispuseram a dar tempo para reflectir em conjunto sobre as suas vidas e emoções mais fundas, o meu agradecimento reconhecido.

Às escolas que disponibilizaram espaço e meios humanos agradeço terem acreditado que valia a pena pensar a sério sobre o novo pai.

A todos os que ofereceram preciosas ajudas e inigualáveis contributos, no Instituto Superior de Psicologia Aplicada e na Escola Superior de Educação João de Deus, expresso a minha gratidão.

Ao Domingos, que nunca deixou de acreditar que eu era capaz de chegar ao fim, e que sempre se orgulhou da minha caminhada pessoal, com amor e admiração, o meu carinhoso obrigada.

Ao Pedro, pela forma divertida e até sarcástica como, à sua maneira, também acreditou em mim, deixo a minha maternal gratidão.

Ao Nuno, meu salvador das novas tecnologias, agradeço com doçura e deixo o exemplo.

RESUMO

A paternidade é um processo dinâmico, influenciado por factores históricos, culturais, sociais, pessoais, familiares. As relações deste processo com a maternidade e com as funções e expectativas sociais associadas ao homem e à mulher são óbvias, e as mudanças que têm surgido nestas áreas questionam se houve efectivas e concomitantes transformações na forma de ser pai. A indiscutível importância e impacto do pai na vida dos filhos, e a ausência clara do homem na educação da prole na era pós industrial - hoje tão bem documentadas pela investigação científica - estimulam a necessidade de perceber se e quanto o pai de hoje está mais conscientemente envolvido na vida dos filhos.

A presente investigação busca uma comparação intergeracional da percepção do papel do pai na educação dos filhos e a tentativa de compreensão da estabilidade ou da transformação nos últimos 40/50 anos no desempenhar dessa função. Debruça-se sobre as perspectivas relativas à paternidade de pais, avós e crianças. Pretende caracterizar as percepções relativas aos significados, funções e valorações inerentes à actual paternidade, na sociedade portuguesa e num grupo social e económico específico, comparativamente com as significações, funções e valorações dos seus ascendentes e dos seus descendentes. Estuda assim o discurso descritivo de um grupo de pais (com idades compreendidas entre os 33 e os 42 anos), da geração anterior à sua (os seus próprios pais, agora avós, e com idades compreendidas entre os 59 e os 81 anos) e da geração a que deu vida (os seus próprios filhos, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos).

A partir destas percepções avalia como cada um vê, vivência, experimenta, experimentou ou imagina experimentará a paternidade, para identificar e particularizar

eventuais mudanças ao longo das últimas duas gerações, indo em busca de um possível novo pai, diferente e renovado.

São objectivos do estudo que os pais portugueses podem usufruir do conhecimento de qual é a sua actual identidade, o que mudou – se mudou – na forma de ser pai, e para onde querem caminhar no desempenhar dessa função; que os cientistas sociais precisam perceber se a mudança na forma de ser pai – de passivo a activo, de periférico a central, de distanciado a íntimo, de disciplinador a agente de amor – é uma realidade ou mera intenção associada às expectativas sociais; que as mães precisam saber se devem esperar e catapultar mudanças ou desacreditar na utopia de um pai diferente; e que a sociedade em geral, e nela em particular aqueles que são responsáveis pelas políticas sociais, precisa perceber quanto as estruturas laborais, legais, económicas e familiares devem ser um suporte firme, e não mais um entrave ao crescimento de um pai envolvido, interveniente e disponível na relação com a sua prole.

Para recolher os dados foram realizadas³⁶ entrevistas semi-directivas (12 a avós, 12 a pais e 12 a filhos) e utilizada uma abordagem qualitativa fenomenográfica para as analisar.

Os resultados encontrados vão no sentido de confirmar uma transformação na concepção da paternidade. Assim, o pai da actualidade é considerado importante, por vezes mesmo visto como fundamental e insubstituível, e é descrito como mais afectivo, mais activo, mais envolvido, mais dialogante, mais aberto, mais compreensivo, mais descontraido e mais democrático do que o pai da anterior geração. Define-se e é definido como partilhando com a esposa, de forma intermutável, as tarefas da família, em particular as domésticas e as de educação dos filhos, o que contrasta com as auto definições dos pais da geração anterior, que consideram ter partilhado pouco esse tipo de tarefas com a mulher. O pai actual obtém um grande prazer com as actividades

lúdicas e de expressão afectiva com os filhos, sentimentos em que é plenamente correspondido pela sua prole. Considera que os aspectos que melhor definem a paternidade actual é a expressão de afecto e a função educativa/formativa junto dos filhos. A função de “ganha pão” é completamente subvalorizada na imagem actual que o pai moderno, do grupo que estudámos, tem de si e é substituída por uma imagem de afectividade, educação e brincadeira. Pais actuais e filhos pequenos estão tendencialmente em consonância naquilo que pensam sobre a paternidade, mais do que acontece entre os pais e os avós. A excepção a esta regra surge quando comparam o pai contemporâneo com o pai da geração passada.

Desejamos que, apesar da sua pequenez e insignificância, e perante a quase ausência, em Portugal, de estudos empíricos que acompanhem a exuberância da investigação internacional sobre a paternidade, o presente trabalho possa ajudar a perceber o que se tem passado com o pai português nos últimos anos e para onde caminham, na forma de ser, reagir, sentir, pensar, aqueles que, no masculino, deram e estão a dar vida ao futuro.

Índice

Resumo

Agradecimentos

I - Introdução	1
O papel do pai na actualidade: se mudou, que mudanças?	1
 II - Intenções do Estudo	 5
1. Importância, actualidade e implicações familiares e sociais do tema	5
2. Questões de investigação	6
 III – Contextualização Teórica da Paternidade	 8
1. O conceito de pai ao longo da história	8
1.1. A pré-história da paternidade	10
1.1.1. Paternidade nos primatas	10
1.1.2. Paternidade nos humanos primitivos	12
1.1.3. Paternidade na era pré-industrial	14
1.2. Caracterização da paternidade moderna	17
1.2.1. Importância da paternidade	24
1.2.2. Paternidade e maternidade: desequilíbrio, complementaridade ou igualitarismo?	31

1.2.3. As tensões de ser pai	38
1.2.4. As tensões de não ser pai	40
1.2.5. A ausência do pai na vida dos filhos	41
2. Significados do conceito de paternidade	49
3. Paternidade e masculinidade: novos formatos na gestão de emoções	52
4. Paternidade e cultura: especificidade e comunidades	58
5. Paternidade, relação com os filhos e cuidados diários	65
6. Influência do pai no desenvolvimento cognitivo, motivacional e social dos filhos	71
7. Paternidade activa e positiva como um factor protector, promocional de um desenvolvimento harmonioso	82
8. Paternidade como um factor de risco no desencadear de desajustamentos nos filhos	85
9. Paternidade hoje, filiação ontem: impacte da relação com os próprios pais no actual desempenho do papel de pai	87

IV – Metodologia 91

1. Enquadramento conceptual justificativo das opções metodológicas	91
1.1. Escolhas, razões e intenções metodológicas	91
1.2. Critérios de escolha da amostra	98
1.3. Acessibilidade aos dados e tomadas de decisão	101
2. Caracterização da amostra	103
3. Instrumentos utilizados	113
4. Procedimentos de recolha dos materiais empíricos	116

V - Apresentação, Análise e Interpretação dos Resultados 122

1. Tema 1 - Conceito de pai	122
2. Tema 2 - Prazer de ser pai	136
3. Tema 3 - Satisfação com a imagem do pai	143
4. Tema 4 - Importância da paternidade	158
5. Tema 5 - Definição das funções do pai e da mãe	165
6. Tema 6 - Diferenças e semelhanças entre duas gerações de pais	176

VI - Conclusões e Impacte do Estudo 189

VII – Referências Bibliográficas 205

VIII – Índice dos Anexos

Anexo A - Carta enviada aos pais	219
Anexo B - Guião das entrevistas aos pais	220
Anexo C - Guião das entrevistas aos filhos	222
Anexo D - Guião das entrevistas aos avós	224
Anexo E - Quadro referente ao número de ocorrências do Tema 1	226
Anexo F - Quadro referente ao número de ocorrências do Tema 2	227
Anexo G - Quadro referente ao número de ocorrências do Tema 3	228
Anexo H - Quadro referente ao número de ocorrências do Tema 4	230
Anexo I - Quadro referente ao número de ocorrências do Tema 5	231
Anexo J - Quadro referente ao número de ocorrências do Tema 6	232

Índice dos Quadros

Quadro n.º 1 – Referente a idade dos sujeitos da amostra	104
Quadro n.º 2 – Referente ao numero de filhos	104
Quadro n.º 3 – Referente aos anos de casados	105
Quadro n.º 4 – Referente à composição do agregado familiar	106
Quadro n.º 5 – Identificação e caracterização da amostra dos pais	107
Quadro n.º 6 – Identificação e caracterização da amostra dos filhos	109
Quadro n.º 7 – Identificação e caracterização da amostra dos avós	111
Quadro n.º 8 – Caracterização e ilustração do Tema 1	123
Quadro n.º 9 – Tabela de resultados do Tema 1	125
Quadro n.º 10 – Caracterização e ilustração do Tema 2	137
Quadro n.º 11 – Tabela de resultados do Tema 2	139
Quadro n.º 12 – Caracterização e ilustração do Tema 3	147
Quadro n.º 13 – Tabela de resultados do Tema 3	150
Quadro n.º 14 – Caracterização e ilustração do Tema 4	159
Quadro n.º 15 – Tabela de resultados do Tema 4	161
Quadro n.º 16 – Caracterização e ilustração do Tema 5	166
Quadro n.º 17 – Tabela de resultados do Tema 5	168
Quadro n.º 18 – Caracterização e ilustração do Tema 6	177
Quadro n.º 19 – Tabela de resultados do Tema 6	180

I - INTRODUÇÃO

O papel do pai na actualidade: se mudou, que mudanças?

“A perícia de um cirurgião, a argumentação de um advogado, a diplomacia de um embaixador, a perspicácia de um académico, o coração de um padre... é aquilo que é preciso para ser um bom pai. Alguém quer tentar?”

Rob Parsons, 1997

Desde o final do século XIX que o conceito de paternidade e a sua vivência concreta têm sido alvo de reflexões e debates. No entanto, só desde o início dos anos setenta os estudiosos investiram intensamente na temática, construindo teorias, especulando, mas sobretudo investigando, de formas progressivamente mais abrangentes e prolíferas (Lamb, 2000). Nos anos oitenta e noventa os estudos dedicaram-se essencialmente à identificação e caracterização de eventuais mudanças nos comportamentos e atitudes do pai na relação com os filhos e na vida familiar - em interface com as mudanças no papel desempenhado pelas mães, o crescimento das famílias de duas carreiras, a consequente educação da prole em instituições exteriores à família e os impactes dos novos formatos de família (Le Camus, 1995; Lamb, 1997; 1998; 2000). Os avanços da biologia da reprodução provocaram igualmente novos olhares sobre as dimensões biológica, social e psicológica da paternidade (Belo e Macedo, 1996; Sullerot, 1993). Estudar o papel do pai na actual sociedade ocidental transformou-se, assim, numa tarefa só entendível através de uma perspectiva inter e

multidisciplinar, onde a psicologia e a educação, a lei e a jurisprudência, a sociologia e a biologia genética têm assento.

Apesar dos acentuados investimentos teóricos e empíricos de todas estas ciências e domínios e das suas reflexões e implicações conjuntas e parcelares, a dúvida paira hoje sobre se as mudanças são insignificantes, superficiais e mínimas, sem impacte real, ou se há de facto mudanças no papel do pai, oscilando-se entre uma discurso académico dominante e um discurso social inovador e abrangente (Le Camus, 1997; Coney e Mackey, 1998; Lamb, 1992).

Com efeito, foram já muitos os autores que assumiram que as mudanças estruturais na família e na sociedade impuseram inevitáveis mudanças e trouxeram “um novo pai” (Belo & Macedo, 1996; Gottman & DeClaire, 1997). Contudo, não existe consonância nesta perspectiva, e são inúmeras as dúvidas quanto à existência de diferenças reais e concretas, quantitativas e qualitativas, nos seus comportamentos enquanto progenitores (Cherlin, 1998).

A visão de um possível “pai reconstruído” é entendida por alguns como não mais do que uma esperança do mundo ocidental e industrializado - quer dos grupos científicos e dos activistas sociais, quer das próprias mulheres desejosas em partilhar uma função que as sobrecarrega - e bem longe de uma realidade objectiva (Sullerot, 1993). Para esses autores, o fenómeno a que assistimos é o da “nova mulher”, entendendo que após a entrada no mundo do trabalho na década de sessenta, com uma sobrecarga de trabalho consequente à acumulação das tarefas domésticas, e ao ver-se mãe só - por escolha biológica, imposição ou divórcio - a mulher desejou, idealizou e tentou construir um novo parceiro, transformado nas suas funções familiares, e mais apoiante e interveniente na educação dos filhos.

Descrentes num pai transformado, muitos defendem mesmo que, nos últimos anos, em vez de se tornar mais próximo dos filhos e envolvido na sua vida e formação, foi sendo excluído e foi-se excluindo do papel de educador, em consequência do divórcio ou das situações de “gravidez sem pai” - seja as provenientes da fertilização in vitro ou as inerentes aos casos de mães solteiras, cada vez mais frequentes nas actuais sociedades ocidentalizadas (Amato, 1994, 1998; Gottman & DeClaire, 1997).

Mantém-se a certeza de que, ainda que possam ter acontecido algumas mudanças discretas no papel do pai nas últimas duas décadas, quando comparado com a mãe ele continua a ter uma função de menor envolvimento na socialização das suas crianças, nas tarefas diárias que dizem respeito, não só à sua educação, quanto à sua sobrevivência. Por todas estas razões, os pais foram já largamente conotados de forma negativa: como inacessíveis, insensíveis, inadequados, incompetentes e inconsistentes na imagem de que desfrutam, nas expectativas que criam e no comportamento que desempenham (Belsky, 1984; Mackey, 1985).

Neste debate surgiram ainda aqueles que consideram que a ausência ou a presença de diferenciações entre o pai das últimas gerações está essencialmente dependente das metodologias e opções de investigação utilizadas, que impedem as adequadas comparações (Lamb, 1998).

Com toda esta rede entrelaçada de posicionamentos e vivências, é certo que muitos pais ainda se vêem como tendo meramente um papel de suporte e apoio na educação dos filhos (Kelley et al., 1998), não se vislumbrando como actores principais na formação da prole. Ser soldado e ama de crianças pode ainda surgir no imaginário masculino como uma contradição insustentável, mais do que como duas formas complementares de ser homem (Mackey, 1985).

Os dados empíricos mais recentes parecem indiciar, no entanto, a complementaridade das funções, comportamentos e atitudes de pai e mãe, justificando a importância central de ambos no processo de desenvolvimento dos filhos (Labrell, 1997; Lamb, 1997a). Os resultados nesse sentido deverão ser, a nosso ver, aprofundados e tornados públicos, por forma a apoiar e estimular as possíveis débeis mudanças no envolvimento activo dos pais na educação dos descendentes. A imagem que o pai actual tem da sua função - a par da mãe e da sociedade em geral - é claramente determinante do seu comportamento e atitudes. A imagem que a anterior geração teve sobre essa função pode, a nosso ver, ajudar a compreender se há evolução e transformação, e em que sentido caminha.

Face a estes pressupostos, a presente investigação pretende caracterizar as percepções relativas aos significados, funções e valorações inerentes à actual paternidade, na sociedade portuguesa e num grupo social e económico específico, comparativamente com as significados, funções e valorações dos seus ascendentes e dos seus descendentes. Com a intenção de trazer luz sobre o tema estudar-se-à o discurso descritivo de um grupo de pais e de duas outras gerações: a anterior à sua - os seus próprios pais (agora já também no papel de avós) e a posterior à sua - os seus próprios filhos (por sua vez netos dos referidos avós). No total são 36 sujeitos, distribuídos por 12 famílias e três grupos. Dada a diminuta dimensão da amostra é nosso objectivo analisar esses três grupos e não linearmente cada uma das famílias, dado termos só 12 sujeitos de cada grupo.

A partir dessas percepções avaliar-se-á como cada um vê, vivência, experimenta, experimentou ou imagina experimentará o papel desempenhado pelo pai, para depois se identificarem e particularizarem eventuais mudanças nessas percepções e vivências ao longo das últimas 4 décadas.

II - INTENÇÕES DO ESTUDO

1. Importância, actualidade e implicações familiares e sociais do tema

Muito mudou no mundo social, cultural, laboral, escolar e familiar no decorrer das duas últimas gerações. No entanto, manteve-se inabalável uma função social na sua necessidade e importância: a educação das crianças para a preparação do futuro. Ser mãe e pai continua a ser a forma de prolongar a espécie e evitar a extinção do nosso mundo. Dar vida a seres e prepará-los para existirem com saúde física e mental não perdeu o seu impacto.

Ainda assim, as mudanças trouxeram novos formatos à forma e ao contexto de procriação e de educação. Na família, a forma de ser mãe e pai, nas culturas ocidentais, viu-se influenciada mais uma vez pela vida extra-familiar e os papéis desempenhados pelos progenitores foram-se reestruturando e recriando.

Se a maternidade mudou, é provável e possível que a paternidade tenha também mudado. Estamos em crer que para os homens, tal como para as mulheres, as transformações possam estar a ser difíceis, pesadas, confusas, e a busca de uma nova identidade do pai precise ser acompanhada e esclarecida. Os pais de hoje precisam entender onde se encontram, o que mudou ou não na sua forma de ser pais, e sobretudo para onde querem caminhar numa possível mudança. Os cientistas sociais precisam perceber se a mudança na forma de ser pai – de passivo a activo, de periférico a central – é uma realidade ou uma mera intenção associada às expectativas sociais. As mães precisam saber se devem esperar e catapultar mudanças ou desacreditar na utopia de um pai diferente.

A investigação científica mostrou com clareza, nos últimos anos, que as crianças precisam do pai para crescerem saudáveis e felizes (Gottman & DeClaire, 1997). Não que não o possam ser na sua ausência, mas seguramente o serão mais facilmente se o tiverem por perto, transportando as suas especificidades para uma relação que cresce com ele.

A sociedade, e nela em particular aqueles que são responsáveis pelas políticas sociais, precisa perceber com precisão quanto as estruturas laborais, legais, económicas e familiares devem ser um suporte firme, e não mais um entrave, ao desabrochar de um pai envolvido, activo, interveniente e disponível na relação com a sua prole.

Desejamos que, na pequenez da sua insignificância, e perante a quase ausência em Portugal de estudos empíricos que acompanhem a exuberância da investigação internacional sobre a paternidade, este trabalho possa ajudar a perceber o que se tem passado com o pai Português nos últimos 30-40 anos, e para onde caminham, na forma de ser, reagir, sentir, pensar, aqueles que, no masculino, deram e estão a dar vida ao futuro.

Questões de investigação

Este estudo busca uma comparação intergeracional da percepção do papel do pai na educação dos filhos e a tentativa de compreensão da estabilidade ou da transformação nos últimos 40 anos no desempenhar dessa função. Debruça-se sobre as perspectivas relativas à paternidade de pais, avós e crianças.

Pretende dar resposta às seguintes questões:

1. Qual será a percepção que pais, filhos e avós têm do que é a paternidade e quais as funções e importância que lhe atribuem?
2. Quais serão as experiências relacionais que provocam emoções de maior prazer e bem estar entre pais e filhos?
3. Quais as características que formam um bom pai, segundo a percepção do próprio, dos avós, dos filhos e, indirectamente, da mãe? Estão os pais satisfeitos com aquilo que são ou com aquilo que foram?
4. Quais as diferenças e semelhanças entre as funções da mãe e do pai? Haverá uma tendência clara para uma crescente partilha e indiferenciação das funções educativas e de parentalidade entre pai e mãe, contrariando uma clara diferenciação na geração dos avós?
5. Será que há diferenças intergeracionais nas percepções da função do pai? Terá mudado alguma coisa na concretização das funções da paternidade nas duas últimas gerações de pais?

III - CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DA PATERNIDADE

1. O conceito de pai ao longo da história

“Ser pai não é para os cobardes”

Dr. James Dobson

De acordo com os estudiosos do tema, o entendimento do conceito de paternidade alterou-se profundamente ao longo da história da humanidade. As suas características, expectativas e imagem social transformaram-se ciclicamente, arriscando-se alguns a dizer que o conceito e a sua concretização sofreram mais mudanças que o da maternidade.

Desde o final do século XIX que, de forma esporádica, cientistas sociais se começaram a interessar pelo estudo empírico e pela teorização da paternidade, mas só nos últimos trinta anos se denotou um sistemático investimento no estudo do tema (Booth & Crouter, 1998; Gottman & DeClaire, 1997; Lamb, 2000, in press; Peck & Peck, 1997; Sullerot, 1993). Ainda que a história da paternidade seja essencialmente coincidente com a história dos homens brancos, de classe média ou de elevada cultura, que colonizaram os Estados Unidos da América do Norte (Lamb, 2000), a acumulação da literatura foi-se fazendo com incidências diferentes ao longo de distintas etapas temporais. Estudaram-se as relações pai-filho (com especial atenção à ausência do pai ou ao seu não cumprimento das obrigações de sustento económico), as influências paternas no desenvolvimento infantil e juvenil (em áreas como os cuidados diários, a disciplina, a orientação, a educação, a identificação sexual, a brincadeira e o

companheirismo, a supervisão e a atenção) e o impacto mais global do pai na família e no clima relacional de toda a estrutura familiar, em particular a partir da relação com a mãe (Lamb, 1997 a e b).

É necessário salientar que o tipo de estudos e teorias desenvolvidos dependeram dos entendimentos momentâneos do que se esperava do pai, tendo o conceito de paternidade sido definido e operacionalizado de formas muito distintas ao longo dos anos. Há quem critique as características limitativas e estritas com que a paternidade foi encarada nalguns desses momentos, adiantando que as últimas duas décadas foram pródigas em reduzir a paternidade a aspectos demasiados específicos e a individualizá-los, esquecendo a imensidão e complexidade do conceito e das suas componentes e, muito em especial, da sua interacção (Le Camus, 1997; Lamb, in press). Tais conclusões vão no sentido de confirmar a ausência de isenção ou neutralidade das ciências sociais, e de como elas são uma construção, já que tão profundamente marcadas pela situação e contexto social e histórico que, por sua vez, também vão determinar.

Retirar sentido dos dados empíricos existentes torna-se por isso difícil, dadas as diferenças de interpretação e operacionalização do conceito. Passou-se, no mesmo período de tempo, de uma análise qualitativa da paternidade (estudando, por exemplo, a masculinidade ou a qualidade das interacções verbais) para uma análise quantitativa (estudando quanto tempo os pais passam com os filhos). Esta transição acompanhou as críticas feministas ao pai tradicional, distante e não envolvido com os filhos, e as expectativas sociais para a criação de um novo pai, auxiliando no afunilamento e atenção a apenas alguns dos aspectos e funções da paternidade. As limitações envolveram igualmente a centração em grupos sociais e culturais reduzidos. Só

recentemente se começou a contrariar este padrão e a ter uma visão progressivamente mais abrangente da problemática (Lamb, in press).

O início do entendimento do que é hoje um pai é por isso possivelmente aqui melhor conseguido se o enquadrarmos numa visão mais global e histórica, que nos descreva a paternidade nos primatas em geral, no desenvolvimento das sociedades ocidentais e nos grupos e culturas que, no mundo, continuam a salvo do progresso. Esse entendimento trar-nos-à uma visão de *continuum* que auxiliará na compreensão da actual paternidade nos seres humanos. A posição actual tem uma história que só faz sentido se globalizante, não só no tempo, como inter-espécies e inter-culturas.

1.1. A pré-história da paternidade

Desejamos entender o pai de hoje percebendo de onde veio, como começou, porque surgiu. O estudo reflexivo sobre a paternidade nos nossos próprios ascendentes não humanos, e nos antepassados mais antigos da humanidade, é uma referência que permite dar continuidade ao conceito, dar-lhe significado, vê-lo de um ponto de vista distanciado e por isso mais compreensível.

1.1.1. Paternidade nos primatas

Muitos dos machos primatas terrestres não humanos não possuem consciência de que ao copular geram descendentes, nem demonstram qualquer relação de tipo pai-filhos já que, na relação com as suas crias, não se identificam nenhuns comportamentos, sejam instintivos, sejam aprendidos, que indiquem laços de amor, responsabilidade ou autoridade (Sullerot, 1993). Assim, não só o papel do pai não existe nestas espécies,

como se pressupõe que, na sequência da hominização, a ausência do progenitor masculino na educação dos filhos tenha durado milénios. Na sequência desta postura, e numa herança clara do mesmo entendimento da descendência, primatas humanos de algumas culturas primitivas ainda vivas demonstram a inexistência de qualquer palavra no seu vocabulário que tenha o significado próximo daquilo que, na cultura ocidental, entendemos por pai (Griswold, 1993).

Os machos primatas não humanos, como é o caso dos chimpanzés, que reconhecem e toleram as crias (especialmente as suas), deixam os cuidados necessários à sua sobrevivência às mães, limitando-se a proteger a prole de ameaças exteriores (Coney & Mackey, 1997; McGrew, Marchant & Nishida, 1996). Este comportamento dos primatas não lhes é, contudo, específico. Ocorre, por exemplo, em muitas espécies de pássaros, sobretudo quando elas tendem para a monogamia. Canídeos, como os lobos, os coiotes, os chacais, os cães de caça e os raposos tendem a ser solícitos com os seus descendentes; são também monogâmicos e tendem para um dimorfismo sexual mínimo (Kleiman, 1977, cit. in Mackey & Immerman, 2000). É interessante notar que, em espécies como os tigres, os leopardos ou as chitas, tendencialmente solitários, os machos são na prática irrelevantes, e apenas as mães tratam das crias, enquanto que em animais sociais como os leões ou as hienas, as crias se divertem na relação com os machos. Nos canídeos atrás referidos, os machos adultos saem do seu perímetro para ir em busca de alimento para os descendentes ou para as fêmeas. Nenhum macho adulto primata, para além do homem, faz isto. Se a maternidade envolvida e activa é tão antiga como os próprios mamíferos, a paternidade activa é mais errática e não existente para os maiores primatas terrestres.

Autores como Mackey e Immerman (op. cit.) colocam-nos perante uma interessante questão: se alimentar e proteger as suas crias implica custos para o macho,

quer do ponto de vista económico, quer psicoemocional, porque teria a maioria dos nossos machos humanos ancestrais cortado com a história primitiva e a herança vinda dos chimpanzés, parecendo antes ter avançado para uma evolução convergente com a dos canídeos?

1.1.2. Paternidade nos humanos primitivos

No geral, os machos humanos mais desenvolvidos afastam-se do seu espaço territorial para recolherem alimento para as mães das suas crias e para as crias, e partilham com elas as suas recolhas.

Parece por isso hoje ser facilmente previsível - porque universal e comum a todas as culturas, estruturas sociais e ecologias mais avançadas - que os homens reúnem recursos (em que a comida é o melhor exemplo) de fora do perímetro da sua vila, aldeia ou campo, e retornem para os dividirem com os descendentes e as parceiras, a quem dão a sua atenção e protecção (Mackey & Immerman, 2000). No entanto, nem sempre foi assim, e a humanidade precisou de alguns anos de evolução para que o macho identificasse e reconhecesse as suas crias e se ocupasse delas. Vejamos o que pode ter trazido essa mudança.

Do ponto de vista reprodutivo faria mais sentido, por aparentar ser mais eficiente, que os machos se limitassem a procriar em quantidade do que se dedicassem a poucos filhos. Só que, aqueles machos que estabeleceram uma ligação afiliativa com os seus filhos, ainda que rudimentar, gostando deles e dedicando-se-lhes, pareceram ter uma vantagem reprodutora. Se nesse momento da história da humanidade a exclusividade sexual se estivesse a tornar norma, a identidade da relação entre pais e filhos tornava-se clara, defendendo o macho, ao defender as crias, a sua especificidade

peçoal genética. Aumentava assim a sua hipótese de vir a ter netos e a manter-se vivo através das gerações vindouras. Em alturas de dificuldade ou escassez, por exemplo, dedicar-se à protecção dos seus descendentes aumentava as hipóteses de sobrevivência dos filhos e de prolongamento de si mesmo (op. cit.).

O aumento da exclusividade de parceiras sexuais implicou, para o macho, a subsequente inequívoca paternidade dos filhos. Assim, a monogamia por parte da mulher foi contratualmente trocada por protecção e alimentação para si e para as crias. Em consequência, a construção da parelha acompanhou-se de homens mais dedicados e da díada mãe-filho, construindo-se uma ligação afiliativa entre o macho e os seus descendentes.

A paternidade, nesta acepção de investimento emocional e obrigatoriedade no processo de crescimento dos descendentes, teve por isso um advento tardio. Para autores como Sullerot (1993, p. 30), “este advento é um dos aspectos decisivos da história dos humanos pré-históricos, uma das chaves da hominização.” Edgar Morin (1975, p. 57) referia a propósito que “o grande fenómeno que prepara a hominização, e que supomos leva a cabo o *homo sapiens*, não é a morte do pai, mas o nascimento do pai.”

O aparecimento do pai, que resultou na tríade pai-mãe-filho, teve de fazer-se com a imposição do macho dentro de uma relação pré-estabelecida, intensa e forte, composta por mãe e filho. A dependência que as crias tinham das mães, para alimentar e educar, foi sendo minada pela integração dos jovens machos nos grupos de caça (Moscovici, 1976), levando a uma aproximação do par homem/rapaz, semelhante ao par mãe/filho. A mudança que se seguiu, trazendo a lume a descoberta do pai como progenitor, consolida a parelha sexual, a qual se transforma na parelha parental, e passa a ser um compromisso para a vida. Em consequência, o casal passa a ter um significado

novo, e uma nova finalidade - a da reprodução. Este vínculo passa a ser de protecção, educação e transmissão, com um peso particular na socialização. O pai socializa a prole, particularmente os filhos varões. Autoreproduzir-se, perpetuar-se e educar são assumidas como funções de mãe e pai. Assiste-se ao nascimento da família, nas funções que ainda hoje lhe conhecemos.

Numa tábua com mais de quarenta séculos, proveniente do Antigo Egipto, denominada “O caminho da vida” e destinada ao pai, encontra-se escrito: “Ensina ao teu filho a escrever, a trabalhar a terra, a caçar e a pôr sementes segundo o ciclo do ano”. Aqui se revê o papel de educador destinado ao progenitor masculino, entendido já aí como transmissor de conhecimentos e referência.

A descoberta da paternidade biológica trouxe consigo a paternidade social; atrás desta veio uma revolução relacional e emocional, com uma magnitude que, só hoje, estamos capazes de compreender.

1.1.3. Paternidade na era pré-industrial

A ausência de diferenciação entre o trabalho e a família, ou entre actividades reprodutivas e produtivas levou, ao que se supõe, a que o homem interagisse de forma intensa com os membros da sua família e tivesse um papel importante na relação com os filhos, seus aprendizes. Eram os pais que se responsabilizavam pela educação geral e religiosa, e pela literacia básica dos descendentes, bem como pelo ensino de artes para a sobrevivência. Os filhos estavam por isso muito próximos dos pais e a sua relevância na educação é visível no facto dos manuais educativos do século XVII, por exemplo, serem dedicados aos pais e não às mães. Em caso de separação do casal, os filhos eram entregues ao pai e quando distantes, os filhos escreviam a este e nunca às mães (Mintz,

1998). Os pais tinham o poder de determinar quem os seus filhos cortejavam e com quem acabavam por casar, sendo deles toda a responsabilidade legal sobre o descendente. Havia mesmo países, nos anos de 1600, em que a lei exigia – fazendo cumprir com duras penas - que os filhos obedecessem cegamente ao pai.

Há no entanto quem critique exageros na visão de que o envolvimento dos pais nesta época era intenso, já que não parece haver literatura nem evidência de que o pai se dedicasse, por exemplo, aos cuidados diários dos filhos pequenos. Mudar fraldas, dar de comer, vestir...nada disto fazia parte das tarefas do supostamente activo pai. Disciplinar com rigor ou violência, isso sim, parecia ser característico da acção do pai desta época.

Não esqueçamos que a infância, comparada com o que agora conhecemos, era particularmente breve, e muitas das crianças, aos sete anos ou ainda mais novas, viviam já apartadas da família, frequentemente como aprendizes e sob a autoridade de um senhor ou mestre (Mintz, op. cit.).

Para muitos esta é a fase marcada do patriarcado, com uma sociedade altamente estratificada e hierarquizada e com a autoridade do homem sobrepondo-se a qualquer poder de mulheres ou crianças.

A importância que o homem dava à continuidade familiar era bem patente nas estratégias de herança, de organização da economia familiar ou de nomeação dos descendentes. Neste caso particular, gostaria aqui de chamar a atenção para o facto dos filhos primogénitos, na época, terem habitualmente o nome próprio igual ao do pai. Todas estas práticas levavam o filho a aceitar sem mais a autoridade e controlo do pai, com receio de vir a perder a herança e, portanto, a forma mais simples de sobrevivência.

A família estava subordinada ao homem, e eram poucas as instituições que competiam com a sua autoridade; as escolas eram raras e os que as frequentavam eram em número muito limitado; os adolescentes viviam sob o olhar atento do pai, enquanto

trabalhavam na e para a família, e as decisões eram do patriarca. Manter a dependência, face às poucas alternativas do mercado de trabalho, era tarefa fácil para o pai de família. Tratar o pai por “Senhor” e prestar-lhe vassalagem era um dos subprodutos desta situação. Saliente-se que os laços pai-filho eram, ao que parece, muito mais fortes do que na actualidade, e tinham mais importância que quaisquer outros, nomeadamente que os laços mãe-filho ou os laços entre o casal. Frequentemente o pai surgia como o modelo e mestre religioso, ensinando as escrituras e passando valores morais aos filhos, considerados nascidos das trevas e em pecado.

Nos países mais ricos esta fase da paternidade começou a transformar-se e suavizar-se no final do século XVII, enquanto nos países menos desenvolvidos demorou a ver-se transformada até ao final do século XVIII.

Níveis elevados de fertilidade e maior mobilidade geográfica começaram a minar esta posição, já que os pais começaram a já não ter terra ou trabalho suficiente para todos os filhos e a ter por isso menos incentivos para que eles ficassem sob as suas ordens. Novas oportunidades económicas, a par de mais escolhas ocupacionais, não só na terra, como no mar, nas milícias ou nos grupos religiosos, trouxeram consigo experiências de autonomia dos descendentes, até aí impensáveis (Mintz, 1998; Sullerot, 1993).

O século XVIII aparecia ainda com um nível de estratificação elevado, e funcionava em redor de formatos relacionais verticais, de Deus-homem, mestre-aprendiz, patrão-escravo, marido-mulher, rei-súbdito, pai-filho. Esta postura social arrastava uma função central da educação: ensinar às crianças a obedecer. Tal facto, acrescido à redução da natalidade, deu a tónica para a revolta contra o patriarcado, passando a surgir defensores do primado do amor sobre o da propriedade, arrastando consigo filosofias educativas que criticavam o modelo parental, contrapondo o afecto e

o carinho aos modos violentos e coercivos de educar (Mintz, 1998; Sullerot, 1993). A maior mudança foi no domínio da sensibilidade às emoções, pelo que foi entendida como uma revolução romântica, em particular nos papéis e relações dentro da família. O pai ideal passa a ser o que é benfeitor e promove o sucesso e o bem-estar dos filhos, encorajando-os à independência e iniciativa.

Esta mudança é por exemplo visível no facto de cada vez menos crianças receberem o nome do seu pai, passando a receber nomes individualizados.

O quase desaparecimento da economia familiar e a sua substituição por uma economia mais comercial e industrial - que se foi sentindo desde o século XVII e vindo a culminar no século XIX - é muitas vezes entendido como o ponto final de uma era de ouro da família e de uma era de glória do pai.

1.2. Caracterização da paternidade moderna

As mudanças ocorridas nos últimos duzentos anos, iniciadas com a Revolução Industrial, trouxeram o afastamento do homem da estrutura familiar (Pleck & Pleck, 1997). Os laços económicos vieram sobrepôr-se aos emocionais, marginalizando a figura masculina, ao mesmo tempo que a endeusavam pela importância central na sobrevivência do grupo familiar.

O homem sai todos os dias de casa para trabalhar fora, por vezes trabalha mesmo a grande distância da família, e esta mobilidade geográfica marca algum do seu distanciamento dos filhos (Lamb, in press). No século XIX aumenta de forma inusitada o divórcio, e o homem tem pela frente inesperadas razões para não ficar preso a uma família que não o faz feliz ou o sobrecarrega de responsabilidades. As pressões laborais também crescem, deixando cada vez menos espaço ao homem para estar

emocionalmente disponível para educar e amar os descendentes e a companheira. Surge a consciência de uma classe média, com aspirações cada vez mais altas sobre a propriedade e o sucesso económico. A identidade masculina fica cada vez mais identificada com a ocupação laboral e surgem actividades recreativas só dedicadas ao homem fora do lar. O nível de vida esperado é por isso muito maior, pondo nos ombros do homem o peso de manter sozinho uma família, cada vez mais alargada e dependente. As leis contra o trabalho infantil vieram igualmente fazer da família um grupo economicamente centrado no homem (Cummings & O'Reilly, 1997; Grisworld, 1993; Lamb, 1986).

O pai é por isso uma figura importante na casa e a mãe surge apagada e discreta, pois tudo depende do homem. O cuidado com o seu bem-estar é visível no facto de ser ele sempre o primeiro a ser servido às refeições e de o melhor pedaço de comida lhe pertencer, tanto quanto da mulher mandar os filhos brincarem para o exterior para não incomodarem o cansado pai (Pleck, 1997).

Ainda assim, muitos homens viram-se incapazes de corresponder a tantas pressões, tendo-se assistido à subida do número de alcoolizados, com todas as consequências sociais, familiares e pessoais desse facto. Foi a época dos pais abusadores, falhados ou ausentes. Um adágio conhecido do início do século XIX referia “Tudo o que sou devo-o à minha mãe” (Reynolds, 1995, cit. in Mintz, 1998). Para muitos foi o tempo da imigração, única forma de conseguir economicamente corresponder às pressões para o sucesso financeiro, senão para a sobrevivência.

A relação dos filhos com o pai, sobretudo com os mais crescidos (muitos ficando até meados dos seus vinte anos na casa de família) tendia a ser conflituosa. A saída de casa fazia-se muitas vezes em colisão e a socialização era realizada mais fora do que dentro da família (Hewlett, 1992).

No final do século XIX surgem as primeiras e contundentes críticas ao pai, em especial ao pai da classe trabalhadora, por violar todas as leis da decência desertando do seio da família, batendo na mulher e nos filhos, e explorando e abusando economicamente de todos eles. A escola passa a ser obrigatória, as leis sobre o trabalho infantil são cada vez mais restritivas e os orfanatos e instituições afins pululam, para prevenir e responder ao abuso dos filhos.

Com o virar do século redefiniu-se o ideal de homem. A protecção a favor do imigrante e o aumento dos salários para permitir que o pai de família sustente a sua prole e companheira são sintomas do cuidado que começa a cair sobre os elementos masculinos da família.

No decorrer dos anos 20 essa atenção centrou-se sobretudo sobre os homens da classe média, agora cada vez mais dependentes e com menores hipóteses de serem proprietários ou autónomos na sua economia familiar. Defende-se então que o homem só conseguirá encontrar prazer e bem-estar na vida privada, em particular nas relações com os filhos e a companheira (Griswold, 1993). Estava-se perante um novo conceito social que empurrava o homem para um maior investimento na família, em especial no sentido de criar e cuidar de relações de amor e amizade com a esposa e de companheirismo com os filhos. A satisfação emocional e sexual, o respeito mútuo, o carinho, todos eram defendidos como elementos da forma ideal de ser família (Mintz, 1998). Surgia também a aposta nos tempos livres, fazendo crer que o aproveitamento desses momentos era fulcral para a saúde da estrutura familiar.

Receava-se em particular que os rapazes, cada vez mais educados por mulheres, se tornassem femininos. Assim, a pressão que caiu sobre os pais desta época e das décadas que se seguem foi a de investirem nos filhos-machos, em especial envolvendo-se com eles em desportos, *hobbies* e actividades de exterior, dando-lhes educação sexual

e servindo de modelos para a sua identidade sexual. Era o surgimento do pai-companheiro, mas nas expectativas que sobre ele recaíam em nada se desejava que ele se envolvesse, de facto, nos cuidados diários ou em outros aspectos mais gerais e estruturais do processo educativo (Griswold, 1993).

A Segunda Grande Guerra veio reforçar o papel do pai como protector, sustento e disciplinador. Quer a depressão económica, quer a ausência prolongada pela guerra, fizeram o seu estatuto e poder na família diminuir drasticamente, passando as decisões a serem feitas pela mulher. Foi a perda do respeito social, de novo com o álcool a surgir como um escape, alternativa ou complemento à destruição e abuso dos elementos da família. Com a delinquência juvenil a subir em flecha e a promiscuidade sexual nas raparigas também a aumentar, era preciso reabilitar o pai e trazê-lo de volta à arena da intervenção familiar (Pleck & Pleck, 1997). Voltava, não já como companheiro, mas como modelo e disciplinador, ainda que nunca como actor mais envolvido no processo dos cuidados diários ou nas tarefas domésticas. Receava-se, se assim não fosse, que a clara identificação sexual dos filhos fosse de novo ameaçada (Lamb, 1987).

Os governos de todos os países que se haviam envolvido na guerra investem então em tentar recuperar a imagem do homem, desenvolvendo postos de trabalho que lhes pudessem trazer de novo o respeito e o lugar de ganha-pão familiar.

As transformações associadas ao papel desempenhado pelo pai, em particular o ter-se reduzido ao ganha pão, vieram a perder consistência por volta dos anos 60. As forças económicas e o feminismo convergiram para dar um rude golpe crítico à estrutura familiar apoiada no “pai/autoridade/sustento económico” e, numa situação sem precedentes, o papel masculino como pai e esposo foi altamente politizado.

Um número imenso de mulheres passaram a fazer parte da força laboral fora da casa de família, com aumentos que, nalguns países como os E.U. A, passaram de 19%

em 1960 para 60% no início dos anos 90 (Gottman e DeClaire, 1998). Este incremento dava-se, quer por impossibilidade em sustentar um lar apenas com o salário do homem, quer por necessidade de realização pessoal e afirmação da mulher. Como consequência, foi preciso negociar novos papéis fora e dentro de casa, e novos formatos relacionais e de poder na família.

Em concomitância assistiu-se a um aumento de mães solteiras, por opção ou imposição, que, de novo em países mais desenvolvidos, chega hoje a trazer ao mundo um terço dos filhos sem a presença de um pai (Gottman & DeClaire, 1997).

O crescimento das situações de divórcio arrastou igualmente consigo o isolamento do pai, que sem os vínculos do matrimónio acaba por renunciar aos laços que o unem aos filhos, ou a limitá-los ao pagamento de uma pensão mensal. Alguns dados indicam que em muitos países a entrega da custódia às mães ronda os 90% (Mintz, 1998).

Em paralelo e em contraponto, muitos mais homens passam a assistir ao nascimento dos filhos (envolvendo-se emocionalmente com eles desde a gestação), pedem licenças de maternidade, organizam horários de trabalho flexíveis, assumem por opção a custódia total ou conjunta dos filhos ou declinam propostas de emprego ou subida na carreira para não perderem a oportunidade de fazerem parte activa da vida da sua prole. Alguns autores norte-americanos (Griswold, 1993; Lamb, 1997a; Pleck & Pleck, 1997) sublinham o papel de filmes como *Kramer contra Kramer*, realizado nos finais dos anos setenta, como espelho das mudanças tipificadas nessa época sobre o novo papel do pai.

Num resumo sucinto de muito do que foi dito, referimos aqui Peck (1984) e Lamb (2000), que perspectivam o estudo da paternidade e da literatura sobre ela, nos últimos dois séculos e nas sociedades ocidentais cristianizadas, em quatro fases:

1- O pai guia ou orientador moral

No decorrer do século dezoito e princípio do século dezanove esperava-se do pai que assumisse a responsabilidade pela educação moral dos filhos. O ensino dos valores, que advinha primariamente da aprendizagem através da leitura da Bíblia, estendia-se assim ao ensino da literacia, função necessária para poder autonomamente estudar as Escrituras e proceder ao seu ensino nas gerações vindouras. O bom pai definia-se assim como aquele que era um bom modelo da forma de viver cristã, e que ensinava aos seus filhos a palavra de Deus.

2- O pai sustento económico

A Revolução Industrial provocou uma mudança nas perspectivas e expectativas sociais sobre a função do pai. O aspecto central que lhe passou a ser atribuído foi o de providir economicamente para a sobrevivência dos filhos. Na segunda metade do século dezanove esperava-se assim que, acima de tudo, o pai fosse capaz de ganhar o pão para a boca das suas crias. O que o conseguia era considerado o bom pai. Ainda que frequentemente o esqueçamos, antes deste período, e devido à agricultura de subsistência ou à indústria doméstica, o pai e a mãe repartiam essa função. A industrialização produz uma clara separação entre o trabalho dentro e fora de casa, levando a família a organizar-se em moldes diversos dos que até aqui lhe eram típicos.

3- O pai modelo sexual

Nos anos quarenta, e na sequência da Segunda Grande Guerra e das depressões económicas, a função esperada socialmente da parte dos pais era a de modelo sexual, especialmente para os rapazes. A mudança derivava do facto de eles terem passado a ser fracas fontes de suporte financeiro, devido à crise económica. Interessante de notar é o facto de a literatura sobre o tema, nessa altura, ser particularmente crítica e apresentar os pais como inadequados e incapazes de desempenharem bem o seu papel de fortes

modelos. Neste período era incerto saber quem era o bom pai, mas muitas vezes surgia como o macho que intensificava o seu lado duro, insensível e autoritário. O pai surgia sobretudo como se só fosse importante para as crias do mesmo sexo. As perdas de vidas maciças entre os homens terão por ventura despertado a preocupação da presença de um modelo que pudesse continuar a reproduzir o lado masculino da vida.

4- O novo pai que cuida e acarinha

Apesar de desde o início do século se esperar que o pai se envolvesse mais com os filhos e se tornasse mais activo na relação com eles, só a partir de meados dos anos setenta se começou a enfatizar quanto ele é capaz de cuidar e acarinhar os filhos, e o quanto eles beneficiam grandemente com esse envolvimento directo. O bom pai passou então a ser considerado aquele que trata activamente dos filhos em todas as áreas da sua educação e socialização.

Na segunda metade dos anos oitenta nota-se outra mudança, que implica a caracterização do pai de duas formas: acentuando-se a representação social da sua função em paridade e similaridade com a da mãe - tendendo àquilo a que (1995, 1997) chama de “modelo socialmente desejável de indistinção” - e a partilha real das tarefas domésticas e educativas.

Já nos anos noventa, no entanto, o pai aparece progressivamente diferenciado, distinguindo-se da mãe nas funções a desempenhar junto dos filhos. Esta é uma perspectiva que advém sobretudo da investigação científica, onde surgem cada vez mais claras as especificidades de cada um dos progenitores na relação com os filhos. Nos anos de mil noventos e noventa e dois mil, passa a atender-se mais às categorias do ser mãe e do ser pai, já não como entidades homogéneas, mas tendo em conta a grande multiplicidade dentro de cada categoria. Também deixa de ser importante a comparação dos efeitos da mãe e do pai no desenvolvimento dos filhos, interessando sobretudo ao

investigador a caracterização de cada um. Tal facto permitiu caminhar na operacionalização e detalhe do impacto do pai nas várias áreas do desenvolvimento e olhar a paternidade dentro do contexto das múltiplas actividades desempenhadas pelo homem no seio da família (sustento económico, modelo sexual, orientador moral, suporte emocional para a mãe...). Assim, o pai tem surgido como um *patchwork* multifuncional, que integra num todo os papéis que lhe foram atribuindo ao longo do tempo. Por isso, como nos diz Lamb (2000, p.338) “considera-se que os aspectos mais marcantes da parentalidade são (1) a grande diversidade de funções que definem o envolvimento do pai e (2) a grande variabilidade individual e subcultural na definição e investimento dessas funções.”

1.2.1. Importância da paternidade

Desde a 2ª Guerra Mundial que as investigações no domínio das ciências sociais tentaram perceber a relevância real do pai na vida dos filhos. O estudo da evolução do papel da mulher e a ausência de muitos pais, por morte na guerra, na vida dos filhos, acabou por se alargar ao do pai. No domínio particular do envolvimento do homem na educação dos descendentes, frequentemente a investigação foi perspectivando o pai numa visão machista ou de “pai ausente” (Hossian, Field, Pickens, Maphurst & Del Valle, 1997; Mirande, 1991), mas indirectamente atribuindo-lhe importância, ao criticar a sua ausência. Os olhares sobre o pai foram especialmente focados na sua falta de envolvimento na educação dos filhos e nas fraquezas inerentes ao facto destes crescerem sem pai.

Até aos anos setenta as concepções de vida e de sociedade negavam a importância do pai na vida do bebé; quando muito aceitava-se que o pai tivesse uma

intervenção mais tardia na vida dos filhos (Le Camus, 1997). Alguns autores consideravam mesmo que a primeira infância era a idade da mãe e a infância média e tardia a idade do pai (opus cit.). A mãe era encarregada do interior do espaço da casa e o pai do exterior, ficando assim afastado fisicamente dos filhos e relegado, quando muito, para uma posição pontual de exercício de autoridade.

Um provérbio persa refere, a propósito, que “a chave para o Céu está sob os passos da mãe”. Subjacente está um paradigma bio-psico-social que sugere que a natureza humana deu à mãe biológica o necessário para se tornar no responsável mais adequado para o bem-estar físico, emocional e social das crianças. A sua possibilidade de conceber e alimentar o bebé (com tudo o que implica de laços emocionais e afectivos intensíssimos), as influências hormonais da mãe desde a concepção, a preferência do bebé pela voz da mãe desde a experiência da sua audição dentro do útero e a vinculação preferencial com a mãe são os factores estruturais apresentados como justificativos da primordial importância da mãe em detrimento do pai (Hojat, 1999).

Apesar de uma ou outra teoria desgarrada chamar a atenção para o pai, ninguém duvidava ou punha em causa a sua secundarização ou surgimento tardio na vida dos filhos. Neste grupo, já no início dos anos cinquenta Wallon (1978) havia referido que, após o período de simbiose afectiva do bebé com a mãe, surgia o momento de viragem para o mundo social e, em consequência, a descoberta do pai. Defendia este autor que a disponibilidade era uma função característica da mãe, e a autoridade era típica do pai. Deviam apresentar-se como complementares e básicas, e ser desempenhadas sem indecisões para que a família se pudesse equilibrar (Wallon, 1978). Muitos foram os autores que, à sua maneira, confirmaram a visão de que a função central do pai era a de manter a autoridade, deixando para a mãe outros detalhes da vida em família e da educação dos filhos. O formato da concretização dessa autoridade, esse, variava de

autor para autor, ainda que no geral se defendesse que a sua acção deveria ser firme, não violenta, controlada e adequada à idade e características da criança.

De acordo com as teorias psicanalíticas, o Complexo de Édipo também atribui ao pai um papel idiossincrático, ao sublinhar a sua importância na construção do Eu dos filhos. Numa referência de Le Camus (1997, p. 327) sobre a obra de Widlocher (1970) este define o pai como “o agente de interdição edipiano” e, a esse título, como aquele que “encarna a consciência moral”. Diz ainda Le Camus que Widlocher (op. cit.) designa o pai como “símbolo de uma posição viril” que fará com que o rapaz se tente identificar com ele e que a filha “encontre no papel complementar da mãe um modelo de feminilidade.”

Desde os seus primeiros estudos que Freud se preocupou em particular com as experiências vividas pela criança nas fases precoces do desenvolvimento; já mais tarde, em reflexões próximas do final da sua carreira, defendia a ideia, sobejamente conhecida e repetida, que a relação mãe-bebé é única, sem paralelo, estabelecida sem alteração para toda a vida como o primeiro e o mais forte objecto de amor e como o protótipo de todas as posteriores relações amorosas (Freud, 1940, 1969). A sua filha Anna Freud (1971) veio mais tarde a aplicar as teorias do pai no trabalho que desenvolveu com adolescentes problemáticos e disfuncionais. Marcava-se, de forma intensa e indelével, a importância da relação com a mãe, ofuscando durante décadas a relevância do pai nesse processo. Revelava-se de forma clara o papel da relação entre a mãe e os filhos, definindo-se esta relação como única, insubstituível, sem paralelo e com efeitos para o resto da vida.

A necessidade antecipada e indiscutível da mãe, na sua disponibilidade afectiva e meiguice, serve de inspiração, já em meados do século XX, às teorias do objecto libidinal de René Spitz (1980) e de figura de vinculação de John Bowlby (1969; 1988), surgidas depois de meados dos anos sessenta. Em ambas o pai não é mais do que um elemento exterior e secundário a uma relação completa.

Foi assim durante anos na psicologia, na psiquiatria, na psicanálise, na sociologia. Quando o pai era referido, era frequentemente dentro de um modelo de carências afectivas que originava, e onde a falta de uma figura de autoridade era o aspecto central. Não deixa de ser interessante verificar que, neste particular, Wallon (1978) considera que a ausência do pai pode ser mais gravosa do que a da mãe, entendendo que as perversões familiares podem advir dessa carência. De novo outros autores secundam esta posição, considerando que síndromes graves podem ser consequentes da falta de elemento psicoafectivo que permita à criança identificar-se com o pai. Essa falta é sempre entendida pela necessidade imprescindível da autoridade paterna. Mais uma vez é na segunda infância e na adolescência que os autores crêem que o impacto se acentua ou se sente, ao considerarem que nessa idade se organiza a estrutura de personalidade com os pilares sociais e morais que a sustentam. Diz-nos Le Camus (1997) que no período que decorreu entre 1960-65 as problemáticas do foro psicológico e psiquiátrico (obcessões, fobias...) eram explicadas tendo sempre em consideração a deficiência proveniente da má relação (ou ausência de relação) com o pai.

A simbiose afectiva entendida como característica da relação bebé-mãe (Wallon, 1978, 1983) permite pouco espaço ao pai para se relacionar com aquele. Muitos defendem, por isso, que o principal papel do pai na educação dos filhos é apoiar a mãe,

dar-lhe suporte e segurança afectiva e económica, por forma a que ela se encontre em condições de se dar de forma equilibrada aos filhos. A mãe surge assim como uma mediadora da relação pai-filho, e o impacte daquele surge como indirecto.

A estruturação psico-afectiva da criança foi assim, durante um período de uma dezena e meia de anos (do início dos anos 50 a meados dos anos 70), a moldura para a leitura da função do pai. Não se imaginava ainda estudar a relação do pai com os filhos de forma a ter em atenção a sua acção directa na relação com eles, nem simplesmente o impacte da sua presença e proximidade.

Mais recentemente, alguns psicanalistas analisam as funções de maternidade e paternidade numa perspectiva diversas das anteriores. Afirmam que a criança se estrutura na relação real e imaginada com os seus dois pais, e que a função do pai, essencial, é a de “traço separador”. Alguns estimam que a contribuição do pai do sexo masculino na construção da identidade sexual da criança é já decisiva no decorrer do segundo ano de vida (Chiland, 1995). Assim, o “pai pré-edipiano” facilitaria a emergência da fusão simbiótica, encarnando o modelo do mesmo sexo (para o rapaz) e do outro (para a rapariga). A este propósito Herzog (1992) distinguia a “harmonia homeostática” assegurada pela mãe, e a “harmonia de ruptura” introduzida pelo pai, levando o pai a ver-se e a ser percebido, pela companheiro e pelo filho, como o “não-mãe”.

É nessa altura que surge a ideia da necessidade de envolver os pais na educação directa dos filhos, encorajando-os a partilhar as actividades de cuidados básicos e a darem-se emocionalmente aos descendentes. O cuidado é grande, nalguns autores, em fazer tese de que ele não deve ser como a mãe, mas sim agir de acordo com as suas especificidades e diferenças.

Nesta concepção, que valoriza o pai cada vez mais, surgem factores explicativos para os diferentes entendimentos, como sejam o trabalho assalariado das mulheres, já referido, a nuclearização da família, a urbanização e o êxodo das zonas rurais, as melhorias gerais das condições de vida, os progressos técnicos em inúmeros domínios, em particular na puericultura, a diminuição clara das taxas de mortalidade infantil, o advogar dos métodos contraceptivos e as alterações nas concepções de vida - donde o movimento feminista se salienta, com a defesa da igualdade entre os sexos em todas as esferas de acção públicas e privadas (Le Camus, 1997). Neste contexto, a perspectiva sobre a paternidade muda a ponto de se chegar a considerar que os pais têm capacidades maternas e que a sua concretização não lhes retira a masculinidade nem a virilidade. Psicólogos, psicanalistas e sociólogos interrogam-se sobre as características da ligação entre pai e filhos, sempre na busca da descoberta da sua relevância real. Estas reflexões apresentam mesmo análises sobre o papel pré-edipiano do pai (Burlingham, 1973), naquilo que se consideram ser os percursos das actuais perspectivas sobre a paternidade.

O impacte destas mudanças de entendimento levará tempo a sentir-se. Repare-se que só em 1981, pegando no exemplo de França, ou em 1980, se analisarmos o caso dos E.U. A., se realizam as primeiras reuniões científicas sobre a nova paternidade.

Neste período temporal, as investigações empíricas interessaram-se em provar que são gravosas as consequências concretas da ausência do pai no desenvolvimento cognitivo e socio-emocional dos filhos. Tal traduziu-se já em estudos abrangendo todo o espectro etário dos descendentes, e não apenas faixas reduzidas e limitadas. Comparar famílias ditas monoparentais (ou biparentais, para alguns como Ahrons, 1980) com famílias ditas intactas e, em geral, crianças crescendo com a presença e sem a presença do pai, foi o típico da investigação dos anos oitenta.

A novidade dos trabalhos científicos dos anos noventa foi, por sua vez, estudar o pai na sua função global de apoio à família e à esposa, e na descoberta do que é tão particular na paternidade.

Em muitos países do mundo, o Dia do Pai só se tornou numa celebração oficial mais de cinquenta anos depois do Dia da Mãe ter recebido esse reconhecimento. Nos países mais desenvolvidos, só em meados dos anos setenta, e nalguns pontos do mundo ainda mais tarde, se ratifica a sua importância social, espelhando a lentidão da confirmação de ser merecedor de tal galardão. Não deixa de ser interessante saber que o Dia da Mãe é, em muitos cantos do planeta, o dia mais concorrido em telefonemas, e o Dia do Pai é apenas mais um sem marcas especiais que não as provocadas pelo consumismo (Mintz, 1998). Quem sabe esta desvalorização do pai está a mudar, acompanhando tantas outras subtis ou óbvias transformações.

É visível uma grande ambivalência nas atitudes face ao pai nas últimas décadas, ora romantizando-o ora demonizando-o, admirando-o como protector, mentor, modelo, figura de autoridade, companheiro, amigo, ou denegrindo-o e criticando-o na sua distância emocional, ineficácia e incapacidade, violência e irresponsabilidade, insensibilidade e auto-centração, preguiça e desinvestimento. Veja-se a imagem tão conhecida de Homer Simpson como um exemplo típico desta versão negativa da masculinidade e da paternidade.

Mais do que qualquer outra época, a actual parece marcada pelas dualidades e conflitualidades entre a imagem do pai como pedagogo e orientador moral, disciplinador e ganha pão, modelo sexual ou/e reproduzidor do estilo carinhoso e envolvido da mãe. Ser pai e não ser pai, estar activamente presente ou ser supérfluo e dispensado, tudo são posições passíveis de serem vividas pelos pais da actualidade. De uma forma inusitada, questionamo-nos se ele é periférico ou central na vida da família,

chegando a acreditar que ele possa até ser mais importante ou um melhor educador que a mãe (O'Connell, 1993).

1.2.2. Paternidade e maternidade: desequilíbrio, complementaridade igualitarismo?

Têm sido inúmeras as discussões científicas sobre as relações de poder entre mulheres e homens, com vozes antagonistas, ora defendendo a superioridade do poder dos homens como grupo colectivo, ora defendendo a subtileza das formas de poder das mulheres e a sua tomada de assalto de todos os domínios masculinos. O poder e o privilégio são difíceis, por vezes, de sentir na pele, e alguns estudos sobre o tema evidenciam que, nem as mulheres, nem os homens, se sentem poderosos e privilegiados relativamente ao outro sexo (Griffin, 1991). Contudo, o poder é relativo e não absoluto, e em cada momento, na relação e comunicação entre os sexos, está a ser exercido. A haver poder maior no grupo de homens, então estes estarão sobretudo interessados em defender as posições que têm, e as mulheres, subordinadas, estarão essencialmente motivadas para a mudança. Não desejando entrar nas discussões infundáveis sobre a fragilidade e desvantagem das mulheres, um pouco por todo o mundo, em termos de salários, de quantidade de trabalho, de acesso a lugares de chefia, liderança e tomadas de decisão cruciais quando comparadas com os homens, alargaria aqui a discussão para reflectir sobre se o aumento do número de mulheres no mundo laboral significa que os homens estão a aumentar as suas responsabilidades e funções dentro da família.

Hearn (1987, citado em Wetherell, 1996) é de opinião que a maioria dos homens, nas suas funções de marido e pai recebem, de forma rotineira, privilégios das mulheres que não são recompensados.

O psicanalista Frosh (1994) fala mesmo do “dividendo patriarcal”, dizendo que a masculinidade é impossível porque nenhum homem será nunca tão grande, forte e duro que possa corresponder ao estereótipo e fantasia social, mas sobretudo porque a masculinidade é frequentemente definida em função de uma feminilidade diminuída. Criticar, com ou sem humor, a feminilidade, para fazer crescer a dimensão da masculinidade, tem sido a forma de socialmente danificarmos a relação de poder entre o homem e a mulher.

Em todo o caso, estamos face a um conjunto de processos continuamente em mudança nas relações entre a mulher e o homem, e o acesso à paternidade coloca esta questão de forma ainda mais acesa.

Durante muitos anos ficou de lado a possibilidade de perceber melhor as especificidades da função de cada um, e só depois dos anos setenta começaram a surgir dados empíricos que nos auxiliassem nesta compreensão.

No geral, a pouca e recente investigação sobre o papel do pai no desenvolvimento infantil tem demonstrado que, nalguns sectores, este progenitor exhibe comportamentos e demonstra atitudes díspares das da mãe, promovendo certo tipo de áreas de desenvolvimento em detrimento de outras e evidenciando formatos comunicacionais específicos que parecem essenciais, ou pelo menos relevantes, ao desenvolvimento das crianças. De alguma forma, a natureza terá previsto que a mãe e o pai, juntos ou separados, se complementariam nas suas funções e papéis, e se apoiariam na tarefa fascinante, mas exigente, de educar.

Muitos investigadores têm defendido que os estilos de interacção da mãe e do pai são qualitativamente distintos (Lamb, 1982, 1995, 1997, 2000). Com os bebés, as tendências existentes vão no sentido do pai se envolver mais em actividades de brincadeira activas, físicas e estimulantes e da mãe desempenhar mais acções para acalmar os filhos, alimentá-los, dar-lhes banho, tratar das rotinas de deitar e dos cuidados físicos (Lamb, 1987). Ao observar o pai em interacção com recém-nascidos Brazelton e Yogman (citados em Gottman & DeClaire, 1997) descobriram que os pais tocavam mais mas falavam menos, fazendo ruídos ritmados para atrair a atenção dos filhos. Pela qualidade das brincadeiras levavam os bebés por uma constante montanha russa emocional, saltando de actividades que exigiam imenso da criança e a excitavam, para actividades que tinham para a criança um nível de interesse mínimo (Brazelton, 1989). Ao longo do desenvolvimento muitas destas especificidades continuam a sentir-se. O pai continua a envolver-se com os filhos em actividades mais físicas que incluem levá-los às cavalitas, atirá-los ao ar, fazer cócegas, jogar futebol...Com frequência o pai inventa jogos próprios e invulgares, enquanto a mãe reproduz jogos comuns e tradicionais. Há quem creia que o tipo de jogos típicos do pai abre portas para levar as crianças a experimentar, conhecer um leque diversificado de emoções e a possibilidade da sua coexistência (simultaneamente divertido e receoso, excitado e tenso...) (Lamb, in press). A excepção surge com pais que tenham que desempenhar sozinhos a função educativa, que tendem sobretudo a agir como se fossem mães.

Tais idiossincracias contrariam as das mães, que mantém as actividades com a criança num maior equilíbrio emocional e comportamental. Valorativamente, ambas têm a sua função, não estando em causa qual é a melhor estratégia.

Ainda que as mães estejam portanto associadas com os cuidados directos dos filhos e os pais com a brincadeira, não podemos assumir que os pais são menos capazes

que as mães de se encarregarem dos cuidados dos filhos. Os resultados dos estudos que tentaram perceber o grau de competência dos pais na relação com os filhos são claros: mostram que no período após o nascimento não há diferenças entre mãe e pai em termos dessa competência, podendo ambos ser bons ou maus. Por exemplo, em estudos com recém nascidos foi já provado que os pais são tão sensíveis como as mães aos sinais enviados pelo bebé e respondem com igual competência (Jones & Thomas, 1989).

Contrariando a noção de que há um instinto maternal, as competências parentais são adquiridas com a própria experiência e prática. O que difere é que as mães estão mais tempo a exercer na prática, pelo que facilmente ficam mais sensíveis aos filhos, mais prontas para os perceberem e mais conhecedoras das suas características e necessidades. Por mais acessível e mais presente, a mãe teve vantagens em relação ao pai na possibilidade de dar estimulação visual, auditiva, tátil, quinestésica e proprioceptiva à criança, tanto quanto de ser mais frequentemente o apoio para as pequenas dores, habituando a criança a correr para ela nessas alturas. A mudança e o fortalecimento da relação com o pai no próximo futuro poderá vir a alterar radicalmente estes resultados. Em contrapartida, o pai, mais consciente das suas dificuldades em reconhecer as necessidades dos filhos e em corresponder-lhes, sente-se menos competente e menos confiante, deixando para a mãe as responsabilidades e tornando-se menos importante e activo.

Como vimos, este incremento do estudo do papel do pai foi sobretudo resultado da entrada da mulher no mundo laboral (Parke, 1996) que levou, inevitavelmente, à necessidade do homem se envolver mais na educação dos filhos e na gestão da casa. Se o papel do pai foi negligenciado e mesmo esquecido no estudo das relações pais-filhos, tal facto pareceu dever-se em parte à crença de que a maternidade acarreta, para a

mulher, mudanças psicodesenvolvimentistas, psicobiológicas e hormonais (Hojat, 1993a; Stern, 1995) que a preparam para o papel de mãe e que não estão presentes no pai. Ainda que não acreditando que a biologia controla o destino, o peso atribuído à sua influência justificou e justifica investigações e debates defendendo que, em particular entre os mamíferos, por alguma razão a mãe ou a fêmea assumem a responsabilidade primária pelo cuidado dos descendentes. Estas ideias transportam para a vivência diária da relação pais-filhos a perspectiva de haver comportamentos específicos associados ao sexo, e apoiando-se no facto de não existir de momento tecnologia que altere ou inverta a natureza dos processos biológicos entre homem e mulher, da sua anatomia e dos seus equilíbrios hormonais, defendem que as mães estão claramente mais preparadas que os pais para serem os principais educadores dos filhos (Hojat, 1993b). A possibilidade da mulher ficar grávida e amamentar são, como é óbvio, as características mais claras que suportam esta visão, já que sempre se pode argumentar que se a Natureza não quis dar estas capacidades ao homem, teria as suas razões em termos de evolução e sobrevivência da espécie. Se as razões foram sobretudo neurobiofisiológicas, não deixam de ser também psicológicas. Hojat (op. cit.) refere que as mulheres sempre estiveram em vantagem em relação aos homens na facilidade e capacidade para estabelecer precocemente laços emocionais e afectivos, ou vincularem-se, aos seus bebés. Tal acontece, por exemplo, quando o feto começa a mover-se no útero ou a dar pontapés, que se considera provocar certos sentimentos de euforia que um pai nunca poderá experienciar. O facto do pai aceder externamente a estas vivências, ou poder ver o feto através dos ultrassons na ecografia é entendido como completamente distinto da sensação directa vivenciada pela mãe. Sendo que há quem considere que estes sentimentos e experiências são a base do futuro relacionamento socio-emocional, então o pai parte em clara desvantagem nesta corrida para a melhor relação. Estes autores

deixam assim para o pai a possibilidade de se tornar na segunda figura de vinculação, numa hierarquia em que inequivocamente a mãe lidera. Claro que defendem que a base de uma educação equilibrada das crianças exige dois companheiros apoiantes e envolvidos, de forma incondicional, em termos emocionais, psicológicos e sociais, mas a secundarização do pai é óbvia e indiscutível.

Em consequência de todas estas posturas, as normas sociais tradicionais devotaram à mulher as funções quase exclusivas de tratar dos filhos, aspectos que têm sido postos em causa pelas mudanças em vigor na sociedade contemporânea, em particular as relativas às atribuições de papéis desempenhados pelos dois sexos, e às estruturais e funcionais dentro das famílias. Se o actual papel de mãe precisa ser revisto e estudado nas suas transformações, especificamente na sua entrega a substitutos, assim se passa com o actual papel de pai, que pode hoje ser o grande herói substituto das mães (Hojat, 1998).

Alguns estudos, antigos e recentes, relatam que os filhos preferem a relação com as mães à relação com os pais e consideram aquelas mais abrangentes (Gardner, 1943; 1947; McQuillan & Ferree, 1998). Concluem ainda que o grau de satisfação percebido com a mãe durante a infância está associado a menos sentimentos de solidão, de depressão e de ansiedade, melhor auto-imagem, maior satisfação com as relações sociais e um entendimento menos negativo dos acontecimentos provocadores de *stress*, aspectos independentes do grau de satisfação na relação com o pai (Hojat, 1998). Assim, um perfil de personalidade mais positivo parece estar presente sobretudo naqueles que se encontram mais satisfeitos com a qualidade da relação com a mãe durante a infância, em particular como fonte segura, disponível e dedicada, para ajudar nos momentos de sofrimento. Tais dados contradizem os de Brooks-Gunn (1991) que enfatizam o papel do pai nos problemas de comportamentos dos filhos. Nesta mesma

linha, são já inúmeros os estudos que indicam que a presença do pai, a sua atenção, calor afectivo, apoio e interacção com os filhos contribuem significativamente para um desenvolvimento psicossocial saudável (Erickson, 1993; Hojat, 1998). Voltaremos a este tema nos capítulos 7 e 8.

É hoje claro que os pais não podem ser vistos como “contribuintes esquecidos para o desenvolvimento infantil”, conscientes que estamos, com apoio empírico cuidado, da sua importância e particularidade. Em resumo, está comprovado que (a) os filhos desenvolvem vinculações, quer com o pai quer com a mãe, mais ao menos na mesma altura durante o primeiro ano de vida; (b) a maioria das crianças prefere a mãe ao pai, hierarquizando assim essas vinculações, provavelmente porque a mãe continua a ser quem mais cuida da criança, podendo a tendência ser invertida se o pai partilhar de forma mais equitativa esta função; (c) os papéis parentais tradicionais, sexualmente estereotipados pela sociedade actual, influenciam os estilos de interacção e as preferências das crianças, sendo o pai mais associado a actividades lúdicas activas e vigorosamente estimulantes, e a mãe aos cuidados diários; ambos os estilos parecem desempenhar uma importante função no desenvolvimento da criança, em especial na identidade sexual (Lamb, 1997b; 2000).

Ainda que se discuta se estas diferenças são socialmente transmitidas ou se têm algum peso genético, há a certeza que ambos os progenitores são capazes de se comportarem de forma sensível e de responderem de forma adequada às necessidades dos filhos. Só a gestação e a lactação são seguramente determinadas biologicamente, fazendo cada vez mais crer que são as convenções sociais que subjazem às diferenças entre os sexos na forma de se envolverem nos cuidados e educação dos filhos.

1.2.3. As tensões de ser pai

A chegada de um filho traz consigo um conjunto de mudanças, obrigações e cuidados acrescidos que, frequentemente, significam um aumento de tensões e *stress* na vida do pai, tal como acontece com a da mãe. O sentido de responsabilidade económica aumenta à medida que a família cresce, e o peso da intensificação e formalização da relação com a parceira também. Sentir que tem de cuidar de uma nova geração que lhe sobreviverá traz incontáveis tensões ao pai. A pressão social para demonstrar a capacidade para ser um bom pai é hoje grande, dadas as elevadas expectativas que sobre ele caem quando faz parte de um casal de dupla carreira.

Estranhamente, a sociedade tem dado ao pai, nos últimos anos, imagens distintas sobre a sua função e o seu interesse social: indica-lhe que é imperfeito e até desnecessário (veja-se a inseminação artificial, as decisões judiciais pós divórcio, ou as críticas aos que não cumprem com os pagamentos de pensões) mas espera exageradamente do seu desempenho no processo educativo (Hawkins e Dollahite, 1997). O dilema parece ter levado muitos a reflectirem profundamente sobre a sua função nas sociedades desenvolvidas actuais, e até tê-los levado a pensarem no significado da vida, justificando números estatísticos de alguns países que falam de um grande aumento de homens-pais interessados e envolvidos nos domínios da espiritualidade ou na pertença a congregações religiosas.

Tais tensões produziram também propostas de prevenção do mal-estar nos jovens pais, com alguns autores a defenderem a necessidade de os preparar para as mudanças, pressões e exigências associadas à paternidade (Gottamn e DeClaire, 1997).

Esperar dificuldades e perceber a sua natureza pode auxiliar na aprendizagem de formas eficazes de lidar com elas.

Um dos aspectos típicos e das preocupações comuns dos pais actuais é o da gestão equilibrada da carreira e da família. Não descurando as dificuldades quase insuportáveis desta gestão para a mãe de hoje, o pai envolvido surge também com ansiedades e preocupações quanto à reduzida disponibilidade para ser pai na qualidade e quantidade desejada. A sociedade continua a não privilegiar no homem a função de paternidade, e ainda que as leis dos países ocidentalizados tendam a reconhecer a crescente importância deste papel, são muito poucos aqueles que sentem espaço nos seus empregos para usufruir dessas situações legais. Falamos, por exemplo, do tempo de dispensa por nascimento poder ser utilizado por mãe ou pai, ou deste usufruir das horas de aleitamento ou das dedicadas a apoio aos filhos doentes (Bronstein & Cowan, 1988).

Um formato particular de família, a dos anos 50, serve ainda de fantasma a muitos de nós como o modelo da família perfeita. Tal enviesamento pode ter a ver com o facto desse formato ser o típico daqueles que agora lideram, pelo mundo, a investigação sobre a família e o pai. Construída com um pai ganha pão, um casal intacto e uma mãe presente na educação dos filhos, é tida como a família tradicional. Interferindo com a nossa visão do que é hoje correcto ou ideal, deixou mães cheias de culpa por falta de tempo para o envolvimento com os filhos e pais confusos sobre que papel assumir. Deitemos fora o mito: a família perfeita e ideal nunca existiu nem existirá, a não ser no imaginário e nos esforços pessoais de cada um de nós, que diariamente tentamos adaptar-nos aos tempos, às necessidades e às mudanças e fazer da sua uma família feliz. E aceitemos: cada vez faz menos sentido falar de famílias convencionais, e cada vez a diversidade de formatos é maior (Cherlin, 1998).

Para gerir as tensões, o pai actual precisa compreender que assume uma miríade de papéis na família e na sociedade, e que só a sua gestão pessoal desses papéis, tendo em conta a importância relativa atribuída a cada um deles, pode trazer bem-estar a si e à sua unidade familiar. Ser o sustento económico continua a corresponder a um papel muito importante a desempenhar pelo pai na maioria, se não todos, os segmentos sociais de quase todas as sociedades. É, indirecta ou directamente, uma forma importante de providir bem-estar físico e emocional, quer viva ou não com os filhos. Um outro importante elemento da sua função é ser suporte emocional para a mãe dos seus filhos. Ainda que seja uma influência menos directa, não deixa por isso de ser fundamental (Lamb, 1997a). O pai pode igualmente interferir na qualidade da dinâmica familiar ao se envolver em cuidados diários com os filhos em casa, reduzindo o peso que cai sobre a mulher e servindo de modelo para as crianças. Finalmente, a influência recai sobre a interacção directa com os descendentes, cuidando, ensinando, brincando e interagindo de forma unívoca com todos e cada um.

1.2. 4. As tensões de não ser pai

O oposto da generatividade biológica é a infertilidade. Esta experiência parece pôr em causa a identidade pessoal do homem, a crença em si e nas suas capacidades, e provocar sentimentos negativos e assustadores de finitude do eu. A masculinidade é igualmente posta em causa, e muitos são os homens que desejam desesperadamente que seja da mulher a causa da impossibilidade de gerar, ou que adiam durante anos, por falta de coragem, a consulta médica que lhes possa confirmar a suspeita de incapacidade de se reproduzirem. Quando há infertilidade, há uma perda evidente de estatuto ou prestígio social, de esperança e de alegria de viver; há a experiência terrível de perda de

auto-confiança, agressão contra o mundo e depressão. A culpa faz parte deste pacote, ao frequentemente levar o homem infértil a sentir nos ombros o peso de ter privado a companheira da experiência de procriação.

Actualmente, as técnicas biomédicas modernas ajudaram a diminuir a infertilidade nos casais em cerca de 50%, e a opção da adopção é cada vez mais uma saída feliz para os vários actores envolvidos nessas histórias de vida (Hewlett, 1992).

Hoje, um outro fantasma bem real interfere com a possibilidade de ser pai: as doenças sexualmente transmissíveis, que têm demonstrado ter consequências adversas na fertilidade humana. A ameaça e o medo levam – infelizmente em números bem mais reduzidos do que gostaríamos – a precauções com o uso do preservativo, limitando minilarmente a possibilidade da mulher engravidar e, portanto, de haver paternidade. Por outro lado, para alguns autores, o evitamento de múltiplos parceiros sexuais, e a tendência para uma diminuição da promiscuidade, complica a escolha no acasalamento, afectando o sucesso reprodutivo (Mackey & Immerman, 2000).

1.2.5. Ausência do pai na vida dos filhos

A família como sistema social complexo foi considerado o núcleo fulcral da estimulação e acompanhamento do crescimento, e o desenvolvimento infantil foi sempre associado à qualidade das relações familiares. O facto de nos últimos anos termos assistido a intensas mudanças na estrutura e na dinâmica familiar, em especial nos países ocidentais, trouxe a lume uma reflexão muito particular sobre a paternidade.

É hoje infindável o número de pais e filhos que passam pela experiência de separação e divórcio. Nalguns países ocidentais, as percentagens são verdadeiramente impressionantes, como é o caso dos E.U.A onde um terço das crianças vive separada do

pai biológico, as crianças de raça branca têm cerca de 50% de probabilidade de viverem com o pai até à idade de 18 anos e as de raça negra uma hipótese de 12% (Mintz,1998). Da mesma forma, o número de nascimentos fora do casamento tem aumentado de forma astronómica, com um terço dos nascimentos em países como os E.U.A. a acontecerem fora do casamento, e levando a que Gottman e DeClaire (1997) afirmem que demasiados pais têm estado demasiado ausentes da vida dos filhos. Em Inglaterra, nove em cada dez famílias biparentais é encabeçada pela mãe, dado que a custódia após divórcio é geralmente dada às mães, e as percentagens globais de famílias deste tipo rondam os 30% (Clarke, Cooksey & Verropoulou, 1998).

Assim, uma das áreas que mais tem recebido o impacto desta situação é a das decisões legais relativas à custódia e à atribuição de poder paternal. Também aqui se tem assistido, nos últimos anos, a uma mudança de critérios que reproduzem as mudanças de entendimento do papel e da função da mãe e do pai na educação e desenvolvimento harmoniosos dos filhos. Tudo isto acontece à revelia de decisões mundiais consideradas importantes, como é o caso do artigo 18 da Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, Protecção e Desenvolvimento das Crianças (Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, 1989), que advoga que “ambos os pais têm a responsabilidade primordial de educar a criança” (Hojat, 1997).

Não tem sido seguramente fácil para o poder judicial encontrar equilíbrios nestas tomadas de decisão, e ainda que haja normas, em cada país, para auxiliar e guiar nas tomadas de decisão dos juízes, elas são demasiado latas e frequentemente pouco apoiadas em investigação científica nos domínios da educação e da psicologia (Thompson, 1986). De novo usando o exemplo dos Estados Unidos da América, porque prolíferos em dados neste domínio, as disputas de custódia entre pais naturais tendem a ser resolvidas com base “no melhor interesse da criança”. O bom senso e a neutralidade

aparentes desta frase têm implicadas complexas e intrincadas tomadas de decisão concretas.

A importância de se defender o bem-estar actual e futuro da criança é óbvia, sobretudo em países onde as decisões são ainda excessivamente marcadas por critérios enviesados, apoiados apenas, e sem reflexão escrupulosa, em expectativas sociais relativas ao género sexual. Assim, é ainda visível em muitos cantos do mundo que o juiz tende a atribuir a custódia à mãe, pressupondo, sem bases científicas para tal, que em toda e qualquer situação a mãe será melhor para a criança do que o pai. Que hoje já se assuma que o pai pode estar tão bem preparado quanto a mãe para desempenhar responsabilidades no cuidar dos filhos é um avanço que seguramente, se adoptado em plena consciência pelos juizes que tratam casos de poder paternal, pode levar, como nalguns casos tem acontecido, à tomada de decisões mais justas e adequadas a cada situação.

Mas o que é o “melhor interesse da criança” quando os pais a disputam no desejo, habitualmente profundo, de a educar, cuidar, amar e não perder?

Historicamente, e até meados do século XIX, em países como a Inglaterra ou os Estados Unidos da América, a preferência judicial era dada ao pai, assumindo que ele tinha todo o direito ao controlo sobre os seus filhos legítimos, e a obrigação legal de os manter economicamente, de os proteger e de os educar (Derdeyn, 1976; 1978). Como herdeiros de privilégios e bens, os filhos eram entregues pelos tribunais ao pai legítimo. Só a partir de 1850 os interesses das crianças começaram a ser defendidos, facto que foi acompanhado pela preferência materna e pela tendência marcada de entregar, sistematicamente, os filhos às mães, em especial se os filhos eram pequenos. A Revolução Industrial trouxe consigo transformações, na passagem da família de contextos rurais para ambientes urbanos, que implicaram a necessidade de estreitar e

cuidar dos laços familiares, agora ameaçados por um mais lato e desafiante envolvimento. Escritos de Rousseau e de Dickens, defendendo a necessidade de proteger os mais novos dos vícios sociais, e de cuidar deles no contexto do lar, empurraram os entendimentos de uma filosofia social para uma perspectiva cada vez mais atenta à criança. Em consequência surgiu legislação relativa ao trabalho infantil, à educação mínima e ao abuso e negligência, num novo olhar sobre seres até aí pouco votados ao respeito social (Thompson, 1986). Como já vimos, o virar do século veio trazer ainda mais peso à importância destes cuidados e do papel da mãe, com o desenvolvimento e a expansão das teorias psicanalíticas, defendendo de forma inequívoca a sua relevância no desenvolvimento psicológico das crianças (Freud, 1940). Dado que, em simultâneo, se veio a sublinhar a intervenção do pai (que não tinha a custódia) como auxiliar económico do filho legítimo, mais fácil se tornava ainda dar à mãe a custódia, mesmo quando esta não possuía posses suficientes, pois estava salvaguardado o apoio financeiro pelo pai (Dreyden, 1976).

As regras do jogo tinham então mudado: no final do século XIX mãe e pai viam invertido o seu papel na atribuição que lhes era feita das custódias após separação, aparecendo agora a mãe como a natural e melhor defensora dos interesses da criança menor, posição confirmada ainda pelo facto de ser habitualmente a mulher a requerer o divórcio, e portanto se encontrar numa situação que lhe dava maior força.

Consolidada uma posição da adjudicação da custódia à mãe, o século XX pouco mais viu, até ao seu final, do que um alargamento da sustentação desta atitude. Só recentemente a posição do “melhor interesse da criança” veio a ser repensada, tendo em consideração que o pai pode ter, por vezes, mais condições psicológicas, emocionais e financeiras para dar ao filho um presente e um futuro melhor que a mãe. Na realidade, a visão desse melhor interesse estivera sempre centrada nos pais e não nos filhos, e só

esta mudança de entendimento levou a que se passasse a ter em consideração como podem os filhos ser afectados pelos pais e pela decisão judicial.

A “psicologização” da sociedade, vista no sentido de trazer os dados, os métodos e a leitura de vida típica da psicologia para a vida social, auxiliou nesta viragem de progressiva atenção à criança real nas decisões judiciais, em particular reconhecendo a importância a dar ao desenvolvimento nessas tomadas de decisão. A tendente neutralização do género sexual e igualitarismo subsequente, associados a mudanças nos papéis de paternidade e maternidade, permitem hoje à mãe e ao pai competirem de forma um pouco mais equilibrada e igual pela presença activa na educação dos filhos.

As leis de alguns países entram em maior detalhe nos critérios relativos à custódia e ao poder paternal, nomeadamente tendo em linha de conta os desejos da criança, a natureza e características da relação pais-filhos, a saúde mental e física de todos os elementos envolvidos e o ajustamento da criança aos contextos familiar, escolar e comunitário em geral (Thompson, 1986). Alguns vão ainda mais longe, usando critérios relativos ao bem-estar espiritual e moral da criança, estabilidade das condições físicas habitacionais, estilo de vida dos pais, capacidade financeira, estatuto conjugal (se estão ou não envolvidos em novas relações, o tempo e estabilidade dessas relações...), comportamento educacional (estilos educativos, qualidade e quantidade das expressões de afecto...) e forma global de vida (Thompson, op. cit.).

O problema destes e outros critérios centra-se na ausência de operacionalização e explicitação que manifestam, levando a uma clara ausência de acordo entre os julgamentos e as decisões efectuadas por diferentes juizes. As suas dificuldades assentam ainda no facto de facilmente se basearem em julgamentos de valor e serem facilmente influenciáveis por atitudes e crenças (religiosas, morais, filosóficas,

culturais, étnicas, sociais, sexuais...). Ainda, tendem a ser falhos no uso de conhecimentos científicos relativos às crianças e suas necessidades desenvolvimentais.

Algumas tomadas de decisão têm-se baseado em propostas mais concretas. São exemplo a entrega de custódia à mãe quando a criança tem menos de 5 anos e a entrega ao progenitor do mesmo sexo quando mais velha (Thompson, 1986).

No geral, a situação a que assistimos, um pouco por todo o mundo e em Portugal, neste início do ano 2001, é ainda a da entrega preponderante do poder paternal às mães, assumindo os pais o papel de educadores quinzenais de fim-de-semana ou de pais à distância (Cooksey & Craig, 1998); no entanto, notam-se já com frequência crescente situações de custódia conjunta, em que pai e mãe são postos em situação igualitária e dividem de forma equitativa a educação da sua criança, e muito pontualmente casos de entrega da custódia total ao pai. A crescente neutralidade de sexos neste processo judicial não deve esconder que a maioria das crianças filhas de pais separados continua a viver com a mãe.

Tudo isto leva a que se fale de paternidade provisória ou de fachada, quando a norma começa a ser que os pais entram na vida dos filhos quando eles nascem e saem quando se separam da companheira ou esposa, fazendo depender esta importante função das características da relação com a mãe da criança. É como se o casamento servisse de instrumento de ligação social e económica entre pai e filhos, a qual finda ou afrouxa com o *terminus* do contrato nupcial. A paternidade fora do casamento torna-se demasiado incerta (Clarke, Cooksey & Verropoulou, 1998).

As conclusões dos estudos das últimas duas décadas sobre as consequências do divórcio ajudam-nos a perceber estes dados. Sabe-se que (1) as crianças reagem melhor após o divórcio se conseguirem manter relações próximas e significativas com ambos os progenitores, a não ser que o nível do conflito conjugal se mantenha extremamente

elevado; (2) muito do *stress* pós divórcio depende das tensões económicas, as quais são acompanhadas por tensões emocionais; (3) em muitos casos as crianças do divórcio são afectadas pelo abandono que sentem, e que é muitas vezes real, de um dos pais; e (4) são afectadas pelo conflito pré e pós divórcio (Lamb, 2000). Em resumo, a evidência sugere que a ausência do pai pode ser prejudicial para as crianças, não porque não está presente um modelo sexual, mas porque muitos dos papéis desempenhados pelo pai – económico, social, emocional – ficam por preencher ou são inadequadamente preenchidos no período pós divórcio.

A paternidade de fachada prende-se com o próprio significado que é dado pelos pais a esta função na sua vida, mudando o foco de biológico para social (Cooksey & Craig, 1998). Repare-se como a nível judicial ao pai é *permitido* visitar os filhos, numa sintaxe onde subjazem muitos dos preconceitos ainda vigentes. Mas se ele não o faz, nada de punitivo lhe acontece do ponto de vista legal – apenas será chamado à pedra se não cumprir financeiramente, mas se optar por ser ausente por opção da vida dos filhos não sofre consequências. Do ponto de vista legal, ele tem a possibilidade de escolher se quer ou não continuar a ser pai (Cohen, 1995).

Um novo casamento frequentemente introduz nesta equação novas obrigações, seja com os filhos que dele resultarem, seja com os filhos já trazidos pelo cônjuge. O resultado tende a ser o enfraquecimento dos laços do pai com os seus filhos biológicos da anterior relação. O fluxo da instituição que é a paternidade começa a tornar normativa a ausência dos pais na vida dos filhos – a transição para a parentalidade tornou-se numa mais clara e intencional escolha, e num momento mais discreto do percurso de vida, tornando também o papel do pai uma função menos entendida como permanente e natural para o homem, ou pelo menos como não contínua. A par destes dados, um crescente número de investigações mostra que a separação dos filhos que é

imposta ao pai contribui grandemente para níveis elevados de tensão e *stress* entre os homens¹ (Cohen, 1995). A presença dos filhos contribui para o sentimento de bem-estar do pai, e a sua solidão pode ser compensada pelo desempenho satisfatório da função de paternidade.

O facto de cada vez mais crianças nascerem fora das até aqui consideradas formas tradicionais de família - seja com pais que não estejam numa relação emocionalmente estável ou que apenas coabitem - sugere também que o processo de identificação com o papel paternal, em certos contextos e estruturas familiares, é cada vez menos claro e mais difícil de ser desempenhado pelos homens.

¹ Tal facto não deve, é claro, obscurecer as gravíssimas dificuldades emocionais, sociais e financeiras porque passa a mulher que tem que educar os filhos sozinha.

2. Significados do conceito de paternidade

“Gostava que os meus filhos se lembrassem de mim como eu me lembro do meu pai – como um homem cujas histórias valiam sempre a pena ser ouvidas...um homem cuja sabedoria estava sempre disponível, um homem cujo amor podia ser sempre esperado.”

Anthony Astrachan

Na perspectiva de Snarey (1998, p. 227) a maioria das tentativas para definir a palavra pai têm diferenciado três dimensões:

- progenitor biológico masculino de uma criança
- homem que desempenha a função de educar uma criança
- homem que origina ou toma a responsabilidade por uma entidade social mais

lata

A dualidade da paternidade biológica *versus* social vai marcar muita da investigação e teoria no domínio. Ao nível biológico estão incluídas as temáticas da sexualidade e da masculinidade, da fertilidade e da procriação. Ao nível social integra-se o papel do pai nas orientações morais dos filhos, no seu sustento económico, na modelagem sexual, no apoio à mãe e à relação conjugal e no envolvimento nos cuidados diários. Foi nesta mesma sequência que os estudos empíricos e as reflexões teóricas se desenvolveram.

Ser pai é uma tarefa psicossocial básica para a maioria dos homens. De acordo com Erikson e a sua teoria de desenvolvimento psicossocial (1959, 1976, 1982), no início e meio da idade adulta o desafio que se coloca ao equilíbrio psicológico do sujeito

é o de encontrar um bom ponto de mediação entre a generatividade e a estagnação/auto-absorção (estádio 7). A complexidade desta etapa de vida parece ser superior à das outras, não só pela extensão de anos que envolve, como pelos aspectos multifacetados e implícitos no acto de gerar.

A generatividade pode ser definida como a capacidade de cuidar de outro ser humano por forma a promover nele o desenvolvimento e, em simultâneo, contribuir para a continuação da espécie e da vida através da criação de gerações futuras. Ainda segundo Erikson (ops. cit.), uma generatividade bem sucedida fortalece no ego o sentido de atender e cuidar de outrem e preocupar-se, quer o outro tenha sido produto de amor, necessidade ou acaso.

No início da idade adulta a maioria dos pais passa pela experiência da paternidade generativa ao originar um filho. Países como os Estados Unidos, o Brasil ou a China têm índices de paternidade próximos dos 90% para todos aqueles que casam.

Para muitos homens é uma transformação central no seu ciclo de vida e nas tarefas e responsabilidades que desempenham. Leva-os a ficar intensamente conscientes da continuidade entre as gerações e do papel pessoal que têm nesse processo. O lado biológico desta função envolve sobretudo a consciência do papel por ele concretizado, com a sua parceira, na expansão e sobrevivência da espécie, mas igualmente integra o acto de cuidar do filho no primeiro ano de vida, em que a sua sobrevivência e viabilidade exigem mais cuidados básicos.

Para muitos pais actuais, os lados emocional e social do fenómeno da generatividade são talvez os mais importantes, levando a que a paternidade seja a tarefa psicossocial mais complexa e significativa por eles experimentada ao longo de todo o seu ciclo de vida (Snarey, 1998). Como acontece com as mães, a maioria dos pais parece experimentar um sentimento de preenchimento emocional com os filhos, e ficar

cativo de uma atracção e amor intensos. As actuais teorias da vinculação, como veremos, defendem hoje que a qualidade da ligação com o pai tem um valor central no equilíbrio psico-emocional do filho (Kenny, Gallagher & College, 1999). A educação da prole, no seu sentido social e moral, pretende em última instância preparar os descendentes para assumirem uma responsabilidade comunitária mais lata, e promoverem ou virem a construir uma sociedade futura cada vez melhor. Assim, ao educar os filhos, o pai também o molda por forma a poder vir a ser um elemento importante de um conjunto de seres humanos que continuarão e construirão o futuro.

Prepará-lo para a felicidade pessoal, mas também colectiva, ensiná-lo a praticar o bem, do ponto de vista da responsabilidade social, do respeito pelos outros e pelo planeta, da ética e da moral nas relações interpessoais, é muitas vezes um objectivo final, nem sempre explícito, subjacente à forma de um pai educar. Esta perspectiva completa a terceira função sob a qual tem sido entendido o conceito de paternidade, dando uma visão mais lata e abrangente a cada acto educativo diário.

3. Paternidade e masculinidade: novos formatos na gestão de emoções

“O segredo de ser um bom pai? Balões de água. Uma luta de balões de água intensa e divertida deita abaixo barreiras emocionais, ressentimentos, desagравos. É só preciso ter a certeza que a mãe não nos apanha a fazê-la no meio da sala.”

Rob Parsons

Segundo Wetherell (1996, p. 316), “Os homens não nascem, fazem-se.” Se assim for, o que será que contribui para a criação da masculinidade? O que é um homem? Que conflitualidades provoca hoje a construção pessoal da masculinidade, num mundo que ainda diz aos rapazes pequenos que “um homem não chora”, mas muitas vezes já estimula os maiores a expressarem emoções e a entrarem em contacto com o seu mundo interior mais sensível? Como (re)conciliar uma visão de “macho latino”, ou de “*robocop*” (tipo Arnold Schwarzenegger ou Sylvester Stallone no seu mais puro estilo duro, invulnerável, emocionalmente distante, agressivo e assertivo, superior e conquistador) com o de um qualquer anúncio televisivo onde os músculos fortes e os braços cheios de pelos suportam a cabeça frágil de um bebé recém-nascido? O que é hoje específico do homem, que vê a mulher a apropriar-se com tanta eficácia dos trabalhos e estatutos que eram, por definição, os seus? Será o facto de se barbear? A forma de se vestir, os gestos, o tom de voz? A maneira de ver o mundo? Será uma definição pela negativa, a partir daquilo que não consegue fazer e a mulher consegue, como gerar dentro de si um filho?

As pressões sociais para a descoberta de uma nova forma de ser homem são patentes até, voltando às imagens de Hollywood, no facto de Schwarzenegger ter sido o actor principal de um filme onde estava grávido e trazia dentro de si um filho até chegar a termo.

O surgimento de grupos e sociedades em defesa da condição masculina, intencionadas a levar o homem, quer a tomar contacto com o seu lado mais selvagem, quer a dar-se conta do seu lado mais feminino (Bly, 1990; Mintz, 1998) são igualmente sinais de mudança e de disparidade de definições do que é hoje ser homem nas sociedades ocidentais, ditas desenvolvidas, e da importância reconhecida actualmente ao vínculo pai-filho.

A masculinidade pode ser vista como uma coisa que nasce com o homem, e que ele naturalmente sabe fazer. Mas, de acordo com autores como Wetherell (1996), quaisquer que sejam as bases biológicas da masculinidade, a identidade do homem é criada de forma activa por cada homem em interacção com o contexto social, histórico e cultural em que se desenvolve. É um conjunto de escolhas sobre o que vestir, como falar e se comportar, como reagir, que aspecto ter. Ainda que acabem sendo automáticas, implicam negociações a partir dos modelos e das expectativas sociais, e colocam por vezes dilemas difíceis de resolver. Talvez hoje a maioria dos homens pense que um homem deve poder chorar, mas de forma ligeira e não excessiva; deve ser meigo com o sexo oposto, mas com contenção e sem “mariquices” exageradas; deve vestir-se de uma forma que nem é excessivamente machista, nem excessivamente efeminada; deve ser capaz de ganhar o pão para o sustento dos filhos e dedicar tempo - retirando daí prazer - a dar-lhes o banho ou a contar-lhes uma história. É por isso um equilíbrio instável, exigente, sempre em busca do ponto certo de mediação entre

extremos mais em desuso, conseguindo tirar sentido de toda a diversidade e criar uma imagem focada deste *patchwork*.

Trata-se então de uma trajetória pessoal, em que cada homem retira dos sinais sociais os indicadores que precisa para se guiar. A masculinidade é assim altamente pessoal e privada, mas também profundamente colectiva, pública, social.

O guião social da actualidade parece dizer aos homens que libertem as suas emoções e se dêem; no entanto, só o devem fazer em família, porque no contexto laboral ainda se espera a dignidade e a ausência de embaraço que advém dele esconder as suas emoções mais suaves e meigas – se bem que possa mostrar as mais violentas, em contextos como a estrada, quando vai ao volante.

A versão do homem tradicional, intacto, puritano, emocionalmente distante, luta ainda com a versão do novo homem reconstruído, já concretizado pelo seu filho ou, se não, pelo seu neto. Todos são produtos das suas gerações e das definições e narrativas que a sociedade, a família, o trabalho têm para eles. O homem típico que foi educado nos anos trinta e quarenta foi ensinado a ser um “verdadeiro homem”, sem as patéticas de se deixar amolecer pelas emoções mais nobres. O homem comum educado nos anos cinquenta, sessenta e setenta, já foi mais impulsionado a ser sensível e atento ao seu próprio sentir e ao dos outros. Só que ninguém o ensinou como se faz...

De entre aquilo que parece importante para definir a masculinidade, encontra-se, à cabeça, o trabalho. A organização dos tempos livres e o investimento nos desportos, como o futebol, foi outro dos factores em redor dos quais a masculinidade se foi definindo. A postura na família implicou igualmente uma forma de estar típica do homem, onde o envolvimento nas tarefas domésticas foi o mote. As diversidades étnicas, culturais, históricas...levaram, no entanto, ao uso da palavra masculinidade no

plural, por se considerar que não há hoje homogeneidade na forma de ser homem: nem de um homem para outro, nem no interior do mesmo (Segal, 1990).

É assim que se entende que a identidade pode ser facetada, múltipla e até contraditória. Nalguns contextos da sua vida diária o homem pode mostrar-se de formas que nunca evidenciaria noutros contextos. Encontrar a sua identidade no meio desta pluralidade pode implicar conflitos interiores e compromissos na gestão da sua forma de reagir ao mundo. Mas a masculinidade tem um carácter relacional e acontece dentro de sistemas humanos, mais ou menos complexos. Assim, o tipo de relação estabelecido com a parceira pode determinar o tipo de companheiro que ele é; não existe, por isso, no vazio. Da mesma maneira, a forma de ser pai dependerá das características do(s) filho(s), das particularidades da relação com a mãe da criança, das expectativas que ambos têm sobre o que é um pai. Depende ainda das intensas e aceleradas mudanças tecnológicas e das expectativas sociais, como é visível no facto do homem ter passado a fazer parte activa do processo de preparação para o parto ou de estar envolvido e carinhoso durante o nascimento dos filhos, em vez de esperar fora da sala de partos, nervosamente, os resultados do nascimento, ou desmaiar perante a impossibilidade de ver sangue ou não aguentar a visão das dores intensas da companheira durante o trabalho de parto. São mudanças dramáticas no comportamento dos pais que alteraram a forma de estes se verem como homens (Petzold, 1995).

Ainda que nalgumas espécies animais, que não a nossa, macho e fêmea se apresentem claramente diferenciados por características externas, nos humanos essa diferenciação tem vindo progressivamente a diminuir, acompanhando as mudanças igualitárias noutras áreas da existência. É o caso do vestuário, dos cortes de cabelo, dos brincos...

Crê-se ainda que a defesa acérrima da masculinidade pode ser, para muitos homens, uma forma de assegurar que não perdem o poder num mundo em assustadora mudança. A hipotética fraqueza associada à expressão emocional pode não ser mais do que uma forma de dizer que não perderam a autoridade nem abriram brechas na invulnerabilidade.

Ser pai, nos formatos hoje esperados pela sociedade para essa função, claramente implica a entrada num mundo emocional, até aqui considerado antro das mulheres. Acariciar, beijar, acompanhar, pegar ao colo, dar de comer, mudar fraldas, brincar às casinhas... são inúmeras formas de comportamentos que filhos, mães e sociedade em geral esperam hoje que o pai desempenhe. Permitir-se sentir, tocar, ou ter comportamentos mais típicos do género feminino é uma batalha que hoje os homens travam consigo mesmos. As emoções estão lá, sempre estiveram dentro do peito mais ou menos forte, mais ou menos musculado, mais ou menos peludo; deixá-las sair, falar delas, expressá-las, mostrá-las ao mundo, em vez de manter a insensibilidade e a agressividade como carapaça, isso sim, é novo, diferente, quiçá uma conquista de um novo ideal de homem. Mas atenção: ao feminilizar o homem, quererão as mulheres fazê-los à sua imagem e semelhança? Não desejarão que eles reproduzam aquilo que elas consideram ser, nem mais nem menos, que a forma certa de estar na vida, de educar, de reagir?

Apesar de tudo isto, e destas tendências transformacionais, as mudanças reais vividas pelos homens de hoje não se coadunam com as explicações biológicas do ser agressivo guiado pela testosterona ou pelos cromossomas. A influência dos contextos ambientais e sociais não pode ser negligenciada nestas transformações. Um mundo marcadamente capitalista e, em consequência, “competitivo, organizado em volta da sectorizações entre trabalho e família, tempo livre e profissão, vida pública e privada“

(Wetherell, 1996, p. 328) não facilita, seguramente, as mudanças desejadas. Estimula a desarticulação emocional e elimina a sensibilidade, fazendo sobressair a superficialidade e desqualificando os valores mais profundos. Diz Seidler (1994) que não fica ao homem mais nenhuma opção que a de ser uma máquina trabalhadora incessante, separada em termos sociais e emocionais do mundo, receosa de intimidade, controlada, neutra, fechada. Ainda que a negatividade desta perspectiva possa ser discutível, alguns de nós encontraremos nela eco de posturas masculinas bem nossas conhecidas, que arredam o homem da área da vida em que as emoções estão mais à flor da pele: a família.

4. Paternidade e cultura: especificidades e comunalidades

“Ser pai é mais difícil que o meu trabalho. Não só as responsabilidades e as consequências são maiores, como a energia, a vigilância, a paciência e a sensibilidade necessárias excedem qualquer tarefa profissional que eu tenha que desempenhar.”

Pai anônimo, 1997, citado em Zimmerman, Salem & Notaro, 1999

A maioria dos pais do mundo não ocidentalizado não tem tido muitas oportunidades de ser alvo de estudos, dada a tendência egocêntrica dos investigadores sociais em explorarem e perceberem o que mais se parece consigo, reproduzindo assim o típico das famílias brancas de classe média (Lamb, 1995). Só muito recentemente os especialistas começaram a examinar as relações pai-filho em grupos étnicos distintos, para compreender as variações culturais do papel do pai (Hossain et al., 1999). Sempre que se estudaram diferenças culturais, houve tendência a considerar a comparação com um padrão considerado “típico e normal”, ou seja, o padrão ocidental dos países ditos desenvolvidos. Vimos já que, mesmo assim, a atenção dos empiricistas foi dedicada ao comportamento e crenças das mães, em prejuízo dos pais, e das suas relações com os bebés em detrimento das relações com crianças e adolescentes (Goodnow & Collins, 1990). Desta forma, são inúmeros os enviesamentos das informações generalizadas que possuímos provenientes do estudo científico da realidade parental, o que nos faz esquecer aspectos centrais que auxiliarão na compreensão da parcela do mundo que melhor conhecemos.

Apesar das visões negativas - muitas vezes deficitárias e pressupondo o papel periférico do pai no funcionamento diário da família - terem influenciado a própria investigação, os dados que agora advém de um aumento cuidado e mais isento da exploração empírica da qualidade e da quantidade de tempo dedicada pelo pai aos filhos confirmem que, na maioria das famílias, ele continua a ser uma figura secundária (Hossain et al., 1997; Lamb, 1987). Ainda assim, há indicações de que, por exemplo em países que estão em guerra, como é o caso de Israel, não houve declínio da centração e preponderância no pai, facto que parece justificar-se pela necessidade óbvia de ter na família uma base equilibrada e inquestionável representada pelo homem da casa, fonte de autoridade e segurança emocional (Horvath, 1995).

Ainda que não obliterando o peso dos aspectos biológicos no desempenho da função, devemos considerar que os valores paternais - e parentais em geral - são moldados pela história, pelos sistemas sociais, económicos e culturais, pela geografia de uma contexto específico e pelos traços psicológicos de cada indivíduo (Lamb, 1995). A sua conjugação faz aceder à “identidade parental” que, a par da especificidade individual, traz em si a marca da pertença a um grupo que transporta as obrigações e caracterizações típicas de ser pai ou mãe para esse sistema e momento histórico particular. Ainda, que haja inúmeras coincidências e semelhanças na forma de ser pai entre diversas e diferentes culturas.

Inevitavelmente, distintas culturas implicarão valores diversos sobre a família, a masculinidade, a educação, e portanto contribuirão diferentemente para as crenças e o comportamento considerado normal no pai (Silverstein & Auerbach, 1999). Do muito que se tem investigado nos últimos anos neste domínio particular, aqui deixamos apenas alguns exemplos, indiciadores de reflexões que nos parecem não poder estar ausentes de um estudo sobre paternidade.

A maioria dos estudos étnicos centraram-se, até ao momento, nas consequências negativas da ausência do pai. Actualmente, modelos de tipo cultural/ecológico e adaptativo/de resiliência são os preferidos para abordar o estudo das possíveis diferenças étnicas (Belsky, 1984), porque muitos foram os preconceitos na interpretação ou na expectativa de que os pais de certos grupos teriam um menor envolvimento no cuidar dos filhos.

É o caso de alguns estereótipos sociais que erroneamente indiciam que quanto mais baixo é o nível-socio económico, menor é o envolvimento do pai na educação dos filhos (Hossain et al., 1997). De acordo com uma revisão de literatura realizada por Hossain e colaboradores (1999) o investimento dos pais na educação dos filhos não varia muito, ainda que seja dependente dos valores culturais. Dados relativos a famílias de Pigmeus Aka, Israelitas, Suíços, Irlandeses, Jamaicanos, Afro-americanos e Hispano-americanos mostram que, em todas estas culturas, o pai está pelo menos um pouco envolvido com os seus filhos, sobretudo com os bebés. Os pais Aka da África Central, por exemplo, estão tão envolvidos e são tão íntimos com os filhos pequenos como as mães, passando pelo menos uma hora por dia pegando-lhes ao colo, limpando-os e alimentando-os. Muitos dos resultados encontrados nestes grupos étnicos pelo mundo fora são semelhantes aos existentes com pais de amostras de classe média branca (op. cit.). De acordo com Hossain e colegas (1997), não há especificidades no grau de envolvimento em função do nível socio-económico, crendo-se apenas que maior segurança económica parece estar francamente associada ao envolvimento do pai nos cuidados dos filhos.

A investigação já documentou que os pais afro-americanos partilham equitativamente com a companheira as decisões sobre as actividades relativas ao cuidado dos filhos, são meigos, cuidadosos e sensíveis às necessidades das suas

crianças, parecem acessíveis e envolvidos com os filhos pequenos, entendem como muito positiva a função de ser pai e partilham com as mães dos seus filhos tarefas básicas relativas ao cuidado diário das crianças (Hossain et al., 1997). Numa investigação realizada pelos autores agora referidos foi possível concluir que os pais afro-americanos se envolviam mais nos cuidados básicos da criança (acalmar, alimentar, vestir e lavar) que os pais hispano-americanos. Aqueles recebiam também mais apoio da família alargada, facto que parece importante nas primeiras interações pais-filhos (Taylor et al., 1990).

Nos estudos com famílias Navajo, as mulheres assumem um papel primordial na tomada de decisões financeiras e no cuidado e educação dos filhos. Tratando-se de um sistema matrilinear, poderia parecer que encorajasse pouco os homens e envolverem-se enquanto pais, mas recentes investigações antropológicas evidenciam que o pai mantém um importante papel na vida das crianças, disciplinando, ensinando, brincando e sustentando economicamente. Ele é um modelo essencial e forte, em especial para os filhos do sexo masculino (Hossain et al., 1999), com quem se envolve activamente.

Os formatos educacionais também não têm impactes consonantes em todos os subgrupos culturais, étnicos e sociais. Um estudo de Steinberg e colaboradores (1994), que aqui tomamos como exemplo, mostra-nos que os efeitos do autoritarismo parental parece não ser tão negativo junto de algumas minorias, particularmente minorias económicas de etnias negras. A importância do autoritarismo, do excesso de controlo e do uso da punição parecem poder ter um efeito central na educação das crianças e jovens dessas minorias para os preparar para uma vida urbana difícil e exigente, senão mesmo violenta.

Seja como autodefesa ou como contra agressão (Dodge, Petit & Bates, 1994, 1995), tal como se entende numa perspectiva adaptacionista, esta forma de educar é

seguramente intencional e produz impactes diferenciados nas crianças e no seu desenvolvimento. Diferentes comportamentos parentais podem ser adaptativos para diferentes subculturas das quais a relação pais-filhos faz parte. Os resultados desenvolvimentistas nos vários grupos étnicos e raciais, no entanto, têm sido vistos, por alguns autores, como indiferenciados nos resultados quantitativos (Van den Oord & Rowe, 1997, cit. in Kelley et al., 1998).

Referiremos aqui um interessante estudo realizado com tribos Nos dos Camarões, por nos parecer que pode auxiliar na compreensão destas diferenças culturais. Com efeito, os pais Nos (a) vêem a gravidez como a aprovação feita por Deus de serem enviados Seus representantes para a comunidade; (b) desejam muitos filhos; (c) dão um elevado valor socioeconómico e emocional às crianças; e (d) valorizam a autoridade parental, a senioridade e o serviço/obediência (Nsamemang e Lamb, 1993). Os seus filhos são educados por múltiplos agentes de socialização, em particular pelas crianças mais velhas, e a mãe e o pai têm uma função muito reduzida nesse processo. Tal não impede que sejam literalmente chamadas “Crianças de Deus”, num visível reconhecimento inexcedível da sua importância para os adultos e família. O sistema não envolve nenhum perito em educação, como um pai ou um professor, mas sim outras crianças e jovens que guiam e apoiam o crescimento dos mais pequenos, chegando os irmãos mais velhos e ser muito mais influentes no desenvolvimento da criança do que os próprios pais (op. cit.). É de concluir que as crianças não são, nesta sociedade africana, meros acomodados activos aos seus educadores, mas sim produtores sociais criativos dos seus próprios mundos. A socialização dos filhos é assim um processo colectivo que ocorre num contexto social, e não um assunto privado que acontece dentro da casa de cada um. Ainda que os pais e outros agentes socializadores das culturas ocidentais adoptem, frequentemente, um estilo didáctico auto-consciente no qual o

adulto é visto como a autoridade máxima para transmitir conhecimentos à criança, sociedades e grupos étnicos não ocidentais atribuem-lhe maior responsabilidade e poder para ir em busca - e construir - dos seus próprios conhecimentos. Continuarmos, por isso, a assumir que a forma de vida ocidental típica na educação das crianças é a desejada e correcta pode levar-nos a fechar os olhos a toda uma imensa diversidade de posturas e entendimentos que nos tragam luz sobre a fatia limitada da nossa experiência pessoal. A paternidade só será totalmente compreendida, a meu ver, se a olharmos de um ângulo descentrado, e não sempre e só como a única possibilidade de educar e crescer bem.

Para além dos estudos conducentes às comparações inter-raciais e inter-étnicas, nos últimos anos, uma outra área bem diferenciada, ainda que característica das sociedades industrializadas e ditas desenvolvidas, tem obrigado a este abrir de horizontes: a das minorias sexuais. Os pais homossexuais ou as mães lésbicas começam hoje a ser aceites e investigadas nas implicações para a educação dos filhos. As suas particularidades colocam questões inovadoras nos conceitos de maternidade e paternidade: Quem pode fazer de pai? Dois homossexuais masculinos poderão superar, junto da criança, a falta de uma mãe? Será que dão apenas aos filhos modelos enviesados e não completos quanto à sexualidade e aos papéis sociais do homem? E uma criança pode ser educada por um casal de lésbicas? Não faltará aí um modelo essencial de vida e forma de estar, sobretudo se for um rapaz? Mas se muitas crianças crescem em contextos familiares menos equilibrados, do ponto de vista dos modelos, quem tem a responsabilidade moral e a segura posição ética de considerar que, ainda que haja amor e cuidados intensos, estes formatos familiares são piores que quaisquer outros? E face à escolha da criança ficar institucionalizada e sem família durante anos,

ou poder viver com um casal que, apesar das suas opções sexuais, a pode acolher e educar em segurança e carinho, que decisão tomar?

São infindáveis as reflexões que se colocam e diversificadas as respostas possíveis. Os domínios da adoção e das gravidezes desenvolvidas em laboratório trouxeram possibilidades antes impensáveis. É todo um mundo novo que se abre e seguramente ajudará a perspectivar e aprofundar a função, especificidade e importância da paternidade.

5. Paternidade, relação com os filhos e cuidados diários

“Se vamos provocar alguma diferença como pai, precisamos fazê-lo agora. A decisão é prática. Tem a ver com horas de deitar, jogos de futebol ao Sábado, histórias e hamburgueres; e tem a ver com agarrar esses momentos das nossas vidas super ocupadas de hoje.”

Autor desconhecido

Tem interessado à investigação científica e aos teóricos do desenvolvimento e da família perceber de que forma as mudanças na família, que indiciam também mudanças de papéis nos seus elementos, implicam alterações na relevância de cada progenitor no desenvolvimento infantil.

Como referimos, na investigação científica foi estudado sobretudo o papel da mãe neste processo, existindo uma infindável informação relativa ao impacto da qualidade dessa relação no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. Inevitável e indiscutível que é este impacto, e continuando a confirmar-se o seu valor absolutamente central na vida da criança, surge hoje como importante a análise científica do papel do pai, figura que, como vimos, foi negligenciada – e se auto-marginalizou - durante anos desse processo educativo.

O estudo da relação entre a criança e o pai, que surgiu como referimos após os anos setenta (Lamb, 1997 a e b) e, portanto já em plena “revolução familiar”, tem vindo a proliferar, em particular no domínio da multidireccionalidade das influências do progenitor masculino no desenvolvimento global dos filhos. Se bem que, apesar das progressivas e evidentes mudanças na estrutura e formato da família, esta influência tenha sido estudada sobretudo no contexto da família dita tradicional - em que o pai

assume o papel de ganha-pão e a mãe aparece com um papel absolutamente exclusivo de *maternage* - mais recentemente surgiu igualmente em redor de formatos familiares não tradicionais, dada a fraca representatividade actual, sobretudo em países prolíferos em investigação aplicada, de famílias com aquelas características.

Foram três os tipos de envolvimento dos pais estudados até ao momento: (1) a *interacção/envolvimento*, definida como o contacto directo observável nos cuidados e actividades partilhadas (seja dar de comer, ajudar nos T.P.C. ou jogar à bola no jardim); (2) a *acessibilidade*, definida como a disponibilidade potencial do pai, ao estar física e emocionalmente perto do filho, não havendo no entanto interacção directa (como seja estar numa das divisões da casa enquanto a criança brinca ou vê televisão noutra divisão); e (3) a *responsabilidade*, correspondendo à tomada efectiva em mãos de decisões e tarefas como a compra de roupas assegurando que a criança tem o que necessita, ida às consultas médicas quando a criança está doente, escolha da escola, organização de *baby-sitting* quando necessário...(Lamb, 2000).

É óbvio que há um largo espectro de gradação no compromisso e envolvimento dos pais nos cuidados diários dos filhos. Alguns têm conhecimento detalhado de tudo aquilo de relevante que compõe a vida deles (do nome dos amigos ao telefone do pediatra, dos medos e ansiedades aos gostos alimentares), outros são periféricos, quer vivam diariamente com a prole ou não. Sabe-se que os que estão mais por dentro da vida dos filhos também ficam com maiores possibilidades de lhes prestar apoio emocional, alargando a prestação de cuidados diários directos - como a alimentação, o banho, o vestir, o levar à escola, o auxiliar nos T.P.C ou o ler a história ao deitar - à capacidade de cuidar das emoções e da estrutura socioemocional da criança ou adolescente. É como que um cuidado mais lato e abrangente, que advém também, numa bola de neve interactiva, do envolvimento diário nos cuidados físicos. Quanto mais o

pai cuidar nestes aspectos mais poderá conhecer para apoiar nos outros. A disponibilidade para as tarefas diárias está assim associada à disponibilidade emocional (Gottman & DeClaire, 1997), e a sua junção permite uma contribuição única no bem-estar dos filhos.

A investigação é inequívoca no facto de haver diferenças no envolvimento das mães e dos pais no cuidado das crianças, ainda que os estudos variem nas percentagens obtidas. De facto, as investigações neste domínio particular são dúbias, dados os resultados conflituosos encontrados (Wetherell, 1996). Por um lado, como vimos, os homens parecem estar, realmente, a passar mais tempo com as suas crianças, num crescendo que é visível desde os anos sessenta. Weale (1995) refere que em 1961 os pais de crianças com menos de cinco anos passavam em média 12 minutos com elas; em meados dos anos setenta esse número aumentava para 17 minutos, e estava em 43 minutos diários nos anos oitenta. Os valores mais recentes mostram que o nível de interacção se elevava, nos finais dos anos 90, a 2 - 2,8 horas por dia, correspondentes a dois quintos do tempo passado pelas mães, e que os valores para a acessibilidade são de 2,8 - 4,9 horas diárias, numa taxa de dois terços do tempo passado pela mãe (Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1998).

Se a proporção se mantiver, teremos os pais do século XXI, em média, a acompanhar directa e diariamente os seus filhos mais de três horas. O grau de responsabilidade, esse, parece não ter aumentado muito nos últimos anos nem diferir em consequência de estarem ou não ambos os pais empregados fora de casa. Tal significa que, quando ajudam nas tarefas diárias de cuidados dos filhos, os pais tendem a funcionar dependentes da companheira, esperando e confiando que elas lhes digam o que devem fazer e como, sendo menos frequente que tomem iniciativas e não assumem qualquer grau de responsabilidade, tal como anteriormente definida, na educação e

cuidado com os filhos (Lamb 2000). No geral, ambos os pais tendem a passar mais tempo com os filhos quando eles são mais pequenos, e o pai passa mais tempo com os filhos rapazes do que com as filhas.

Tal facto em nada deve obscurecer a disparidade real com a mãe. O número de horas de tempo livre entre a mãe e o pai, por exemplo, mostra bem quanto o igualitarismo está ainda longe de ser uma realidade nas tarefas dentro da família. Não há ninguém que duvide que o fardo do trabalho doméstico e das decisões que lhe estão associadas recai ainda, em grande parte, sobre a mulher, sendo para o homem, não uma obrigação, mas uma opção. Num estudo de Petzold (1995), que acompanhou 53 pais em vários momentos do processo de paternidade e desenvolvimento dos filhos, o autor concluiu que ao terceiro e nono mês após o nascimento dos filhos quase 60% dos pais declaravam que só por vezes, ou mesmo nunca, eram responsáveis ou participavam na educação e cuidados dos filhos, mas quando as crianças tinham já 5 anos o seu envolvimento era muito maior. Nessa altura, metade dos pais considerava ser completamente responsáveis pelos cuidados diários e 30% considerava que participava neles de forma frequente. Comparativamente, todas as mães, nos três momentos, se achavam completamente responsáveis pelas crianças. A responsabilidade significa, aqui, tomar decisões importantes, estar rapidamente disponível se necessário, tratar dos filhos quando estão doentes, seleccionar e gerir o envolvimento com a escola, etc.

Um estudo de Hossain e colaboradores, publicado em 1997 e já citado, conclui que na sua amostra de progenitores afro-americanos e hispano-americanos, de baixo nível socio económico, os pais passam metade do tempo das mães a tratar dos filhos pequenos. Dois estudos sobre famílias euro-americanas, nos quais a mãe era doméstica, concluíram que o pai passava 20 a 25% do tempo despendido pela mãe a tratar directamente dos filhos; num outro em que a mãe trabalhava fora de casa, a

percentagem aumentava para 33% (Hossain et al., 1997). Estes resultados variam de estudo para estudo, por razões de índole metodológica, conceptual e prática.

De acordo com uma revisão de literatura citada em Gottman e DeClaire (1997) estima-se que uma família em que ambos os pais tenham uma carreira profissional desempenhada fora de casa o pai tende a ter níveis de envolvimento e acessibilidade proporcionalmente mais elevados do que numa família em que a mãe não trabalha fora, mas há indicadores de que o grau de responsabilidade se modifique em relação às famílias em que só trabalha fora o pai. Segundo os dados daquela investigação, ele participa na vida dos filhos e está acessível cerca de um terço do tempo das mães, ocupando-se concreta e directamente deles apenas 10% desse tempo. Noutros estudos referidos por Lamb (2000) e relativos a investigações realizadas nos anos oitenta, os números sobre a interacção directa do pai junto dos filhos e a sua acessibilidade, em famílias de duas carreiras são, respectivamente, de 33 e 65%. De acordo com Pleck (1997), nos anos noventa estes números subiram para 44 e 66%. Com efeito, e segundo Lamb (2000) e Pleck (1997), essa subida é sinal de mudanças graduais, ainda que modestas, na extensão do envolvimento dos pais no último quarto de século. Quer sejam entendidos em termos absolutos, quer relativos, os níveis médios desse envolvimento aumentaram.

Nas famílias com os dois pais a trabalhar os níveis de envolvimento paternal e de acessibilidade são proporcionalmente mais elevados que nas famílias em que a mãe não trabalha fora de casa.

Todos estes estudos são sinal dos dois tipos fundamentais de comparação de papéis: ou em dados absolutos e relativos temporais (número de horas ou minutos passados com os filhos e percentagem comparativa mãe/pai, respectivamente), ou em dados qualitativos relativos à qualidade da interacção. Os primeiros são indicadores

quantitativos que marcaram uma época, abrindo caminho para os segundos e desbravando o campo para a actual investigação em busca de reflexões e compreensões sobretudo qualitativas.

Por fim parece-nos interessante reflectir sobre o aspecto mais sistémico desta situação. De acordo com Pleck (1997), os factores que mais predizem o envolvimento activo do pai são o número de anos de casados e a comunicação dentro da família. Frequentemente os pais não tomam a iniciativa de serem mais activos na relação com os filhos e na acção directa com eles porque as mães tendem a assumir e liderar essas tarefas - por vezes descrendo da capacidade dos homens para as desempenharem com a mesma perfeição que elas, outras não acreditando que eles queiram ou devam fazê-las. Da mesma forma que, numa conversa, se um dos comunicadores é muito falador o outro tende a calar-se, numa relação, se um sistematicamente assume a iniciativa e organiza as tarefas, deixa menos espaço para o outro poder responsabilizar-se e ter espaço para agir. Quando se criticam os pais por baixo envolvimento na vida dos filhos, deve-se atender às relações em que está envolvido e ao que se passa, globalmente, no sistema familiar, quer a nível de atitudes e comportamentos, quer a nível das crenças sobre o que é e deve ser o papel de cada um na função educacional.

6. Influência do pai no desenvolvimento cognitivo, motivacional e social dos filhos

“Oçam, eu ou sou capaz de ser Presidente dos Estados Unidos ou de controlar a Alice. É impossível ser as duas coisas.”

Presidente Theodore Roosevelt
falando sobre a sua filha

O desenvolvimento humano ocorre no contexto das interações diárias com os elementos familiares significativos (Laakso, 1995). Todos os registros, estudos e escritos sobre o desenvolvimento da socialização e da personalidade enfatizaram, ao longo de décadas, a centralidade das relações entre os progenitores e a sua prole. Em simultâneo, assumiram como igualmente importante a temporalidade dessas experiências relacionais, em especial o efeito das experiências precoces.

Contrariando décadas de investimento no conhecimento do papel da mãe na educação e desenvolvimento dos filhos, e após mudanças na estrutura social e na família que, presumivelmente, impuseram aos homens uma nova forma de assumir as responsabilidades familiares e a paternidade (Silverstein & Auerbach, 1999), estamos hoje perante uma era em que a investigação científica se mostra profundamente interessada em explorar a importância, as características e o impacto da relação pai-criança.

Na literatura científica não há hoje dúvida de que o pai tem um papel central no desenvolvimento dos filhos (Lamb, 1997a). No início, os estudos sobre a relação pai-filhos incidiram sobre se (e quando) a maioria das crianças pequenas formavam relações vinculativas com os pais do sexo masculino. O domínio da vinculação (*attachment*) tem

sido dos mais estudados e privilegiados dado o seu relevo, sobejamente conhecido, no desenvolvimento social e emocional, com implicações para toda a vida e marcas sobre todas as relações futuras (Bowlby, 1969; 1988). Globalmente, os estudos neste domínio mostraram que a maioria dos bebés estabelece relações de vinculação com o pai. Investigações recentes evidenciam, por exemplo, que é a qualidade e não a quantidade da relação que está em jogo, dado que os bebés se vinculam muitas vezes a ambos os pais, independentemente da mãe passar muito mais tempo com eles (Lamb, 1997a). Sabe-se ainda que, a par da quantidade da interacção, os aspectos específicos e formais da relação são fulcrais. A maioria dos especialistas acredita que a interacção frequente e regular com o bebé é essencial para haver vinculação, mas nunca foi determinado quanta é necessária nem como interage a quantidade com o estilo ou qualidade da mesma (Lamb, Hwang, Ketterlinus & Fracasso, in press).

Seguiu-se a necessidade de comparar o tipo de vinculação diferencial estabelecida com a mãe e com o pai, ao mesmo tempo que se tentava descrever e compreender o tipo de comportamento típico dos pais e o valor formativo da sua relação com as crianças (Lamb, 1997b). As conclusões indicam que o tipo e a extensão do envolvimento dos pais-homens varia com a personalidade, os padrões profissionais e as ideologias educativas que os caracterizam mas que, pelo facto das mães serem a figura mais próxima e mais envolvida no tratamento diário das rotinas do bebé, tendem a ser as preferidas quando estes se encontram em momentos de tensão (Pleck, 1997).

Estudou-se depois a sensibilidade e responsividade dos pais ao comportamento dos filhos. Aqui se tem vindo a concluir que, logo a seguir ao nascimento, as mães e os pais se relacionam de forma diferencial com os filhos. Em brincadeiras frente a frente, cara a cara, os pais fornecem vocalizações e estimulações mais imprevisíveis, mais excitantes e menos ritmadas, tendendo ainda a fazer brincadeiras mais de tipo funcional,

e as mães mais de tipo instrutivo. Estas parecem ainda pegar mais nos filhos ao colo para tratar deles (alimentar, dar banho, mudar fraldas e vestir), enquanto os pais lhes pegam mais com intenções lúdicas (Hossain & Roopnarine, 1994, cit. in Lamb, Hwang, Ketterlinus & Fracasso, in press). Em consequência, as crianças passam a esperar do pai mais brincadeira e estimulação, e parecem preferir brincar com eles. Ainda, as mães beijam mais, dão mais abraços, riem-se e falam mais para as crianças que os pais, isto apesar das diferenças culturais que se têm encontrado e independentemente do tempo que investem a tratar delas.

Mais recentemente têm sido estudadas as influências paternas no desenvolvimento dos filhos, que este trabalho detalha em seguida, tendo em conta as vertentes sociais e emocionais do desenvolvimento.

O estudo das relações entre a parentalidade e o desenvolvimento cognitivo, motivacional e social das crianças emergiu como uma área de particular relevância nas últimas duas décadas (Kelley et al., 1998; Parke, 1996).

As investigações desenvolvidas têm versado essencialmente sobre a primeira infância, ainda que nos últimos anos se tenham alargado à adolescência. Menos investigação existe sobre a sua relevância nas crianças que atravessam os primeiros anos de escolaridade, e a que existe neste domínio centra-se em redor das relações entre o comportamento dos pais e os comportamentos, sucessos e atitudes escolares dos filhos (Lamb, in press).

A interacção social, o formato comunicacional e o envolvimento afectivo têm importantes implicações para o desenvolvimento cognitivo e para a motivação com que a criança aborda as tarefas que a vida lhe apresenta, e as características dessa interacção desde os primeiros tempos de vida claramente marcam as competências cognitivas e sociais da criança. Está já provado que essas interacções constituem as estruturas das

relações sociais futuras, e autores como John Bowlby e Michael Lamb auxiliaram-nos grandemente na percepção das suas particularidades.

Desde o nascimento que os bebés utilizam um repertório de sinais relativamente limitado, donde se destacam o choro e o sorriso, para promover a proximidade dos adultos e conseguir que lhes sosseguem as dores e desconfortos, os alimentem e os estimulem para crescer. A complexidade destas interações vai aumentando, e a criança vai crescendo a aprender a confiar no mundo, a descentrar-se nos seus pontos de vista e no seu pensamento, e a entender conceitos de reciprocidade e de causa-efeito.

Nestes domínios, Vygotsky auxiliou-nos na reflexão relativa à natureza adaptativa e funcional das actividades da criança e Piaget enriqueceu as nossas ideias sobre o desenvolvimento da inteligência. Quer concordemos com o optimismo de Vygotsky (1997, 1998), que antecipa que as trocas entre o meio e a criança tendem sempre para a adaptação, ou com maior prudência com que Piaget defende que essas trocas não são necessariamente bem sucedidas (Piaget, 1985), teremos que acreditar que o processo de desenvolvimento, longo, lento e progressivo, se encaminha sempre para equilíbrios majorantes.

A linguagem, tal como Vygotsky nos demonstrou (1998), tem um papel central na regulação dos comportamentos, e os tipos de comunicação utilizados por mães e pais interferem e influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento dos filhos, num processo em que o intersíquico influencia o intrapsíquico. O papel de mediador dos progenitores entre o mundo, seus objectos e a criança, tão bem documentado na investigação de Levenstein com mães de crianças pré-escolares (1970, 1977, cit. in Laakso, 1995), tem sido relevado nas interações entre eles, e tem surgido como um importante factor na evolução intelectual dos filhos. A linguagem é então entendida como a ponte onde assenta a relação entre as vidas mentais de adultos e crianças, e onde

se enquadra, por seu turno, a estimulação cognitiva (Palacios, 1987), numa transição e transformação do diálogo interpessoal para a linguagem internalizada, e desta para o pensamento.

A evolução crescente das capacidades cognitivas/representacionais e da sofisticação linguística permitirá progressivamente à criança comunicar com mais eficácia e exercitar competências como a tomada de perspectiva e a diferenciação entre o eu e o outro (Marvin & Greenberg, 1982).

Crendo, com Vygotsky e Piaget, que a aprendizagem deve ser congruente com o nível de desenvolvimento da criança (Palacios, 1987), consideramos que o facto de um dos progenitores estar mais tempo com a criança torna-o, pelo menos em teoria, mais conhecedor das características e possibilidades desenvolvimentistas do filho, aumentando as hipóteses de que possa adequar melhor as suas estratégias e estilos educativos a essas capacidades (Laakso, 1995). Conhecer, assim, o nível de desenvolvimento efectivo e o potencial, e a zona de desenvolvimento próximo (Vygotsky, 1934-1984, cit. in Palacios, 1987) permitirá um ajustamento de metodologias educativas e estratégias relacionais que promovam o avanço desenvolvimentista da criança.

Aqueles pais, homens, que crêem poder vir a ter um impacto importante no desenvolvimento dos filhos, quer por acreditarem nas suas competências pessoais, quer por acreditarem no papel central do pai na relação educativa, tenderão provavelmente a investir mais nessa relação, a interagir mais intensamente, a agir, a responsabilizar-se, a comunicar mais. A expectativa optimista destes pais (Neto, Marujo e Perloiro, 1999) ajudá-los-á a envolverem-se de forma interveniente na educação da sua prole.

A literatura trouxe algumas indicações de que as crianças que vivenciam ausência da figura paterna se mostram cognitivamente menos competentes do que

aquelas educadas em contextos familiares em que estão presentes a mãe e o pai, mesmo nos casos em que as mães se comportam e reagem da mesma maneira. Conscientes ainda do impacto da relação com a mãe no desenvolvimento infantil, e da aparente impossibilidade de outras figuras adultas substituírem o pai, aquando da sua ausência, os cientistas e estudiosos do comportamento e desenvolvimento humanos foram explorar quais as especificidades da relação para ela ser tão exclusiva.

Em 1984 Yarrow (cit. in Lamb, 1997b) concluía que a estimulação paternal tinha um papel fundamental no desenvolvimento da motivação dos rapazes (mas não das raparigas) para se esforçarem. Algumas escalas e testes de desenvolvimento conseguem mesmo identificar diferenças associadas a maior ou menor envolvimento dos pais-homens.

A competência intelectual já surgiu correlacionada com o envolvimento do pai nas brincadeiras, tempo de interacção e aspirações sobre a independência das suas crianças (Lamb, in press), mais uma vez fazendo sobressair o seu papel, diferente e presumivelmente complementar, do da mãe.

Um aspecto igualmente fundamental do possível impacto do pai no desenvolvimento cognitivo dos filhos envolve as competências linguísticas e interpessoais, presentes na forma como nomeiam, categorizam, dirigem a atenção e explicam à criança aspectos do funcionamento do mundo. Em cada momento de interacção diário este tipo de trocas verbais acontece, sendo que o pai envia mensagens, dá informações e transmite conhecimentos. Por esta razão, crê-se que a longo prazo os formatos comunicacionais de pais e mães tenham efeitos marcados sobre a capacidade da criança processar e reter informação, e regular os seus processos cognitivos (Laakso, 1995).

De novo a investigação tem demonstrado que, apesar de existirem muitas similitudes na forma como estas trocas verbais acontecem, a mãe e o pai divergem nos estilos de interacção global que têm com os filhos. Parece que o discurso do pai é mais curto, mais diversificado, mais informativo, mais exigente cognitiva e linguisticamente, inclui mais ordens, mais perguntas e mais rótulos elaborados (Ronald, 1980). O efeito pode ser o de aumentar o pensamento de tipo representacional e facilitar a responsabilização das crianças pelas tarefas em que estão envolvidas (Renshaw & Gardner, 1990; Siegel, 1982).

Relativamente à forma como a mãe e o pai ensinam – qualquer que seja o conteúdo – parece haver algumas opiniões divergentes. Para alguns autores ela varia de acordo com o estatuto comunicacional das crianças e não em função do sexo dos pais, ou tende a depender mais da reacção das crianças a essas estratégias do que do comportamento diferencial de mães e pais (Laakso, 1995). Há quem defenda, no entanto, que há claras diferenças na forma de pai e mãe ensinarem os filhos (Gonzalez & Palacios, 1992, cit in Laakso, 1995). Nas investigações que têm realizado, os dados mostram que as mães usam estratégias de tipo menos exigente e os seus comportamentos predizem o desenvolvimento subsequente dos filhos, o que não acontece com os dos pais. No entender destes estudiosos, o valor potencialmente estimulante das estratégias depende da sua adaptação às características dos filhos, considerando que as mães estão mais capazes de o fazer que os pais e são mais sensíveis às suas particularidades. Segundo Laakso (1995), em tarefas estruturadas as diferenças tendem a ser sobretudo no facto do pai dar descrições mais exactas, cuidadosas e elaboradas das tarefas, exigir maior responsabilidade dos filhos, mas também tender a ajustar menos o seu discurso ao nível linguístico da sua criança. Em consequência, as crianças mostram mais iniciativa do que nas tarefas com as mães que, por sua vez, se

mostram menos exigentes com os filhos. O estilo dos pais é também mais orientado espacialmente, interferindo com a forma como a criança aprende a aprender (Laakso, 1995).

As características culturais possivelmente explicam algumas das diferenças encontradas na investigação nestes domínios. Apesar das semelhanças nos estilos comunicacionais dos pais em diferentes pontos do mundo, provavelmente não é indiferente o tempo dedicado pelos pais de várias culturas à educação dos filhos, nem a forma como as políticas sociais apoiam ou desencorajam esse envolvimento.

Em todo o caso, as grandes conclusões deste tipo de estudos vão no sentido da importância diferencial do pai na educação da criança. As diferenças entre mãe e pai nos estilos de ensino e de comunicação estimulam aspectos diferentes nos filhos, e nenhum dos progenitores pode hoje ser considerado melhor do que outro. Provavelmente a natureza dotou os progenitores dos dois sexos com abordagens diversificadas para se complementarem e aumentarem as hipóteses de melhor prepararem as crianças para as exigências sociais e cognitivas da vida. O que é importante é realçar que elas recebem diferentes experiências de aprendizagem quando em interacção com a mãe e com o pai, aprendendo aspectos distintos para enfrentar as vivências e resolver problemas.

O facto de termos na educação escolar sobretudo mulheres, e de continuarem a ser, muitas vezes, as mães quem auxilia nos trabalhos escolares, está possivelmente a privar as crianças de importantes formas de aprendizagem que advém exclusivamente do pai.

Interessantes estudos sobre os estilos educativos de pai e mãe vieram associar-se à tentativa de compreensão destas influências duplas. Em 1983, Maccoby e Martin publicavam uma revisão alargada da literatura existente até ao momento, e

identificavam duas dimensões da parentalidade - a responsividade e o controlo parental - como os factores essenciais no processo de socialização da criança. Os estudos evidenciavam que uma resposta meiga e centrada na criança, e atitudes de controlo parental moderado, se mostravam relacionadas positivamente com a auto-estima, o sucesso académico, o desenvolvimento cognitivo e a redução de problemas de comportamento (Kelley et al., 1998; Lyytinen & Poikkens, 1998). Em contraponto, a parentalidade com características restritivas, punitivas, estritas e com excesso de controlo mostrava-se negativamente relacionada com o desenvolvimento e a competência nas áreas social e cognitiva (Dix, 1991).

A nível da pré-escolaridade foi já demonstrado que menos brincadeiras cooperativas com o pai, associadas a poucas interacções verbais entre pais e filhos, se emparelham com menores capacidades das crianças em se darem com os outros e menos motivação para partilharem (Parke et al., 1988).

A especificação destes resultados tem evidenciado que números menores de interacções positivas com os pais implicam redução de ocasiões para que as crianças aprendam competências sociais apropriadas, quer a nível verbal, quer instrumental, e limitem o desenvolvimento de relações positivas com colegas e o sucesso na aprendizagem escolar (Gottman & DeClaire, 1997; McLoyd, 1990). Parece ainda que as crianças do sexo masculino com pais ausentes têm maiores dificuldades em encontrar equilíbrios entre a afirmação e a moderação típica da masculinidade, sendo-lhes mais difícil aprender o auto-controlo e o adiamento da gratificação, hoje em dia consideradas essenciais para uma boa inteligência emocional (Goleman, 1997). Esta influência mantém-se no tempo, como o demonstrou um estudo iniciado nos anos cinquenta, que acompanhou até à vida adulta crianças de cinco anos, já que aquelas cujos pais estavam presentes e eram afectivos com elas na infância se transformaram em adultos com maior

capacidade de empatia, de solidariedade e de relações sociais do que os que tinham pais ausentes. Até os casamentos do primeiro grupo eram mais duradouros e felizes, e a família desenvolvia mais actividades recreativas num contexto social alargado (Franz, McClelland & Weinberger, 1991).

A influência particular do pai começa numa idade muito jovem. Uma investigação citada em Gottman e DeClaire (1997) descobriu que os bebés do sexo masculino com apenas cinco meses de idade que tinham muito contacto com o pai se sentiam mais descontraídos com adultos desconhecidos, fazendo mais vocalizações e demonstrando mais vontade para serem pegados ao colo por eles. Um outro estudo evidenciou que os bebés de um ano com maior envolvimento com o pai choravam menos quando eram deixados sozinhos com um desconhecido.

A presença do pai parece ser igualmente um factor importante no sucesso escolar e profissional das raparigas, mas os resultados nesta área são menos congruentes (Gottman & DeClaire, 1997). Com toda a certeza sabe-se que as raparigas que crescem com a presença activa do pai têm menos probabilidades de se envolverem prematuramente em condutas sexualmente promíscuas e, na vida adulta, tendem a ter relações mais saudáveis e equilibradas com o sexo masculino.

Muitos dos revisores da literatura sobre o tema foram concluindo que existem diferenças de tratamento e interacção associadas com o sexo: o pai afecta o desenvolvimento da identidade sexual e dos papéis sexuais, em especial nos rapazes (Bornstein, 1995). Este aspecto foi confirmado pelo facto dos pais tenderem a interagir mais com os filhos do sexo masculino, desde os primeiros momentos de vida, olhando, vocalizando, tocando, respondendo e cuidando mais do que das raparigas (Lamb, 1997a). Há evidência de que esta diferenciação se intensifica com o crescimento e desenvolvimento da criança.

É interessante notar que este impacto é visível ao nível das crenças, já que pelo menos alguns pais de rapazes acreditam que o pai/homem tem um papel especial como modelo de comportamentos e companheiro de brincadeiras junto dos filhos, e os pais de raparigas consideram que o seu papel e o das mães é coincidente (Fagot, 1974, cit. in Lamb, 1997a). Preocupados com questões de identidade sexual, alguns dos pais estudados têm evidenciado ser mais restritivos com os filhos rapazes e, em contraponto, darem mais brinquedos às raparigas, falarem mais com elas e estarem fisicamente mais próximos das meninas do que dos filhos do sexo masculino. Ainda, tendem mais a desencorajar a agressividade nas raparigas que nos rapazes, não sendo tão exigentes com eles na partilha das responsabilidades e tarefas domésticas (Power & Parke, 1982).

As grandes conclusões actuais sobre todo este tipo de estudos resumem-se a que, qualquer que seja a variável em estudo, quando se pretende perceber o efeito do pai no desenvolvimento dos filhos, o factor mediador mais importante é a qualidade da relação entre eles. Assim, o calor paternal e a proximidade aparecem como altamente beneficiadores e justificativos de todos os impactos positivos tidos pelo pai sobre a sua prole (Lamb, 2000).

7. Paternidade activa e positiva como um factor protector promocional de um desenvolvimento harmonioso

“Quando tive o acidente com o carro a primeira pessoa a quem telefonei foi ao meu pai. Não precisava que ele me dissesse que eu tinha feito um grande disparate, ou quão caro ia ser o arranjo. Precisava que ele me dissesse que estava tudo bem, que eu não era tão parva e inútil como me sentia, e que ele ainda gostava de mim.”

Susana, dezoito anos de idade

A investigação actual mostra que o comportamento dos pais pode servir, quer como factor de risco, quer como factor protector para os filhos. Analisemos primeiro o impacto positivo do pai.

Diz-nos a investigação que as crianças com pais altamente envolvidos se caracterizam por terem uma maior competência cognitiva, maior empatia com os outros, menos crenças estereotipadas sobre as funções de cada sexo e um maior locus de controlo (Pleck, 1997).

O contacto entre o pai e os filhos com quem deixaram de viver após divórcio produz uma redução nos problemas de comportamento dos filhos, nos casos em que a conflitualidade entre os ex cônjuges é baixa. Da mesma forma, os pais que visitam os seus filhos têm maiores probabilidades de pagar as pensões que lhes são exigidas, aspecto central no bem-estar das crianças, já que as protege de níveis próximos da pobreza, precaridade ou simplesmente não muito mais baixos dos que tinham antes do divórcio, com tudo o que implicam de inevitável maior bem-estar (Clarke, Cooksey & Verropoulou, 1998).

Num estudo sobre a forma como os pais passam o tempo que estão com os filhos, e a quantidade de tempo dispendida, Cooksey e Fondell (1996) concluem, de uma amostra a partir de dados recolhidos nacionalmente junto de cerca de 13 mil pais americanos, que os pais que vivem sós com os filhos tendem a passar com estes grandes quantidades de tempo, envolvendo-se mais do que os outros num grande número e diversidade de actividades, e que este envolvimento é maior que o dos pais em famílias de tipo tradicional. Pais em contextos de famílias reconstruídas de tipo pai-madrasta também passam mais tempo com os filhos do que nas famílias constituídas por pai e mãe biológica, e muito desse tempo é passado a conversar com os filhos. No entanto, as diferenças não são marcantes. O que nos interessa sobretudo salientar deste estudo é o facto de se terem encontrado relações muito intensas entre o tempo passado com os filhos e o sucesso escolar destes, independentemente do tipo de actividades em jogo. Assim, conclui-se que não só o tipo de estrutura familiar tem um impacte importante no tempo passado em conjunto e no tipo de actividades que os pais desenvolvem com os filhos, como que o tempo passado juntos é sempre tempo bem empregue (op. cit.)

Há evidência de correlações consistentes nos domínios da identidade sexual, do sucesso escolar e da adaptação social sempre que há uma relação calorosa e estreita entre pai e filhos (Lamb, 1997b).

Na mesma linha, e face a desajustamentos psicológicos ou a problemas de comportamento, os pais podem ser uma fonte essencial para a eficácia terapêutica ou comprometerem seriamente a eficácia da resolução dos problemas, em particular em contexto de terapia (Carr, 1998). Com efeito, um dos factores que tem mostrado, de forma sistemática, poder aumentar a qualidade dos resultados em terapia familiar, é o envolvimento do pai nesse processo. Quando os pais não se envolvem em pelo menos

algumas das sessões, há maiores probabilidades da família desistir da terapia ou desta não levar à resolução do problema (op.cit.).

A importância do pai não precisava assim de ficar confinada à construção da personalidade (fosse da formação do carácter ou da estruturação do eu), mas podia alargar-se triunfantemente a outras dimensões psíquicas: linguagem e inteligência, socialização, identidade sexual... Mostrava-se também que a mãe não precisava ser o mediador por excelência da importância do pai, mas que este exercia uma clara acção directa através das suas interacções activas na vida quotidiana, durante jogos ou banhos.

O pai surgia com uma função universal, simbólica e metafórica, incarnado e activo, do ponto de vista emocional e instrumental desde a concepção, e saía triunfante nas consequências diferenciadas relativamente à mãe, mostrando como a sua função não era facilmente substituível.

Era dito que o tempo passado entre pai e filhos era provavelmente menos importante que o conteúdo e a forma de o passar (Parke, 1996), e que o envolvimento do pai não podia ser de qualquer tipo, mas fazia sentido se fosse um envolvimento positivo.

8. Paternidade como um factor de risco no desencadear de desajustamentos nos filhos

“Fui um desapontamento para o meu pai. Ele queria ter tido um rapaz. Nunca me abraçou, elogiou, nem me disse que me amava. Eu perdoei-lhe, mas a minha auto-estima é muito baixa, estou frequentemente deprimida e estou roída de culpabilidade. Tenho 85 anos de idade.”

Autora desconhecida

Na história ainda recente das sociedades ocidentais, o pai tem aparecido com uma dupla função: a de proteger e de alimentar os que gera, duas tarefas essenciais para a sobrevivência da espécie. Estar ausente dessa duplicidade, ou desempenhá-la com insuficiências, pode trazer danos graves aos filhos. É assim que crescer com um pai que violenta física, sexual ou emocionalmente pode ser mais prejudicial que crescer sem nenhum pai, mas também é hoje ponto assente que a ausência do pai pode efectivamente ser perniciosa para os filhos porque várias das funções desempenhadas pelo pai – económica, social, emocional – não são preenchidas ou são inadequadamente desempenhadas (Lamb, 1997a). Da mesma forma, há indícios de que as crianças que crescem sem pai se mostram mais perturbadas nos domínios da construção da identidade sexual, dos resultados escolares e do ajustamento psicosocial. Parece que não é a própria ausência do pai que exerce estas influências, mas sobretudo as dificuldades de ordem económica, social e emocional experimentadas pela mãe na sequência da ausência do companheiro (Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1998).

As perturbações dos filhos associadas à ausência do pai nas suas vidas, fosse ela física e real ou simbólica, e à sua deficiência enquanto pai (carência de competências) marcaram durante muitos anos a visão negativa do pai e a investigação científica. Se sabemos que os filhos de pais activamente envolvidos, tal como anteriormente referimos, têm maiores competências cognitivas, maior empatia emocional, menos crenças sexuais estereotipadas e um locus de controlo mais interno (Pleck, 1997), concluimos por oposição que a sua ausência e fraco envolvimento privam os filhos destas qualidades.

Se o elevado envolvimento é desejado pelo pai e pela mãe, há condições para mútuas satisfações quando acontece; se é imposto (por exemplo devido ao despedimento do pai enquanto a mãe mantém fora o seu emprego) torna-se numa situação em que há ressentimento, desvalorização pessoal e um conjunto vasto de emoções negativas, que transforma o pai, não num pai feliz por poder interagir mais com os filhos, mas num pai revoltado porque o faz em consequência de não ter outra opção. Nestas circunstâncias, a concretização da paternidade pode transformar-se numa experiência violenta para pais e filhos.

Alguns estudos analisam a influência dos pais hipercríticos, humilhantes ou emocionalmente distanciados, mostrando o risco atroz de desequilíbrios psicológicos que lhe estão associados (Gottman & DeClaire, 1997).

9. Paternidade hoje, filiação ontem: impacte da relação com os próprios pais no actual desempenho do papel de pai

“Nós, pais, estamos tão ocupados a dar às nossas crianças o que não tivemos, que não temos tempo para lhes dar aquilo que nos deram a nós.”

James Dobson

Há já mais de vinte anos que os cientistas sociais, em especial os psicólogos, mudaram o foco do seu estudo sobre os pais, de uma visão limitativa sobre as díadas pai-criança e sobre as influências directas do primeiro sobre o segundo, para uma concepção alargada do pai no contexto global dos sistemas familiar e subfamiliar (Lamb, 1997a).

Numa tentativa de compreensão dos estilos típicos do pai, na forma de educar, comunicar e se relacionar com os filhos, e nos entendimentos que tem sobre o seu papel, alguns autores, ainda que escassos, estudaram as relações entre o actual comportamento dos pais e o dos seus próprios progenitores. Entender ligações e continuidades foi uma das intenções destas análises e investigações, vocacionadas para ir mais longe na explicação do fenómeno da paternidade.

Sabe-se que os pais que viveram com uma figura paterna durante o crescimento tendem a passar mais tempo com os seus filhos (Cooksey & Fondell, 1996). De um ponto de vista sociológico, parece que o preenchimento do papel de pai não só exige tempo e esforço, como é auxiliado pela presença de um modelo.

Com efeito, parecem existir inúmeros precursores para o envolvimento activo e positivo do pai nos cuidados com os filhos (Snarey, 1998), mas o mais importante e marcante é o da experiência de paternidade que o pai, ele próprio, teve, enquanto filho. Duas são as hipóteses teóricas para explicar esta reprodução intergeracional da paternidade: (1) modelagem, através da qual o homem reproduz as forças e qualidades da paternidade que recebeu; e (2) a reconstrução, na qual o homem rectifica as limitações do estilo de paternidade que recebeu do seu pai.

Relativamente à primeira, os autores que a defendem afirmam que os melhores modelos para bons pais são os acessíveis, meigos e que partilham o poder com os filhos, sem perderem as rédeas nem o controlo da relação, estipulando limites e definindo regras. Os filhos, após aprendizagem vicariante, reproduzirão, na sua vez, o que absorveram deste modelo. Há evidência empírica para apoiar este modelo, confirmando que homens que tiveram pais activamente envolvidos na sua educação e cuidados têm muito mais probabilidades de serem activamente envolvidos, também eles encorajando, acarinhando e mostrando atenção ao comportamento dos filhos, como haviam feito com eles. Têm por sua vez filhos que têm resultados mais elevados em medidas de masculinidade e brincam mais aos pais (assumindo esse papel na brincadeira) (Biller, 1993).

Um estudo longitudinal realizado por Peterson e Klohnen (1995) demonstrou que os rapazes que se tornavam em homens mais bem ajustados tinham mais probabilidades de ter tido pais que partilhavam as responsabilidades na sua educação e estavam envolvidos nela. A maioria construíra-se a partir das forças e qualidades do seu pai. Assim, rapazes cujos pais tinham tido uma melhor educação tendiam, enquanto adultos, a dar mais apoio ao desenvolvimento socio-emocional dos seus filhos; rapazes

cujos pais tinham tido profissões de melhor nível e qualificação tendiam, quando adultos, a dar mais apoio ao desenvolvimento socio-emocional dos seus filhos adolescentes; rapazes que haviam crescido em casas em que a mãe e o pai trabalhavam conjuntamente para lhes dar uma atmosfera familiar de maior apoio e cuidado eram os que tinham mais probabilidades de apoiar o desenvolvimento socio-emocional dos seus filhos na adolescência.

Relativamente ao modelo da reconstrução, ele apoia-se no facto de alguns filhos de pais distantes emocionalmente, não carinhosos ou sem poder na relação com a prole, terem que fazer esforços extra para serem bons pais e reduzirem as limitações dos modelos que tiveram. É grande a quantidade de investigação que apoia esta hipótese. Diversos estudos de paternidade concluíram que os homens que viveram relações insatisfatórias com os seus pais, com baixos níveis de envolvimento destes, tinham grandes probabilidades de ter que se adaptar, compensando o modelo negativo que tinham experimentado, e escolhendo, por exemplo, passar mais tempo com os filhos. Felizmente, os dados mostram que é elevada a capacidade de sarar e compensar os efeitos nefastos de feridas emocionais deixadas pelo pai. Deixam-se três exemplos dessa possibilidade. Os homens cuja relação com o pai foi distante ou não carinhosa tendem, em adultos, a dar um apoio superior à média ao desenvolvimento socio-emocional aos seus filhos adolescentes; os homens cujo pai supervisionou de forma inconsistente ou inadequada o seu bem-estar físico davam níveis significativamente mais elevados de apoio ao desenvolvimento físico-atlético dos filhos pequenos; e os homens cujos pais tinham usado de punição física ou ameaças, tendo-lhes provocado medo enquanto crianças, tendiam a dar níveis mais elevados de atenção positiva ao desenvolvimento físico e atlético dos filhos na infância. Como conclusão destas e outras investigações sobre o tema, fica a ideia de que o estilo de paternidade que um rapaz recebe não coloca

necessariamente sobre ele uma limitação que o impeça de ser um bom pai com os seus próprios filhos. Este sabor esperançado e otimista acompanha-se de uma outra perspectiva, que nos aponta a ideia de que as concepções de modelagem e de reconstrução não são mutuamente exclusivas; os modelos positivos são importantes, indubitavelmente, mas a capacidade de transformar as experiências negativas anteriores e as reorganizar através de um processo de crescimento generativo foi já uma concepção defendida por Erik Erkson (citado em Snarey, 1998). Todos os pais, inevitável e felizmente, dão aos filhos um misto de experiências que merecem ser replicadas e outras a serem trabalhadas. Se a memória da sua própria experiência enquanto filho for negativa para um pai, será melhor que reconstrua e se afaste do modelo; se for positiva, deve ser um incentivo para a reproduzir. Esta será, estamos em crer, a forma de todos evoluirmos para seres mais equilibrados e felizes.

IV - METODOLOGIA

1. Enquadramento conceptual justificativo das opções metodológicas

1.1. Escolhas, razões e intenções metodológicas

“Usei a manipulação através de presentes magníficos e preciosamente bem escolhidos: uma bicicleta linda e brilhante quando ele ainda era muito novo para usá-la...um conjunto de luvas, sapatilhas e taco quando ele se interessou por jogar baseball...Confesso: dei-lhe tudo menos a mim próprio”.

Edward G. Robinson

Qualquer investigador deve saber que a ciência é poder: os dados de investigação têm, ou podem ter, implicações políticas, sociais, pessoais (Denzin & Lincoln, 1994).

Toda a metodologia de investigação foi tradicionalmente entendida como uma forma de dar explicações sistemáticas e reflectidas sobre os fenómenos naturais (Newfield et al., 1996). As questões postas pela metodologia envolvem a forma como conhecemos o mundo ou ganhamos informação sobre o seu funcionamento. Por isso a metodologia depende do investigador e das suas crenças sobre a humanidade e o ser humano, tanto quanto da sua epistemologia - em que se questiona sobre qual a relação entre o investigador e o conhecimento. Todas estas crenças moldam a forma como quem investiga age e interpreta o mundo, e o seu paradigma pessoal faz com que toda a investigação seja interpretativa (Guba, 1990).

Dizem-nos Denzin & Lincoln (1994) que todo o paradigma interpretativo faz exigências particulares ao investigador, incluindo as questões que são colocadas e as respostas que lhes são inerentes. A própria questão de investigação e o propósito do estudo já trazem em si uma leitura (possível) da realidade.

A linguagem é a forma de acedermos à cultura de um indivíduo ou de um grupo. Mesmo que não possa, como é natural, fazer-nos por si só aceder a todos os significados e símbolos dessa cultura, ela é seguramente um instrumento por excelência para a perceber (Newfield et al., 1996). Em nosso entender, a experiência individual não deve nem pode ser analisada fora do contexto da cultura de origem, mas a investigação experimental comete muitas vezes o erro de isolar as variáveis em estudo do enquadramento em que se inserem, em vez de analisar de forma sistémica e global a relação dessa variável com o que está para além dela. Ignorar o contexto pode querer dizer pôr em risco a validade de um estudo e das conclusões a que acede (Misher, 1979), já que ele é a moldura de referência que dá significado ao acto de fala analisado. É o que acontece, por exemplo, numa entrevista e ao ponto de vista de quem o emite. São os significados, perspectiva e crenças de cada sujeito em estudo, e a sua relação com o contexto e cultura em que se insere, que interessam àqueles que escolhem fazer investigação não experimental.

Qualquer que seja o método escolhido para recolha e análise dos materiais empíricos há um grau de subjectividade que lhe é inerente. Da mesma forma, ainda que se possa falar num contínuo, algumas das metodologias de investigação são mais próximas de um positivismo lógico e outras mais de uma perspectiva construtivista (Lipson, 1989). Um observador da realidade, com pretensões de a interpretar ou lhe dar algum sentido, como acontece com o investigador, nunca pode advogar ser objectivo, mas deve acreditar que traz os seus pontos de vista subjectivos, sempre, para a

observação dessa realidade. A realidade objectiva não pode ser captada (Denzin & Lincoln, 1994). Segundo Peacock (1986, p. 67), “um facto é uma percepção vista através de um quadro de referências”. É também esta a nossa posição no presente estudo, na medida em que ele se baseia naquilo que os sujeitos estudados acreditam ser para eles um facto – não mais que as percepções que eles desenvolvem a partir dos seus enquadramentos culturais e de história pessoal, bem como do discurso colectivo de que fazem parte integrante. A investigação deve, ela mesma, ser um espaço de discussão ou de discurso. Não tem um paradigma ou teoria distintamente só seu, nem pertence a uma única disciplina, porque múltiplas estratégias e métodos são usados por inúmeras abordagens teóricas e inúmeros campos científicos.

Transformar os dados brutos em informação válida e com significado é outro dos momentos centrais do processo de investigação e das tomadas de decisão que lhe são inerentes.

O que o investigador fará com os seus dados é contar histórias sobre os mundos que estudou. O produto final do seu estudo será uma criação complexa, reflexiva, inventiva e inteligível do fenómeno em análise (Denzin & Lincoln, 1994). Espera-se que consiga juntar partes de um todo e explicar ou meramente descrever as relações importantes e significativas que se estabelecem entre elas.

Os investigadores mais treinados começam com uma questão e depois vão em busca de respostas através do processo lógico de inquérito ao qual chamamos metodologia. Escolhem os métodos que mais eficazmente lhes farão aceder a essas respostas. A escolha dos instrumentos a usar e das práticas de investigação a utilizar dependem das questões que são colocadas, e as questões, por sua vez, dependem do contexto (Nelson et al., 1992).

As metodologias de investigação abrem possibilidades e aumentam o leque de questões sobre a realidade. Criam oportunidades para mais dúvidas se levantarem ao investigador, e se prepararem mais e futuros campos de análise. Na escolha das metodologias a usar, a visão externa, típica das abordagens quantitativas, complementa-se com uma visão interna da realidade do(s) sujeito(s) em estudo, típica das abordagens qualitativas.

Os seres humanos reflectem sobre o significado dos seus actos e experiências, e os métodos científicos usados pelas ciências humanas, em particular pela psicologia e pela educação, devem ser capazes de medir as experiências relacionais e a percepção que delas se tem, não perdendo de vista a dimensão humana (Newfield et al., 1996). A investigação deverá sublinhar a natureza de construção social da realidade, a relação próxima entre o investigador e aquilo que ele estuda, e as limitações situacionais que a moldam (Gergen, 1994). Ao procurar respostas às questões que aborda tenta perceber como a experiência social é criada e como lhe é dado significado, centrando-se no processo e reconhecendo e atendendo ao enquadramento valorativo que marca os dados. A perspectiva pós positivista, as sensibilidades pósmodernas, a intenção de capturar com proximidade e detalhe o ponto de vista do sujeito, e a preocupação com as características ideográficas, ricas e detalhadas do mundo social de todos os dias, são os aspectos considerados como justificativos desta escolha (Denzin & Lincoln, 1994).

Perante as opções que se colocaram à autora do presente estudo foi tomada a decisão de realizar uma investigação essencialmente de tipo qualitativo, de estilo fenomenográfico (Marton & Booth, 1997; Richardson, 1999).

Conhecer a variação na consciência sobre o mundo e na forma de entender a experiência, através das representações pessoais e colectivas dos fenómenos, tem sido um dos principais objectivos da fenomenografia (Kroksmark, 1987, cit. in Marton &

Booth, 1997). Ela usa-se de processos analíticos que se tentam afastar de algumas das críticas feitas às metodologias qualitativas e associa a busca da compreensão profunda da experiência com o rigor científico (Richardson, op. cit.). É uma abordagem apoiada empiricamente, que tem como intenção identificar as formas qualitativamente diferentes com que as pessoas entendem, conceptualizam, e vivenciam as suas experiências. A perspectiva é assim interior, de dentro daquele que a experimenta. Não se estuda o fenómeno como ele é, mas sim como ele parece a quem o vê ou vive, pelo que não faz sentido ter uma atitude crítica ou céptica relativamente à perspectiva que dele tem o sujeito avaliado. Este descreve o que pensa, e essa descrição é aceite no seu valor factual, dado que expressa o seu conhecimento e o sentido que ele dá às acções pessoais ou sociais (Bligh, 1993, cit. in Richardson, 1999). O que está em jogo não é descrever o mundo, mas sim descobrir a perspectiva das pessoas sobre esse mundo. É por isso uma abordagem à investigação com características relacionais, experienciais, conceptuais e orientada para os conteúdos (Marton, 1986. O presente estudo, assim realizado de acordo com a fenomenografia, é eminentemente exploratório, com um formato de análise de casos múltiplos e de investigação não experimental. O objectivo e o *design* são, como referimos, descritivos (Sprenkle & Moon, 1996).

A entrevista semi-directiva foi o instrumento de excelência escolhido, pela análise indutiva de discurso que possibilita. Como referia Richardson (1999, p. 14) “o que é necessário é uma abordagem reflexiva que leva em linha de conta a relação social entre investigadores e os seus informantes, e a natureza construída da entrevista de investigação (...) chamada por Bourdieu objectivação participante.”

Competências de observação, criatividade, intuição e escuta empática devem estar presentes, em nosso entender, na prática das entrevistas semi-estruturadas. Contrariamente ao que acontece nas entrevistas de tipo estruturado, em que a imposição

de um guião rígido não permite tão claramente a flexibilidade necessária a um aprofundamento do pensamento do sujeito avaliado, a entrevista semi-estruturada dá espaço, pela sua forma, a uma gestão maleável e portanto mais individualizada e detalhada das questões e respostas. Da mesma forma, possibilita uma relação mais envolvida e é mais próxima de uma conversa de tipo naturalista, donde se pretende fazer sobressair as ideias e reflexões do entrevistado sobre o tema em estudo. Guiados pela mão de um bom entrevistador e por um guião apropriado à intenção da pesquisa, os entrevistados podem descobrir e ajudar o entrevistador a descobrir o seu pensamento e discurso interior sobre um tema e os modelos conceptuais que advoga sobre a vida e o mundo (D'Andrade, 1976).

A entrevista é uma acto de fala muito particular. Habitualmente, se bem feita, provocará uma abundante quantidade de informações que necessitam ser analisadas e organizadas de forma sistemática. A entrevista usada num contexto de investigação pode ser um espaço para dar voz àqueles que são estudados. Se tal for conseguido, o investigador torna-se no instrumento que faz ouvir e amplifica essas vozes (Denzin & Lincoln, 1994). Neste sentido, podemos enquadrar a entrevista dentro duma visão de construcionismo social (Gergen, op. cit.), aceitando que o significado da vida, das coisas, das ideias, é construído em relação. A entrevista pode ser um momento privilegiado da relação entre o investigador e o entrevistado, e entre estes e as questões que estão em estudo.

Após registo e transcrição integral dos relatos verbais, tudo o que é dito deve ser categorizado, com base na nomenclatura do sujeito em estudo e nas suas formas de dividir o mundo. Estas categorias, divisíveis em subcategorias, não são feitas aprioristicamente, mas emergem da análise dos dados, para que sejam mais facilmente controladas as interferências e pré-conceitos de quem investiga. A entrevista é por isso

um método para identificar categorias pessoais e culturais, arrumá-las de forma organizada e com sentido, estabelecer relações entre elas e identificar os aspectos centrais da reflexão de cada sujeito. Assim se poderão perceber as formas de leitura e entendimento que ele tem do mundo e do tema que aprofundamos. Para ilustrar e melhor chegar a este entendimento, cada categoria e subcategoria é completada por citações consideradas relevantes (Marton & Booth, 1997). A partir dos relatos recolhidos e das categorias a que dão lugar, cria-se uma ordenação hierárquica dessas categorias que dêem significado ao recolhido e descrito.

Determinar quais são as unidades de análise é um processo que envolve subjectividade, pois é inevitavelmente interpretativo e requer julgamento e escolha (Agar, 1986). Apesar disso, as conclusões não podem vir a ser um conjunto de impressões gerais e pessoais, deixando enterradas sob as infinitas informações recolhidas as “reais” e centrais concepções dos sujeitos. A busca de sentido não pode esgotar-se nas categorias, mas conseguir usá-las como instrumento de leitura da realidade apresentada, e a partir dela retirar o verdadeiro significado. A sequência da análise fenomenográfica realizada envolve assim o registo de uma conversa/entrevista sobre a experiência subjectiva imediata face ao tema, a sua transcrição, a compilação organizada e hierarquizada das ideias, a sua análise categorial e as conclusões sobre as concepções do fenómeno, não tal como é em si mesmo, mas sim tal como é compreendido. Neste enquadramento, as concepções encontradas são tratadas como entidades em si mesmas e são vistas como partes de um todo complexo que nunca conseguiremos abarcar (Marton & Booth, 1997).

Na prática, tratou-se neste estudo de estudar o discurso individual de 3 diferentes gerações das mesmas 12 famílias, atendendo às narrativas construídas através da conversação. Pretendeu-se tornar explícito o conhecimento implícito associado à

vivência da paternidade, levando os sujeitos avaliados, através da entrevista, a criarem um meta-conhecimento e uma meta-análise da sua percepção sobre o fenómeno.

Os diferentes olhares vindos de elementos que vivenciam ou vivenciaram a mesma realidade pretendeu enriquecê-la. A abordagem seleccionada teve a intenção de nos ajudar a compreender a importância do contexto na moldagem dos comportamentos e das crenças pessoais, coligir várias perspectivas individuais e cruzá-las dentro de uma mesma família, de uma forma transgeracional, retirando uma visão colectiva do significado da imagem do pai. A intenção foi a de desenvolver uma descrição rica, quer de cada indivíduo e grupo, quer do sistema familiar de que ele faz parte, quer de um conjunto mais vasto de indivíduos que se desconheciam mas se encontravam em condições aparentemente semelhantes. Assim, tentou chegar-se a um conjunto de perfis individuais (de doze pais, de doze filhos e de doze avós), familiares (de doze famílias, estudando três elementos de cada) e grupais (do grupo dos pais de 1ª geração, dos pais de 2ª geração e dos filhos de 3ª geração) e perceber-lhes as diferenças e as proximidades.

1.2. Critérios de escolha da amostra

Muitas das investigações em ciências humanas apoiam-se em amostragens de sujeitos “propositadas” ou “teóricas” (Newfield et al., 1996). Há uma intencionalidade apriorística que leva à selecção daqueles que se pretendem estudar, pelo que se definem critérios, mais ou menos objectivos e claros, ou listas de atributos que a amostra tem de possuir (LeCompte & Preissle, 1993). Esta classificação caracterial faz sentido e é suficiente quando a preocupação primeira do investigador é documentar padrões de comportamentos que ocorrem em determinados tipos de relações. No entanto, a rede de

critérios criada deve ser suficientemente elástica para apanhar muitos e diversificados elementos e fenómenos, para mais aprendermos sobre o que estudamos. Aqui, a preocupação do investigador não é se a informação dada é representativa de uma população, grupo ou cultura, mas se a informação que se recolhe é relevante, completa, rica e suficiente (Morse, 1989).

No nosso estudo houve o cuidado de minimizar as diferenças na amostra, por forma a, ao reduzir a heterogeneidade, identificar de forma mais fácil as categorias e as propriedades comuns ao fenómeno em estudo. Dado a paleta das diferenças ser mais pequena, as condições sob as quais uma determinada condição ou propriedade existe ou se manifesta está muito mais claramente definida e poderá ser bastante mais previsível (Glasser & Strauss, 1967).

Pelo facto da nossa amostra ser “teórica” ou com critérios pré-definidos, pode considerar-se que permite algumas deduções relativas a culturas particulares: a cultura da classe média-alta, a cultura dos grupos familiares com filhos no primeiro ciclo da escolaridade obrigatória, a cultura de famílias intactas em que cohabitam pai, mãe e filhos, a cultura das famílias em que pelo menos um dos avós está ainda presente e activo.

A cultura de um grupo é por vezes utilizada como um mecanismo explicativo da forma como os elementos desse grupo interpretam a experiência e geram comportamentos (Spradley, 1979, 1980). Cada cultura classifica e selecciona as suas experiências em categorias e tem regras e “mapas” para determinar quais são os comportamentos esperados e aceites e aqueles que o não são. Dizia o autor agora referido que as cognições e ideias que as pessoas partilham num determinado grupo são a sua cultura. As famílias partilham uma cultura, tanto quanto os grupos socio-económicos.

De acordo com Lamb e colaboradores (Lamb, Hwang, Ketterlinus & Fracasso, in press) poucas investigações têm explorado as características das relações pais-filhos envolvendo crianças entre os 6 e os 12 anos de idade. Os estudos existentes com crianças destas idades preocuparam-se mais, até ao momento, em perceber as influências de colegas, professores e instituições educativas no ajustamento e desenvolvimento infantil. Mesmo no caso de estudos com pais de crianças nestas idades, o aprofundamento tem sido em redor da influência dos progenitores masculinos no desempenho dos filhos e na motivação para esse desempenho, ou ainda na comparação dos impactes de pais e colegas no comportamento das crianças (Lamb, 2000). Tal não espelha a importância dos pais neste período da vida, que em nada diminuiu nem se reduziu, em comparação com anteriores ou posteriores momentos do desenvolvimento. Se bem que os colegas se tornem mais importantes à medida que a criança avança para a adolescência, os pais não perdem a sua relevância: o seu papel transfigura-se mas não enfraquece. Ainda, a segunda infância é uma etapa da vida marcada por um importantíssimo factor: a entrada na escolaridade formal obrigatória.

Este factor traz consigo o abrir de um conjunto de áreas de socialização, estimulação e apoio a nível intelectual, o acesso a uma nova área da linguagem (a escrita), e o desejo de sucesso escolar, que colocam à família exigências e posturas diferenciadas das até aí vividas. Estas particularidades e desafios colocam-se mesmo que as crianças já tivessem estado em instituições pré-escolares, e portanto a experiência da introdução no mundo social já tivesse acontecido antes. Por estas razões, a amostra deste estudo centra-se na faixa etária entre os seis e os dez anos, em crianças do primeiro ciclo do ensino básico, pretendendo colmatar com materiais empíricos um interessante momento do desenvolvimento que não tem sido explorado na relação privilegiada com o pai.

O facto de termos avós ainda presentes e mais ou menos intervenientes na vida de filhos e netos foi igualmente um factor a ter em conta para nos permitir as percepções das três gerações diferentes. Avaliar avós desgarrados, sem o cuidado de fazerem parte do mesmo sistema familiar dos filhos, pareceu-nos poder vir a empobrecer uma caracterização que se desejava enquadrada contextualmente. Finalmente, foram excluídas da amostra as famílias de pais separados, tendo-se estudado apenas agregados familiares em que ambos o pai e a mãe co-habitavam com os filhos. Ficámos assim com pais que são, pelo menos em teoria, diariamente presentes na vida da sua prole.

1. 3. Acessibilidade aos dados e tomadas de decisão

Os materiais empíricos foram recolhidos em escolas privadas da região da grande Lisboa, por se tornar no formato de acesso mais fácil a um grande número de pais, crianças e avós. Em simultâneo, a determinação do envolvimento de sujeitos oriundos de escolas privadas facilitava a homogeneização da população do ponto de vista das idades e dos níveis socio-económicos.

Partimos do pressuposto que os pais das famílias de classe média-alta são por excelência indivíduos com vidas profissionalmente bem sucedidas, e portanto intensas e absorventes, com tudo o que isso implica relativamente ao tempo para dedicar à família. Tolson (1977) defende que aquilo que distingue os homens da classe trabalhadora e da classe média são os tipos de masculinidade possíveis quando um homem ganha uma jorna *versus* um salário, trabalha pelo relógio em vez de trabalhar por marcação de reuniões, tem insegurança laboral e medo de se acidentar em vez de segurança no trabalho. Diz ainda que há um tipo diferente de homem e de masculinidade que advém da vida profissional em corredores com escritórios ou salas pessoais de trabalho, reuniões, telefones, nomes na porta, comparada com a masculinidade surgida das

relações de fraternidade a comer o almoço em qualquer canto da fábrica ou do estar confinado a espaços pequenos, desagradáveis e comunitários. É seu entendimento, ainda, que os homens de classe média estão mais isolados que os da classe baixa, mais enredados em lutas individuais para o sucesso e têm, eventualmente, um trabalho mais envolvente, em termos de tempo e de identidade pessoal. Afirma Seidler (1994) que a criação e manutenção de uma carreira de sucesso nos homens da classe média e alta exige deles que a sua personalidade, carácter e competências sociais, juntamente com conhecimento e experiência, sejam postas a soldo no mercado de trabalho, e trocadas por tensões, *stress* e exaustão. É igualmente sua opinião que os homens da classe trabalhadora se podem tornar mais patriarcais e autoritários para fazer contraponto a uma experiência profissional em que são subordinados e destituídos de poder. A necessidade de dominar é assim concretizada em casa, na família, a qual pode ser experimentada como um fardo caso a única obrigação do homem seja sustentá-la, justificando assim a sua inevitável imersão no mundo do trabalho.

Em contrapartida, o mesmo autor considera que os homens de classe média e alta tendem a ser mais poderosos na vida profissional, o que lhes permite ser, pelo menos em teoria, mais igualitários na vida familiar e envolverem-se em posturas de partilha de tarefas e, portanto, de poder. Acedem assim a uma imagem da relação conjugal como uma parceria, mas precisam das ajudas da esposa ou companheira dentro da família para conseguirem manter o elevado e desgastante nível de actividade profissional.

A haver veracidade nestes entendimentos, os homens da 2ª geração que entrevistámos poderão ter uma forma de percepcionar a paternidade, e de a compatibilizar com a sua masculinidade, bem diferente daquela que obteríamos se tivéssemos escolhido estudar pais de classe socio-económica desfavorecida.

Da mesma forma se antecipou que, na sequência da feminilização do mercado de trabalho, as mães da classe social média-alta teriam, tal como os homens da amostra, carreiras profissionais de sucesso e, em consequência, seriam igualmente envolvidas de forma absorvente na vida profissional. Estes dois factores – o de família com dupla carreira e o sucesso e extensa participação em actividades profissionais fora da família – pareceram-nos indicar condições interessantes para analisar as eventuais mudanças dos papéis dos pais. O facto de, como veremos, nalgumas dessas famílias a geração anterior ter vivido com um desafoço socio-económico muitíssimo inferior ao da actual geração, poderia auxiliar-nos a entender uma possível evolução de papéis e funções associadas a grandes alterações do comportamento e da presença do pai e da mãe na família.

2. Caracterização da amostra

A amostra incluiu doze pais nascidos entre 1958 e 1967, doze pais nascidos entre 1919 e 1934 e doze crianças nascidas entre 1990 e 1994. Existem assim doze grupos de três elementos (um avô, seu filho e seu neto) e cada tríade compreende elementos da mesma família, num total de doze famílias. Ao longo do estudo e da apresentação dos resultados referir-nos-emos à amostra de avós como a 1ª Geração, à dos pais como 2ª Geração e à das crianças como 3ª Geração, para facilitar a diferenciação entre as sub-amostras.

Como atrás referimos, por razões práticas e teóricas foi controlado o estatuto socio-económico ao envolver apenas famílias de classe média-alta e crianças do 1º ciclo a frequentarem escolas privadas da região de Lisboa. De igual forma, a amostra integrou representantes de um único formato de família, as chamadas famílias intactas, por forma a controlar o tipo de presença e envolvimento do pai na relação com a criança.

No quadro nº 1 que se segue podemos ver a distribuição dos sujeitos pela idade.

QUADRO Nº 1

IDADE DOS SUJEITOS DA AMOSTRA			
	2ª Geração	1ª Geração	3ª Geração
Média	39	69,4	8,4
Mínima	33	59	6
Máxima	42	81	10

Como podemos analisar, a média de idades da amostra dos avôs é de 69,4 anos (com idades compreendidas entre 59 e 81), com uma grande diferença (22 anos) entre os limites mínimos e máximos. Por sua vez, a média etária dos pais é de 39 anos, distribuindo-se entre os 33 e os 42. Finalmente, a média de idades dos filhos é de 8,4 anos, tendo a amostra infantil crianças com idades que oscilam entre os 6 e os 10 anos. Atendamos em seguida, no quadro nº 2, à caracterização da amostra relativamente ao número de filhos dentro dos subgrupos da 1ª e da 2ª Geração.

QUADRO Nº 2

NÚMERO DE FILHOS		
	2ª Geração	1ª Geração
Média	2,3	3,5
Mínima	1	1
Máxima	4	8

Relativamente ao número médio de filhos por casal em cada geração, verifica-se que no caso da geração dos avós (1ª geração) ele é de 3,5 filhos (com famílias com um filho único e outras com 8 filhos), enquanto na geração dos pais (2ª geração) essa média

é bem inferior (de 2,3 filhos por casal). Tal está em concordância com os dados estatísticos por todo o mundo ocidental indicando baixas visíveis na natalidade. De notar que na 2ª geração os sujeitos se distribuem entre famílias com um só descendente e famílias com quatro. Saliente-se que se trata de uma amostra de nível socio-económico médio-alto que terá, em princípio, condições económicas para ter descendências numerosas e conhecimento para decidir conscientemente sobre a planificação da sua família.

Tendo este facto em consideração, temos ainda assim uma diminuição no número de descendentes de uma geração para a outra. Tenderão os pais de hoje a apostar em menos filhos para investir na qualidade da educação? Estaremos, ao invés, meramente face a um fenómeno resultante de casais com dupla carreira e menor disponibilidade física e emocional para procriar e dedicar tempo aos filhos? Talvez a resposta esteja na conjugação de ambos os factores.

A caracterização do número de anos de casados dos elementos da amostra encontra-se no quadro nº 3, que se segue.

QUADRO Nº 3

ANOS DE CASADOS		
	2ª Geração	1ª Geração
Média	12,9	44,2
Mínima	7	35
Máxima	18	54

Quanto aos anos de casados, verifica-se que, na geração dos avós, temos uma média de 44,2 anos (com casais juntos há 54 anos e, no limite inferior, outros que vivem em conjunto há 35 anos). A média de anos de casados da actual geração de pais é de

12,9 anos (distribuindo-se entre casais com 18 e 7 anos de casamento). E ambas as sub amostras há, por isso, grandes disparidades neste aspecto caracterial.

Analiseemos em seguida a composição dos agregados familiares.

QUADRO Nº 4

COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR		
	2ª Geração	1ª Geração
Média	4,5	2,6
Mínima	4	2
Máxima	6	3

A composição dos agregados familiares mostra que, na geração dos pais e dos filhos (2ª e 3ª), temos sete famílias em que co-habitam quatro pessoas, quatro famílias em que co-habitam cinco e uma família em que co-habitam seis pessoas. Em todos os casos a composição do agregado familiar é limitada à família nuclear. No caso da geração dos avós (1ª), à excepção de duas que co-habitam ainda com filhos (um solteiro e um deficiente), todas se compõem, actualmente, apenas do casal, dado o facto dos restantes filhos habitarem autonomamente, por inerência do casamento ou por opção.

Para detalharmos os dados de caracterização da amostra, apresentamos em seguida o quadro nº 5, que nos retrata os resultados da amostra de pais (2ª geração):

Quadro nº 5
Identificação e caracterização da amostra dos pais

IS	Idade	Profissão	Habilitações	Idade da Mulher	Profissão da Mulher	Habilitações da Mulher	Composição do Agregado Familiar	Anos de Casados	Número de Filhos	Idade dos Filhos	Sexo dos Filhos
AI 1	42	Técnico de Seguros	Frequência de 3º ano Licenciatura em Recursos Humanos	38	Designer Têxtil	Licenciada em Design	5	14	3	12 9 7	Masculino Masculino Feminino
AI 2	39	Economista	Licenciado em Economia	38	Economista	Licenciada em Economia	4	14	2	9 5	Masculino Feminino
AI 3	37	Industrial	9º ano	37	Dona de Casa	12º ano	4	15	2	13 7	Masculino Feminino
AI 4	42	Engenheiro	Licenciado em Engenharia Electro-técnico	51	Professora	Licenciada em Românicas	4 (1 enteado)	9	1	8	Masculino
AI 5	33	Professor	Licenciado em Matemática	33	Dona de Casa	Licenciada em Gestão de Empresas	4	10	2	7 3	Masculino Masculino
AI 6	36	Gestor	Licenciado em Relações Públicas	41	Técnica Publicidade e Marketing	Licenciada em Publicidade e Marketing	4 (1 enteado)	7	1	6	Feminino
AI 7	39	Gestor	Licenciado em Direito	46	Professora de Educação Física	Licenciada Educação Física	5	14	3	11 9 6	Feminino Masculino Masculino
AI 8	37	Arquitecto	Licenciado em Arquitectura	38	Professora	Licenciada em Arquitectura	5	10	3	9 7 2	Feminino Feminino Masculino
AI 9	39	Hoteleiro	Bacharel em Gestão de Hotelaria	39	Advogada	Licenciada em Direito	6	13	4	10 7 3 2	Masculino Feminino Masculino Feminino
AI 10	42	Técnico de Informática	Licenciado em Sociologia	42	Bióloga	Licenciada em Biologia	4	18	2	13 7	Masculino Feminino
AI 11	42	Gestor	Licenciado em Gestão de Empresas	41	Médica	Licenciada em Medicina	5	18	3	16 13 9	Feminino Masculino Masculino
AI 12	40	Engenheiro	Licenciado em Engenharia Civil	38	Dona de Casa	Curso de Secretariado	4	13	2	12 10	Feminino Masculino

Relativamente a este quadro, salienta-se o elevado grau de escolaridade dos pais de 2ª geração entrevistados, onde nove têm cursos superiores, um é Bacharel e um tem frequência de 3º ano de licenciatura, havendo apenas um pai que não cursou na Universidade (tem o 9º ano). Quanto às suas esposas, os dados são semelhantes: dez são licenciadas, uma tem um curso técnico-profissional e apenas uma se ficou pelos estudos liceais. Todos os homens estão empregados e desempenham profissões adequadas às suas habilitações, o mesmo acontecendo com nove das esposas; no entanto, há entre elas três que não têm uma profissão remunerada, sendo domésticas.

Completando o que anteriormente havíamos dito sobre a composição dos agregados familiares, salienta-se deste quadro o facto de existirem dois casos de recasamento, com a presença e co-habitação de enteados, aspecto que nunca foi referido pelos pais ao longo das entrevistas, parecendo não ser um factor importante nem interferente na concepção e no desempenho da paternidade. A composição do agregado familiar indicia ainda que a maioria das famílias (sete em doze) se compõe de quatro elementos, ou seja, de um pai, uma mãe e dois filhos. Seguem-se quatro famílias com cinco elementos e há apenas uma com seis.

Quanto ao sexo dos filhos, quando há mais que um – com uma única excepção onde há só rapazes - todos têm filhos de ambos os sexos. Nas duas situações de filhos únicos, uma das famílias tem uma rapariga, outra tem um rapaz. Na amostra, há nas famílias entrevistadas, nesta geração, um total de 16 filhos rapazes e 12 filhas raparigas.

Atentemos agora no quadro nº 6 que caracteriza de forma mais alargada a amostra das crianças, ou seja, dos sujeitos de 3ª geração.

Quadro nº 6
Identificação e caracterização da amostra dos filhos

FILHOS	Idade	Sexo	Ano de escolaridade	Número de irmãos	Idade dos irmãos	Sexo dos irmãos	Composição do agregado familiar
FILHO 1	9	Masculino	4º	1	5	Feminino	4
FILHO 2	9	Masculino	4º	2	12 7	Masculino Feminino	5
FILHO 3	8	Feminino	3º	1	12	Masculino	4
FILHO 4	8	Masculino	3º	1	20	Masculino	4
FILHO 5	7	Masculino	1º	1	3	Masculino	4
FILHO 6	6	Feminino	1º	1	16	Masculino	4
FILHO 7	9	Masculino	4º	2	11 6	Feminino Masculino	5
FILHO 8	9	Feminino	4º	2	7 2	Feminino Masculino	5
FILHO 9	10	Masculino	4º	3	7 2 3	Feminino Masculino Feminino	6
FILHO 10	7	Feminino	2º	1	13	Masculino	4
FILHO 11	9	Masculino	4º	2	16 13	Feminino Masculino	5
FILHO 12	10	Feminino	4º	1	12	Feminino	4

É visível nesta grelha uma ligeira supremacia numérica das crianças do sexo masculino, com sete rapazes e cinco raparigas. Contrariamente ao que acontece com os avós e os pais que são, naturalmente, do sexo masculino, os filhos entrevistados dispersaram-se assim por ambos os sexos.

Sete dos sujeitos encontram-se no 4º ano de escolaridade, distribuindo-se depois dois pelo 3º ano, dois pelo 1º ano e apenas um pelo 2º ano. Quanto à posição relativa na fratria sobressai aqui o facto de quatro das crianças serem os filhos mais velhos, cinco serem os mais novos e os restantes três serem filhos do meio. Há algumas famílias em que é grande a diferença de idades entre os filhos, facto particularmente saliente no caso das duas situações que houve recasamento e há enteados, com doze e dez anos de diferença entre meios irmãos.

Em seguida apresentamos o quadro nº 7, que caracteriza a amostra da 1ª geração, ou seja, dos avós.

Quadro nº 7
Identificação e caracterização da amostra dos avós

Idade	Profissão	Habilitações	Idade da mulher	Profissão da mulher	Habilitações da mulher	Composição do agregado familiar	Anos de casados	Número de filhos	Idade dos filhos	Sexo dos filhos
76	Economista de Seguros (Reformado)	Licenciado em Economia	73	Dona de Casa	7º Ano do Liceu	Casal e um filho solteiro	50	7	49 48 45 44 42 40 24	Masculino Feminino Masculino Feminino Masculino Masculino Masculino
69	Escriturário (Reformado)	Curso Comercial	74	Dona de Casa	4ª Classe	Casal	40	2	39 37	Masculino Feminino
66	Construtor civil (Reformado)	4ª classe	61	Dona de Casa	2º Ano do Liceu	Casal	47	1	38	Masculino
81	Contabilista (Reformado)	Curso Comercial	73	Dona de Casa	Curso Comercial	Casal	54	2	48 42	Feminino Masculino
59	Cabeleireiro	4ª Classe	58	Enfermeira	Curso de Enfermagem	Casal	35	2	33 31	Masculino Masculino
64	Gestor de Empresas (Reformado)	Licenciado em Gestão de Empresas	63	Dona de Casa	7º Ano do Liceu	Casal	37	1	36	Masculino
66	General (Reformado)	Licenciado em Engenharia Aeronáutica	64	Dona de Casa	5º Ano do Liceu	Casal	41	4	40 39 37 33	Feminino Masculino Feminino Masculino
67	Professor Catedrático de Arquitectura (Reformado)	Doutorado em Engenharia Civil	60	Dona de Casa	7º Ano do Liceu	Casal	40	7	39 37 34 33 31 29 27	Feminino Masculino Masculino Feminino Masculino Masculino Feminino
70	Professor Catedrático de Agronomia (Reformado)	Doutorado em Engenharia Agrónoma	70	Dona de Casa	2º Ano do Liceu	Casal	48	2	43 39	Masculino Feminino
72	Engenheiro Civil (Reformado)	Licenciado em Engenharia Civil	69	Farmacêutica	Licenciada em Farmácia	Casal e um filho deficiente	45	8	43 42 41 40 38 36 35 27	Masculino Masculino Feminino Feminino Masculino Masculino Masculino Feminino
74	Industrial	Frequência do 1º Ano Licenciatura em Medicina	69	Dona de Casa	7º Ano do Liceu	Casal	49	3	43 41 37	Feminino Masculino Feminino
69	Embaixador (Reformado)	Licenciado em Direito	68	Dona de Casa	7º Ano do Liceu	Casal	45	3	42 39 37	Masculino Masculino Masculino

Como é visível neste quadro, temos na amostra de avós cinco licenciados, dois doutorados, dois elementos com cursos comerciais, um com frequência de início de curso superior e dois com a 4ª classe. A heterogeneidade das habilitações desta geração, quando comparada com a dos seus filhos, é bem patente, exibindo uma diversidade bem maior e mais extremada. Assim, se por um lado há dois avós com níveis de habilitações superiores aos seus filhos (os pais da 2ª geração), há alguns com estudos de níveis bastante inferiores. Dez dos doze estão já reformados. Relativamente às suas esposas, a discrepância de habilitações relativamente às mulheres da 2ª geração já analisadas é muitíssima. Aqui temos apenas uma licenciada (contrapondo a dez na outra geração), sendo o grupo maioritário (cinco casos) relativo ao 7º ano do liceu. Há dois casos de cursos não superiores e um de 4ª classe, colocando-se os restantes de permeio, com 2ºs e 5ºs anos.

Repare-se que apenas duas das esposas dos pais de 1ª geração são profissionais remuneradas, sendo as dez restantes domésticas, invertendo assim os dados das mães da 2ª geração.

Parece-nos interessante analisar o que se passa com as habilitações profissionais, quer nos elementos femininos, quer masculinos, em ambas as gerações.

De acordo com o descrito relativamente à entrada da mulher no mundo do trabalho, salienta-se que, como vimos, à excepção de duas (uma que possui uma licenciatura e outra um curso de enfermagem), todas as avós são domésticas. Não contando com estes casos e um outro, com curso comercial, os seus níveis de escolaridade são iguais ou inferiores ao que se usava chamar o curso geral dos liceus (na altura o 7º ano do liceu, correspondente hoje ao 12º ano de escolaridade). Por contraste, todas as actuais mães, da 2ª geração, à excepção de três, são trabalhadoras fora de casa, e exceptuando duas todas possuem cursos universitários. Tais factos são

subjectividades do sujeito, exigem maiores competências relacionais e metodológicas, por parte daquele que entrevista.

De acordo com Gay (1996) uma entrevista qualitativa típica é uma sessão na qual o investigador coloca um conjunto de questões abertas e exploratórias. Os instrumentos criados para este estudo pretenderam ter essas características.

Com efeito, havia um conjunto de questões padrão de tipo aberto, colocadas de formas semelhantes a todos os entrevistados, de acordo com o subgrupo de que faziam parte. A par dessas foram colocadas questões para pedido de aprofundamento de ideias, sobretudo quando as respostas iniciais eram pouco ou nada informativas.

Após a construção das entrevistas, que dependeram da compreensão e conhecimento da literatura sobre o tema da paternidade, foram feitas seis entrevistas-teste (duas a pais, duas a avós e duas a crianças) que permitiram, pela prática e em discussão com psicólogos treinados, reformular e aperfeiçoar o fraseado ou a linguagem.

Foram finalmente concluídas as versões finais das três entrevistas semi-estruturadas: uma para aplicar a pais, outra a avós e outra para aplicar às crianças. A dos pais e dos avós é quase coincidente, com pequenas diferenças que se prendem com a centração no presente ou simultâneamente no presente e no passado (ver anexos B, C e D). Globalmente, a entrevista das crianças era simplificada na formulação de algumas das questões, colocando menos desdobramentos ou usando uma linguagem mais fácil, e omitia uma questão (relativa a eventuais diferenças entre passado e presente), tendo no entanto outra em substituição (questionando sobre o futuro).

As entrevistas aos pais e avós focalizaram-se sobre a percepção destes dois grupos relativamente às características da paternidade em termos (a) da sua caracterização; (b) da interacção, formato comunicacional e tarefas educativas

realizadas pelo pai no dia a dia; (c) das emoções associadas à paternidade e relevância que lhe é atribuída; (d) da presença e responsabilidade na interacção com os filhos; (e) da identificação das actividades de prazer no processo relacional pais-filhos; (f) da comparação da paternidade com as funções da maternidade; (g) da comparação do entendimento e concretização da paternidade na actual geração e na anterior.

A entrevista tem a vantagem de recolher dados que podem ser inacessíveis através de outros métodos. Há coisas que não podem ser observadas - como é o caso de acontecimentos passados ou que ocorrem fora da esfera de observação do investigador, e de processos mentais como os pensamentos, as crenças, as percepções pessoais. Uma parte das entrevistas que realizámos eram entrevistas retrospectivas, já que incidiam sobre experiências vividas pelos pais enquanto filhos ou pelos avós enquanto pais jovens; uma outra parte eram entrevistas actualizadas, centrando-se sobre a experiência vivida no presente.

Chama-se aqui a atenção para os limites da avaliação com base em informação retrospectiva, de que a autora do presente trabalho está ciente. Ainda que em si mesma ela possa ser criticável por permitir enviesamentos de informação consequentes ao esquecimento e à reconstrução, ao longo do tempo, das memórias, neste caso ela está ainda apoiada em situações vividas actualmente pelos sujeitos. Com efeito, quando aos pais actuais (2ª geração) se lhes pede que reflectam sobre a sua experiência enquanto filhos, eles vão relembrar o passado mas fazem-no no contexto do presente, já que os seus próprios pais ainda são vivos e portanto eles ainda vivem a experiência de serem filhos. Quando aos avós (pais de 1ª geração) se lhes pede que analisem a sua experiência enquanto pais, eles irão buscar as suas imagens da altura em que os filhos eram pequenos mas tendo presente a sua função e relação na actualidade, uma vez que estes pais continuam ainda hoje, mesmo que diferentemente, a ser pais. Para a comparação

intergeracional que pretendemos atingir, esta metodologia de inquérito com um pendor retrospectivo pareceu-nos ser a mais adequada, e ter mais vantagens que dificuldades.

Tentou-se chegar assim à imagem do que é ou deve ser um pai, do ponto de vista do próprio e do ponto de vista de outros elementos da família, permitindo uma auto e hetero-avaliação do desempenho da paternidade.

4. Procedimentos de recolha dos materiais empíricos

Tendo em conta que na amostra dos filhos estávamos perante crianças que, de acordo com a sua idade, se supõe estarem no nível operatório concreto da teoria Piagetiana (Piaget, 1970; 1982; 1983), as questões foram redigidas por forma a serem simples e permitirem respostas ligadas ao real, não exigindo o acto de aceder ao pensamento abstracto. Em consonância, esperava-se que as respostas fossem bastante ligadas à experiência concreta de vida e não fornecessem grandes elaborações. Nestas idades, as crianças tendem a ser breves, directas e concretas nas suas respostas, por vezes evidenciando alguma dificuldade em dar explicações ou fazer ligações entre acontecimentos.

Relativamente à amostra de avós, era nossa expectativa encontrar um grupo recém-aposentado (dado o leque etário dos filhos e o facto dos netos se encontrarem ainda na segunda infância), com uma capacidade de elaboração em redor das questões que fosse adequada ao tempo disponível e aos anos em que a reflexão, sobre a vida e o passado é, pressupostamente, já uma constante do pensamento.

Após contacto com as direcções de diversas escolas privadas da região de Lisboa para pedir autorização para abordar as famílias e para concretizar algumas das

entrevistas dentro das suas instalações, enviou-se uma carta a todos os pais das crianças do 1º ciclo, convidando-os para fazerem parte do estudo. Essa carta encontra-se em anexo (anexo A). Tentou minimizar-se a complexidade inerente à constituição da amostra – ao ter que assegurar para cada uma das doze tríades a recolha junto de três elementos de uma mesma família - com este formato de acesso aos sujeitos apoiado e publicitado em escolas.

Partíamos assim de uma amostra voluntária e conhecedora do que se esperava dela - como eticamente não podia deixar de ser. A característica do processo ser voluntário e sem contrapartidas, que havia sido precedida por uma avaliação interna à família, feita pelo pai que recebia a carta, à cerca da disponibilidade e interesse de todos para serem entrevistados, colocava os sujeitos adultos (pais e avós) mais facilmente numa postura, à partida, de disponibilidade e abertura, associada com confiança na contribuição que poderiam dar. O interesse que o tema lhes despertara também era um factor motivador e subjacente às respostas afirmativas quanto ao envolvimento na investigação. A mesma postura consciente e motivada não era esperada pelo grupo das crianças já que, para muitas delas, a própria ideia de serem entrevistadas sobre um tema era passível de ansiedade e implicava desconhecimento ou ignorância sobre os objectivos e a metodologia a pôr em prática. Em consequência, ainda que algumas crianças tenham estado bastante à vontade no decorrer da conversa, outras mostraram-se apreensivas com o processo, o que as fez mais retraídas e menos verbalizadoras.

Por este facto foi necessário envolver e motivar de forma mais aliciante algumas das crianças para a entrevista, e cuidar a forma como apresentávamos o que se ia passar, tanto quanto a sua utilidade.

Poderemos considerar que a amostra, ao provir de pais voluntários e portanto intrinsecamente motivados, à partida, para o tema da paternidade, que se dispuseram a

falar sobre a sua experiência, particularizou as respostas obtidas, trazendo-nos a reflexão de homens que já dão suficiente importância à sua paternidade para se disponibilizarem para um estudo deste tipo. Este factor, contrariando algumas raras situações empíricas em que os sujeitos são por alguma razão obrigados a participar no estudo, é no entanto uma quase necessidade a que é difícil fugir.

A curiosidade de alguns dos pais fez com que pedissem para vir, mais tarde, a conhecer as respostas, sobretudo as que os seus filhos tinham emitido sobre si enquanto pais. A confidencialidade explicada e prometida no início da entrevista com todos fazia, no entanto, que tal informação não pudesse ser partilhada. Foi por isso acordado com as famílias que, caso estivessem interessadas, poderiam vir a ter acesso a uma versão (reduzida) das conclusões da tese. Teriam assim acesso às conclusões gerais, sem se quebrar a confidencialidade prometida – e devida.

As entrevistas tiveram lugar, na sua maioria, nas escolas donde provinham as crianças, mas muitas foram realizadas nas casas ou empregos dos entrevistados, em particular no caso dos avós e de alguns pais mais arredados da instituição escolar frequentada pelos seus filhos. Todas foram realizadas pela autora deste trabalho, que possui treino específico em procedimentos de investigação e já participou, como entrevistadora, noutros estudos qualitativos. Foram todas gravadas em audio com autorização do entrevistado. Esta gravação teve efeitos diversos nos sujeitos em estudo, em especial nas crianças, produzindo timidez e comedimento numas, e excitação e entusiasmo noutras - factos esperados e inevitáveis.

O objectivo e a natureza exacta do estudo eram explicados uma primeira vez telefonicamente aos pais que contactavam de volta a entrevistadora, aceitando participar na investigação, e voltavam a ser repetidos e reformulados aquando da entrevista propriamente dita. Os primeiros minutos da conversa tinham como objectivo o

estabelecimento da relação e a criação de um clima de à-vontade, que se viu facilitado nas situações, já referidas, em que a entrevista foi feita nos domínios físicos do entrevistado, como o seu lar ou local de trabalho. Nesses casos, foi interessante verificar que eram os próprios entrevistados que sentiam o ímpeto para porem a entrevistadora à vontade, chegando a preparar-lhe cuidados lanches. Em todas as situações, em especial nestas ultimas, era pedido pela entrevistadora que a entrevista se fizesse à porta fechada, sem a presença dos outros elementos da família. Por detrás desta decisão estava o facto de se irem colocar ao sujeito questões que implicavam a sua visão sobre o comportamento de outros ou a sua perspectiva sobre o que os outros achavam do seu comportamento, o que poderia levar a constrangimentos nas respostas se estivessem presentes esposas ou filhos. Seria mais difícil de vir a pôr em prática, e eventualmente mais delicado para as pessoas presentes não entrevistadas, a alternativa a este procedimento, ou seja, permitir que estivessem presentes mas pedir que se mantivessem em silêncio, como fazem Nsamenang e Lamb nas entrevistas apresentadas no seu estudo publicado em 1995.

Cada entrevista feita a adultos, pais ou avós, durou em média cerca de uma hora e meia. As das crianças foram mais reduzidas, dada a menor verbalização espontânea e a tendência para apresentarem respostas breves, concisas e pouco elaboradas. O seu tempo de atenção e concentração na tarefa era também geralmente reduzido, pelo que as conversas com as crianças tiveram uma duração de cerca de 30 minutos.

V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir da organização e da interpretação do texto-discurso recolhido junto dos entrevistados, o investigador qualitativo cria um texto de investigação. Aquele é recriado como um documento de trabalho interpretativo que contém a tentativa do investigador para dar significado e sentido àquilo que recolheu e apreendeu. Em seguida o investigador produz o texto público que chega àquele que lê o estudo. É a história final sobre o campo ou os sujeitos estudados e pode ser apresentada de muitas formas: realista, impressionista, literária, crítica, formal, analítica.... (Denzin & Lincoln, 1994). Por tudo isto, em consciência o investigador deve saber que há múltiplas interpretações para o material empírico que recolheu. É com esta certeza e cautela que analisamos os dados do presente trabalho.

Assim, o nosso estudo implicou inúmeras escolhas, e escolher significa sempre deitar fora outras opções. Dado que se trata de um estudo eminentemente qualitativo, a análise dos materiais empíricos recolhidos através da entrevista foi feita com base em grelhas de temas. O rigor da análise implicou uma quantificação dos resultados obtidos, pelo que estes se encontram em frequências e em percentagens.

A partir daquilo que a entrevistadora e autora do trabalho conhecia sobre a população estudada e a sua cultura, e após uma análise de conteúdo de algumas entrevistas piloto, desenvolveram-se as categorias e subcategorias de análise. O esquema de codificação foi mais tarde revisto para acomodar as respostas que não podiam ser codificadas com validade usando o esquema inicial.

Identificámos seis grandes temáticas nesta categorização, surgidas a partir das respostas às questões colocadas na entrevista: (1) conceito de pai; (2) prazer de ser pai; (3) satisfação com a imagem do pai; (4) importância da paternidade; (5) definição das funções de pai e de mãe e (6) diferenças e semelhanças entre duas gerações de pais.

Neste capítulo os resultados serão apresentados e discutidos tema a tema. Dentro de cada um, a subdivisão em categorias é ilustrada através de um quadro, completado com citações relevantes dos vários subgrupos de entrevistados. A ele segue-se a apresentação da tabela de resultados correspondentes. Esses resultados discriminam o número de sujeitos que evocou cada uma das categorias/subcategorias ilustradas (designados como “sujeitos”) e o número de vezes que essa categoria/subcategoria foi evocada, ainda que, potencialmente mais do que uma vez, pelo mesmo sujeito (designados como “ocorrências”).

Estas tabelas estão subdivididas pelos três subgrupos – pais de 1ª geração, pais de 2ª geração e filhos de 3ª geração – e apresentam resultados totais para cada grupo e totais para o conjunto de todos os elementos de todos os subgrupos. Estão sublinhadas a cores por forma a fazer sobressair os resultados que foram considerados mais significativos, os quais são analisados de forma mais aprofundada. A cor mais carregada encontram-se os resultados mais relevantes dos totais de cada categoria, e a cor mais suave os resultados salientes de cada subcategoria, quer em termos de ocorrências, quer de sujeitos.

No quadro relativo ao tema 6 não constam as respostas dos filhos, dado que não foram inquiridos sobre a pergunta que deu origem ao surgimento deste tema. No quadro do tema 3 há algumas categorias em que também os dados relativos aos elementos do subgrupo dos filhos surgem sistematicamente com zeros nos resultados, pelo facto dessas categorias se não aplicarem às crianças.

1. Tema 1 – Conceito de pai

O tema 1 incidiu sobre o conceito e definição da paternidade, ou seja, a determinação e inventarização daquilo que pais, filhos e avós consideravam ser o pai e as funções da paternidade. Para recolher estes dados colocaram-se nas entrevistas as seguintes questões que, relembramos, se encontram nos guiões dos anexos B,C e D:

Guião dos pais (1ª e 2ª geração):

- “Que palavras lhe parecem descrever melhor um pai?”
- “Para que serve um pai?”

Guião dos filhos (3ª geração):

- “O que é um pai?”
- “Para que serve um pai?”
- “Como é o teu pai?”

O quadro que se segue apresenta o conjunto das categorias e subcategorias deste tema, a par de exemplos escolhidos dados pelos entrevistados e considerados relevantes.

Quadro nº 8: Caracterização e Ilustração do Tema 1

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 1 CONCEITO DE PAI	1.1 FUNÇÃO BIOLÓGICA	1.1.1 DAR VIDA	<i>P - É preciso o pai para se ser gerado F - O pai serve para fazer filhos A - Ser pai é transmitir vida</i>
		1.1.2 PERPETUAR O PRÓPRIO/ESPÉCIE	<i>P - Perpetuarmo-nos através dos filhos A -Função para a progressão da humanidade</i>
	1.2 FUNÇÃO DE SUSTENTO ECONÓMICO		<i>F - O pai ganha dinheiro lá no trabalho A - A gente trabalhava por necessidade, era preciso um recurso financeiro, eu era responsável pelo nível de vida deles</i>
	1.3 FUNÇÃO EDUCATIVA/ FORMATIVA	1.3.1 SER EXEMPLO	<i>P -Dar o exemplo e ser o exemplo do filho no futuro F - O meu pai é do Benfica e influencia-me a ser também A - Eu dei um exemplo de uma vida decente</i>
		1.3.2 TRANSMITIR VALORES / RESPONSABILIDADE PESSOAL E SOCIAL	<i>P - Dar valores básicos, princípios, regras e estrutura F - Ensinares as crianças a comportarem-se direito A - Devemos transmitir aos filhos o sentido de responsabilidade</i>
		1.3.3 PRESTAR CUIDADOS DIRECTOS	<i>P - O pai ajuda a fazer os trabalhos de casa, o jantar, tudo o que for preciso F - O pai faz revisões comigo para os testes A - Quando eram pequenos eu é que ia sempre buscar e levar à escola</i>
		1.3.4 FORMAR A LONGO PRAZO	<i>P - Preocupo-me em abrir-lhe horizontes para o futuro A - Orientação na vida para os guiar, fazer deles verdadeiros homens</i>
		1.3.5 DISCIPLINAR	<i>P - Conseguir zangar-me com eles, sem estar zangado A - Eu sempre fui rígido com os meus filhos, muito ordenado, metódico</i>
	1.4 FUNÇÃO AFECTIVA	1.4.1 AMPARAR/DAR APOIO/AJUDAR	<i>P - Tento amparar e acompanhar os meus filhos, perceber as dificuldades deles F - O pai serve para nos apoiar, ajudar e nos alegrar A - É a fonte onde os filhos vão «beber em caso de terem sede»</i>
		1.4.2 MOSTAR AMOR E AFECTO	<i>P - Tenho muito amor para lhes dar F - O amor que ele nos dá é vital para nós A - Dar amor e carinho</i>
		1.4.3 SER AMIGO/CONVERSAR/ ESTAR PRESENTE	<i>P - Ser amigo, estar presente, acompanhar os meus filhos F - É um grande amigo, conversa, desabafa A - Um tipo mais velho a quem eles sabem que podem bater à porta</i>
	1.5 FUNÇÃO LÚDICA	1.5.1 BRINCAR	<i>P - O pai é mais para as brincadeiras F - Gosto de brincar com o meu pai às escondidas, aos polícias e ladrões, com o papagaio A - Brincar com eles</i>
		1.5.2 FAZER DESPORTO	<i>P - Faço desporto com o meu filho F - Gosto de jogar ténis com o pai A - Nas motas de cross eu era o assistente técnico dele</i>
		1.5.3 PASSEAR	<i>P - Gosto de passear com ele F - Vou passear à praia com o meu pai A - Tirar o meu mês de férias e ir com os meus filhos passear</i>

Como podemos ver no quadro nº 8, este tema dividiu-se em cinco categorias, quatro das quais decompostas em subcategorias. Para facilidade na análise reflectiremos independentemente sobre os resultados dentro de cada subgrupo – pais, filhos e avós – e a par e passo compararemos os resultados intergrupais.

Apresenta-se em seguida o quadro nº 9, com os resultados de percentagens de sujeitos e de ocorrências que nos dão a entender a percepção dos entrevistados sobre este tema.

Quadro nº 9: Tabela de resultados do Tema 1

Categorias Sub-categorias	Pai				Filho				AVO			
	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %
1.1 Função biológica	8	4,0%	5	41,7%	6	5,0%	5	41,7%	18	7,3%	8	66,7%
1.1.1 Dar vida	6	3,0%	5	41,7%	6	5,0%	5	41,7%	14	5,7%	8	66,7%
1.1.2 Perpetuar o próprio / Espécie	2	1,0%	2	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	4	1,6%	4	33,3%
1.2 Função de suporte / Sustento económico	0	0,0%	0	0,0%	2	1,7%	1	8,3%	25	10,2%	12	100,0%
1.3 Função educativa / Formativa	90	45,2%	12	100,0%	23	19,3%	11	91,7%	100	40,7%	12	100,0%
1.3.1 Ser exemplo	22	11,1%	10	83,3%	1	0,8%	1	8,3%	20	8,1%	11	91,7%
1.3.2 Transmitir valores / Responsabilid. pessoal e social	23	11,6%	11	91,7%	3	2,5%	3	25,0%	27	11,0%	12	100,0%
1.3.3 Prestar cuidados directos	12	6,0%	7	58,3%	18	15,1%	9	75,0%	13	5,3%	9	75,0%
1.3.4 Formar a longo prazo	18	9,0%	10	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	24	9,8%	12	100,0%
1.3.5 Disciplinar	15	7,5%	8	66,7%	1	0,8%	1	8,3%	16	6,5%	9	75,0%
1.4 Função afectiva	76	38,2%	12	100,0%	57	47,9%	12	100,0%	73	29,7%	12	100,0%
1.4.1 Amparar / Dar apoio / Ajudar	32	16,1%	12	100,0%	22	18,5%	9	75,0%	30	12,2%	12	100,0%
1.4.2 Mostrar amor e afecto	17	8,5%	10	83,3%	16	13,4%	7	58,3%	17	6,9%	12	100,0%
1.4.3 Ser amigo / Conversar / Estar presente	27	13,6%	12	100,0%	19	16,0%	8	66,7%	26	10,6%	11	91,7%
1.5 Função lúdica	25	12,6%	10	83,3%	31	26,1%	12	100,0%	30	12,2%	12	100,0%
1.5.1 Brincar	11	5,5%	7	58,3%	19	16,0%	9	75,0%	8	3,3%	7	58,3%
1.5.2 Fazer desporto	6	3,0%	4	33,3%	8	6,7%	5	41,7%	12	4,9%	6	50,0%
1.5.3 Passear	8	4,0%	6	50,0%	4	3,4%	4	33,3%	10	4,1%	8	66,7%
Total de ocorrências / Número de sujeitos	199	100,0%	12	100,0%	119	100,0%	12	100,0%	246	100,0%	12	100,0%
									564	100,0%	36	100,0%

A primeira grande constatação é a de que, no grupo de pais (2ª geração) as funções que surgem como mais salientes para definir o pai são a educativa/formativa e a afectiva, com 100% dos sujeitos a referirem-se a cada uma delas, ainda que o número de ocorrências seja um pouco superior na função educativa/formativa (90) comparativamente com o da função afectiva (75). Tal facto demonstra que estes dois factores são considerados por este grupo claramente como os centrais da função do progenitor masculino. No caso da função educativa/formativa registe-se que a maior importância foi dada à transmissão de valores sociais à qual se seguem, com resultados coincidentes (ambos com 83.3%) a de ser exemplo e a de ser formador a longo prazo. A propósito da transmissão de valores, dizia um progenitor da 2ª geração “o pai deve educar transmitindo os valores e formando, por exemplo, para a honestidade”.

O seu papel no prestar de cuidados directos junto dos filhos é o que surge como menos relevante na totalidade desta categoria (ainda que com 58.3% de sujeitos a referi-la), embora os resultados estejam muito próximos da subcategoria disciplinar (com 66.7% de pais a evocarem-na). Veja-se, como exemplo dos cuidados directos, a frase proferida por um dos pais: “O pai serve para a meio da noite dar o leite, pôr a dormir, levar à escola, se necessário fazer-lhes o almoço, jantar e lanche... Muitas coisas que sei cozinhar foi o meu pai que me ensinou e estou a ensiná-las ao meu filho.” Como indicador de uma intervenção relevando a função de disciplinador, repare-se na frase seguinte: “O pai tem que ser o que estabelece limites e impõe regras.”

Ao analisarmos estes dados torna-se interessante verificar que os pais entrevistados não tenham valorizado particularmente, na definição do pai, o seu papel nos cuidados diários directos, isto comparativamente com outros resultados e tendo em conta que mesmo assim mais de cinquenta por cento refere esta subcategoria. Segundo

Lamb (1997), ainda que algumas mudanças se vislumbrem no número de horas dedicadas pelo homem no tratar dos filhos, assim como nas mudanças relativas ao tipo de tarefas postas em prática, a mãe continua a ser quem mais investe neste domínio, e assim que a mãe entra em cena o pai, ao deixar de estar sozinho, secundariza-se, deixando para a mulher as tarefas mais directas. Da mesma forma, o pai disciplinador parece ser um conceito pouco importante para os pais definirem a paternidade, apelando estes, sobretudo, ao lado mais formativo do carácter do que ao de imposição *per se* da autoridade.

Em relação à função afectiva, todos os pais referem a importância de ser amigo/conversar/estar presente e de amparar/dar apoio/ajudar. É disso exemplo a frase “(o pai serve para...) apoiar os filhos para crescer com eles, dar protecção e compreensão”. São menos, e nesta categoria minoritários ainda que muitos (83.3%), os pais que salientam a expressão directa do afecto e do carinho como função definidora da paternidade. Dizia um deles “Tenho muito amor e carinho para dar aos meus filhos.”

Poderá dizer-se que o resultado relativo à função lúdica (com 83.3% de pais a referirem-se a ela), ainda que mostre a relevância que lhe atribuem, sublinha a sua menor importância quando comparada com as duas categorias anteriores. Ainda assim, estar com os filhos de forma lúdica não é a categoria mais relevante para os pais na definição da sua função e do conceito de paternidade. Os 10 pais que referiram a importância da função lúdica abarcaram-na nas suas componentes de brincadeira, desporto e passeio, sem grandes variações percentuais entre cada uma delas. Citemos alguns dos que privilegiaram esta categoria “Um pai é mais para as brincadeiras” ou “Um pai serve para brincar com os filhos, às vezes é mesmo um brinquedo.”

É de notar que o facto de estarmos numa amostra em que os filhos têm já idade escolar pode fazer com que as prioridades da acção do pai sejam já postas, não tanto nas

actividades lúdicas, mas no apoio ao sucesso escolar ou à preparação para a vida e para a integração social, reduzindo nestas idades o papel do pai como agente de diversão. Da literatura científica sabemos que os rapazes de idade pré-escolar e escolar, filhos de pais carinhosos e afectivamente próximos, têm melhores resultados em testes de inteligência e de vocabulário, e que o envolvimento activo dos pais tem resultados positivos no desempenho académico (Lamb, 1997b). A investigação demonstrou que os pais tendem a passar mais tempo em tarefas académicas do que de cuidados diários ou actividades lúdicas com os seus filhos de idade escolar, independentemente de se tratar de filhos do sexo masculino ou feminino (Hossain & Skurky, 1999).

São agora de sublinhar os resultados baixos da importância atribuída à função biológica. Registaram-se aqui 41.7% de pais a referirem esta categoria, correspondendo apenas a 4% de menções. Salienta-se, nas subcategorias, o maior peso dado à função de criar vida (41.7%) do que à de perpetuar a espécie ou o próprio (16.7%). Dizia a propósito um pai “o pai é o primeiro instrumento de crescimento de uma criança porque lhe transmite a vida.”

Parece que os pais entrevistados valorizaram mais o indivíduo a quem se dá a vida do que a espécie que precisa manter-se, não fazendo muito sentido para esta amostra definir a paternidade como a forma de se prolongar no tempo e no espaço, ou fazer sobreviver os seus genes ou o nome da família.

Um dos valores mais surpreendentes na resposta a este tema é o de 0% relativo à função de suporte económico. Este resultado parece indicar que esta geração de pais se distanciou claramente da anterior, como sublinham alguns dos artigos revistos na literatura relativamente à função principal atribuída ao progenitor. Segundo autores como Kelley (1997), Le Camus e Zaouche-Gaudron (1997), Mackey (1998) ou Silverstein e Auerbach (1999) nos anos 50 e 60 valorizavam-se as questões económicas

na definição do que é um pai, destacando-se hoje, em contrapartida, os aspectos de educação e afecto, em total detrimento dos de sustento. Relembre-se a propósito que a amostra do estudo é composta por famílias nucleares intactas, compreendendo, no geral, mães com elevados níveis de escolaridade e com vidas profissionais activas. A explicação para a divergência atrás referida poderá encontrar-se na partilha entre os esposos da função de suporte financeiro da família, deixando de fazer sentido que os pais vejam essa função como específica sua. Pode verificar-se que, ao perderem a exclusividade desse papel, avançaram por outro lado na conquista de novos papéis, como o afectivo, que durante anos a fio foi mais típico, senão particular, da mãe (Lamb, 1998).

Atentemos agora nas respostas dos avós, ou seja, nos pais de 1ª geração. A nota mais evidente é a de que a função formativa/educativa surge, tal como aconteceu nos pais de 2ª geração, como um dos aspectos mais diferenciador e caracterizador da função do pai (100% referem-se a ela). Neste caso, as áreas mais importantes nesta função são também o da transmissão de valores pessoais e sociais (100%) e o da formação a longo prazo (100%), dando ligeiramente mais importância ao ser exemplo do que o haviam feito os pais de 2ª geração, ainda que andando próximo e apresentando valores muito semelhantes (91.7% nos avós vs. 83.3% nos pais). Referimos em seguida uma das respostas dos avós, relativa ao exemplo: "Quis sempre ser um modelo de comportamento que ele pudesse seguir."

Ainda dentro desta categoria também é saliente a percentagem de avós que refere a importância da função de disciplinador (75%), apesar do número de ocorrências não ser muito significativo (6.5%). A ideia subjacente é a da disciplina entendida como violência física. Vejam-se, a propósito, as seguintes citações: "Sou incapaz de bater num

filho, e eles precisam de uma chapada” ou “Algumas vezes perdi a cabeça, e houve tarefas, pois houve... não fez mal nenhum”.

Mesmo assim, esta subcategoria tem das percentagens mais baixas, a par da prestação de cuidados directos, que teve um número de referências também de 75%. Isoladamente, ambas revelam uma grande quantidade de avós a referi-la na sua definição de paternidade.

Neste quadro chama-nos a atenção o paralelismo e coincidência entre aquilo que os avós consideram ser outra das funções essenciais do pai - a função afectiva – e aquilo que os pais de 2ª geração tinham considerado. Tal como os pais, todos os avós referem este tipo de papel como central na definição do conceito de progenitor masculino.

Continuando em espelho com os pais de 2ª geração, os avós dão mais importância, dentro desta categoria, ao amparo/ajuda/apoio (100%) em uníssono com o mostrar de amor e afecto (100%). Sublinhe-se que todos os avós referem esta última subcategoria, o que não acontecera com todos os pais. Repare-se no que diz um avô a propósito da subcategoria de dar amor/carinho: “Andava com eles ao colo e estimava-os.” Não deixa de ser interessante que este aspecto coexista com o acto de disciplinar, aqui visto como gerir limites de forma violenta.

As reflexões que fizemos a propósito, na revisão de literatura, relativas à masculinidade e à expressão emocional dos pais face aos filhos, podem ter agora aqui interpretação e cabimento. Será que os pais actuais e os avós deixaram de ver como menos masculino fazer abertamente mostra do amor sentido por um filho? Se, como dizia Lamb (1992, p. 29) “uma das mais cruciais barreiras atitudinais para o envolvimento paterno (é) a noção de que é efeminado envolver-se nos cuidados da criança”, poderia igualmente ser considerado menos típico do homem expressar

sentimentos positivos e meigos face aos filhos. Não esqueçamos, paradoxalmente, e de novo de acordo com Lamb e os resultados de toda a investigação científica actual (op. cit., p. 26) que “as características do pai (tal como a masculinidade) são muito menos importantes formativamente do que o calor e proximidade do pai e a natureza da sua relação com o filho...resultado interessante e importante porque o calor e proximidade têm sido vistos tradicionalmente como características “femininas.”

A relevância dada pelos avós à função lúdica é interessantemente mais elevada do que a dada pelos pais, já que todos os avós consideram esta função como central na definição da paternidade, o que não acontecera com os pais actuais. Refere um avô: “Montava-lhe o brinquedo, desmontava-lhe o brinquedo...” Quer nesta categoria, quer na subcategoria da expressão aberta de carinho e amor, os avós parecem mais perto do que os pais actuais de uma visão da paternidade activa e envolvida emocional e ludicamente. Será que os avós espelham aqui já a imagem actualizada que têm do que é um pai, até tendo em conta o que vêem nos seus filhos, agora já pais? Será que relevam um aspecto que ficou, das suas memórias, como um dos mais marcantes, porque emocionalmente positivo, da sua experiência de paternidade? Iremos reflectindo, à medida que avançamos na análise, sobre as interpretações possíveis para este resultado.

Nos avós é mais elevada a importância dada à função biológica (66.7% contra 41.7% nos pais) e, tal como acontecera com os pais, é salientado o dar a vida em detrimento do perpetuar da espécie ou do próprio. Afirmam alguns avós: “Se não houvesse um pai não havia filhos”; “O pai tem a função para a progressão da humanidade”; “Um pai serve para transmitir a vida.”

Relativamente à função de suporte económico, 100% dos avós referem-na como uma das características definidoras do pai. É aqui que se dá o grande contraste com os pais de 2ª geração que, como vimos, se abstém totalmente de referir esse critério para

definir paternidade. As mudanças apresentadas e indiciadas nos últimos anos podem ter de momento aqui um indicador de transição: para os avós, sustentar a família parece ainda ser um factor típico do pai, enquanto que para os pais ele é tão ausente que não consta em nenhuma das entrevistas desse grupo. Contrariamente ao que acontece com o grupo de pais de 2ª geração, que como já referimos partilha com as mães a função de suporte financeiro da família, os avós entrevistados, de acordo com os dados da sua caracterização, e à excepção de dois, foram sempre a única fonte económica da família. Será que a imagem dos avós sobre a paternidade continua a considerar este aspecto como um dos centrais, já que para eles foi essencial e porque o pai actual continua, ainda que auxiliado pela esposa, a cumprir essa função? A relevância dos referidos resultados pode encontrar aqui alguma explicação, consequente às mudanças no mercado de trabalho e na lógica de produção já sobejamente indicadas neste trabalho, e que se deram entre as duas últimas gerações. Diz-nos a propósito um avô “A função do pai é sustentar a família, satisfazer as necessidades da família.” Um outro completa “É responsabilidade do pai que nunca falte nada em casa.”

É óbvio que o sustento económico continua a ser a componente central do papel do pai na maioria dos segmentos da actual sociedade (Lamb, 1997a). Mesmo na maioria das famílias com dois salários, em que pai e mãe trabalham, os pais são vistos como os principais suportes financeiros, nem que seja pela ainda patente disparidade de salários entre trabalhadores femininos e masculinos. Ainda que não saibamos se tal é o caso na nossa amostra, pelo facto de estarmos perante um grupo de classe média-alta que aparentemente não sofre tantas disparidades sexuais, esta função de suporte constitui uma forma indirecta, mas extremamente importante, de contribuição do pai para o bem-estar emocional e físico dos filhos.

Analisemos finalmente as respostas do grupo das crianças. Os indicadores mais marcantes são o facto deste grupo considerar como funções essenciais do pai a afectiva (100% das crianças referem este aspecto, num número de evocações que perfaz quase 50% das suas verbalizações) e lúdica (100% a referem, num resultado de 26.1% de ocorrências). Relativamente à categoria da função afectiva, o amparar/dar apoio/ajudar é a subcategoria mais escolhida (75%), como acontecera com pais e avós, seguindo-se o ser amigo/conversar/estar presente (66.7%), e um pouco mais distante o mostrar amor e afecto (58.3%). Neste resultado, desvalorizador da expressão carinhosa e afectiva, aproximam-se mais dos pais. Dizem-nos alguns filhos, exemplificando a subcategoria do amparo/apoio/ajuda: “Um pai cuida de nós, ajuda aos nossos problemas.”; “Serve para nos apoiar e alegrar.”

Aprofundando agora os resultados sobre a função lúdica verificamos estar perante uma percentagem de mais do que o dobro daquelas apresentadas pelos pais e pelos avós. De entre as subcategorias desta função salienta-se o brincar (75% de referências), bem longe das outras duas (o fazer desporto com 41.7% e o passear com 33.3%). O brincar também havia surgido nos pais como a mais importante das subdivisões desta categoria. Diz um filho: “Um pai é uma pessoa que brinca connosco, jogamos aos carros e a andar à volta.” Completa outro:” (Um pai...) brinca connosco, pega-nos e põe-nos no ar, vou para o colo e para as cavalitas.” Verificamos que aqui as crianças se aproximam mais dos avós que dos pais, porque aqueles também valorizam bastante esta função, o que não acontece tanto com os pais.

Vimos ao longo da revisão de literatura que quando o pai estabelece uma ligação mais activa com os filhos o faz através de actividades lúdicas e físicas, que chamem mais a atenção do filho pequeno, enquanto a mãe se dedica mais às tarefas que envolvem os cuidados directos a prestar aos descendentes e tende a ser mais didáctica e

mais verbal quando brinca com eles. De uma forma geral, o pai tende a encorajar mais e a representar de forma mais clara as normas do mundo social, mesmo quando brinca (Horvath, 1995).

A função formativa/educativa tem para as crianças um valor importante na definição do pai, e um significado ligeiramente menos relevante que para os seus pais e avós. Os resultados demonstram que 91.7% (contra 100% nos pais de 1ª e 2ª geração) valoriza esta função na definição da paternidade. Se olharmos, no entanto, para o número de menções correspondentes, verificamos ser ele muito inferior para a 3ª geração relativamente ao encontrado, tanto para a 1ª, como para a 2ª geração. O aspecto é relevante pelo facto de estarmos perante uma amostra de crianças ainda pequenas, mas que mostram já perceber que ser pai não é só brincadeira e meiguices. Ainda dentro desta categoria, a única subdivisão que se salienta, de forma muito evidente, é o prestar de cuidados directos. Foram 75% dos sujeitos que a referiram, embora o número de ocorrências seja significativamente maior do que o encontrado para pais e avós. Reparemos no que dizem os filhos “Ajuda a fazer os trabalhos de casa.”; “O pai traz-nos à escola, às actividades, faz as malas, arranja o frango...”.

Nenhuma das crianças citou a formação a longo prazo, talvez porque as crianças nesta idade têm ainda, segundo as teorias desenvolvimentistas, dificuldades na compreensão integral das noções temporais de passado e futuro (Piaget, 1982). A relevância dada pelas crianças à função biológica é fraca (41.7%), quando comparada com as outras funções, e muito próxima à atribuída pelos pais e os avós. Uma criança refere: “Se só tivesse mãe não podia ter nascido.”

Apenas o dar vida é referido pelos filhos, não havendo nenhuma referência à perpetuação da espécie. Refira-se ainda que apenas uma criança considera que o pai tem a função de disciplinador.

Finalmente, a função de suporte económico é referida por apenas uma criança, com 1.7% de ocorrências, aproximando neste particular muito mais os filhos aos pais do que aos avós. Será porque vêem pai e mãe a contribuir igualitariamente para o sustento da família? Será porque consideram e apreciam mais outras funções, sobrevalorizando-as e diminuindo esta? O facto de termos uma amostra sem problemas económicos pode também marcar a relativização deste factor, que num grupo de crianças com dificuldades financeiras, ou em risco de pobreza, poderia maximizar-se pelo seu valor de sobrevivência. É assim que um filho afirma “ O pai serve para ganhar dinheiro, para comprar comida e para pagar a escola.”

Analisando os somatórios totais das ocorrências, englobando agora pais, filhos e avós, sublinhe-se que, num total de 206 ocorrências, 100% dos 36 sujeitos entrevistados dos três subgrupos referiram a função afectiva como a principal da definição do conceito do pai. Sequencialmente, com 213 ocorrências, surge como a segunda função mais importante a educativa/formativa, com 97.2% de referências, valor muito próximo da função lúdica, que foi referida por 94.4% da totalidade da amostra (apenas com 86 ocorrências, bem menos que as categorias anteriores). Com 50% de sujeitos a referi-la e 32 ocorrências surge em seguida a função biológica, sendo a função menos referida, e portanto considerada menos importante na descrição do conceito de pai, a de função de suporte económico, com um peso percentual de 36.1% e 27 ocorrências.

Mantendo a sequência hierarquizada das respostas para toda a amostra, um pai é primeiro amor, depois educação, depois brincadeira, depois origem de vida e, só mais longínquamente, ganha pão. Estarão já aqui, nesta definição colectiva da paternidade oriunda dos nossos 36 entrevistados, sinais de mudança?

2. Tema 2 – Prazer de ser pai

Este tema centra-se sobre o prazer associado ao desempenho das funções de paternidade, quer tentando perceber junto dos pais quais as actividades que realizam com os filhos que consideram dar-lhes mais gosto, quer inquirindo junto desses filhos o que eles mais apreciam fazer com os pais. A análise de dados é relativa às questões:

Guião dos pais (2ª geração)

- “Que coisas gosta mais de fazer no seu papel de pai?”
- “O que acha que o seu filho/a sua filha mais gosta de fazer consigo?”

Guião dos avós (1ª geração)

- “Que coisas gostou mais de fazer no seu papel de pai, quando os filhos eram pequenos?”

Guião dos filhos (3ª geração)

- “O que gostas mais de fazer com o teu pai?”

Podemos ver no quadro seguinte (nº 10) a estrutura das categorias e subcategorias deste tema.

Quadro nº 10: Caracterização e Ilustração do Tema 2

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 2 PRAZER DE SER PAI	2.1 FUNÇÃO EDUCATIVA / FORMATIVA	2.1.1 SER EXEMPLO	<i>P - Gosto de dar exemplo de como deve ser a conduta de uma pessoa F - Eu tenho uma motinha para mim, o pai tem uma mota grande A - Gosto de poder ser uma referência para eles</i>
		2.1.2 PRESTAR CUIDADOS DIARIOS	<i>P - Gosto de tratar deles quando estão doentes F - Fazer exercícios de Matemática com o pai é giro A - Passei muitas horas com eles a ajudá-los a preparar as aulas e eu fazia isso com gosto</i>
	2.2 FUNÇÃO AFECTIVA	2.2.1 SENTIR AUTO SATISFAÇÃO	<i>P - Adoro ver que eles estão felizes, que são felizes A - Gostei de fazer tudo o que fiz com os meus filhos</i>
		2.2.2 AJUDAR / DAR APOIO	<i>P - Gosto de o apoiar nas horas em que ele está mal F - É bom o pai fazer as coisas comigo, que eu preciso A - Gosto de os ajudar a compreender a vida</i>
		2.2.3 MOSTAR AMOR E AFECTO	<i>P - O que eu gosto mais sendo pai é de lhes poder dar carinho e atenção F - Gosto muito quando ele me faz cócegas e dá beijinhos A - Dá-me prazer andar com ele ao colo</i>
		2.2.4 SER AMIGO/ESTAR PRESENTE	<i>P - Gosto de ser um amigão, de estar presente F - É bom o pai conversar com os filhos A - Era com prazer que o acompanhava em tudo o que ele fazia</i>
	2.3 FUNÇÃO LÚDICA	2.3.1 BRINCAR	<i>P - Eu e o João brincamos imenso e é muito divertido F - Com o pao gosto de brincar, jogar no computador, jogar às cartas A - Sempre gostei de participar com eles nas brincadeiras</i>
		2.3.2 FAZER DESPORTO	<i>P - Gosto muito de fazer Body Board com o meu filho. Já faz melhor que eu! F - Ele joga comigo Ténis e Ping-Pong, e é muito fixe A - Jogar Golf e Ténis era o que eu mais gostava de fazer com o meu filho</i>
		2.3.3 PASSEAR	<i>P - Adoro quando vamos passear o cachorro ao Guincho F - Passear juntos é giro A - Quando eram pequenos passeava muito com eles, e esses momentos eu adorava</i>

Um aspecto que desde logo sobressai prende-se com o facto das actividades de prazer conjunto identificadas terem a ver com algumas das funções descritas pelos entrevistados para definir o conceito de pai. Assim, há três grandes categorias, a saber, prazer associado a actividades educativas/formativas, a actividades de carácter afectivo e a actividades de tipo lúdico. Não constam, como categorias associadas ao prazer de ser e pai e ser filho de um pai, a função biológica e a função de suporte económico, surgidas no tema 1.

Tal como fizemos no tema anterior, analisaremos as respostas dos diferentes grupos em separado e em comparação, de acordo com os dados visíveis no quadro nº 11, que nos indica os resultados relativos aos sujeitos que evocaram cada uma das categorias e subcategorias, e o número de vezes que foram referidas.

Quadro nº 11: Tabela de resultados do Tema 2

TEMA 2-O PRAZER DE SER PAI	Grupo												Total			
	Categorias						Sub-categorias									
	Pai			Filho			Avô			Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº
2.1 Função educativa / formativa	13	17,6%	8	66,7%	6	10,2%	5	41,7%	10	16,7%	7	58,3%	29	15,0%	20	55,6%
2.2.1.1 Ser exemplo	4	5,4%	4	33,3%	1	1,7%	1	8,3%	4	6,7%	4	33,3%	9	4,7%	9	25,0%
2.2.1.2 Prestar cuidados diários	9	12,2%	5	41,7%	5	8,5%	4	33,3%	6	10,0%	3	25,0%	20	10,4%	12	33,3%
2.2.2 Função afetiva	33	44,6%	11	91,7%	8	13,6%	2	16,7%	24	40,0%	11	91,7%	65	33,7%	24	66,7%
2.2.2.1 Sentir auto satisfação	6	8,1%	6	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	5,0%	3	25,0%	9	4,7%	9	25,0%
2.2.2.2 Ajudar / Dar apoio	7	9,5%	7	58,3%	2	3,4%	2	16,7%	6	10,0%	4	33,3%	15	7,8%	13	36,1%
2.2.2.3 Mostrar amor e afecto	4	5,4%	3	25,0%	3	5,1%	1	8,3%	3	5,0%	3	25,0%	10	5,2%	7	19,4%
2.2.2.4 Ser amigo / Estar presente	16	21,6%	9	75,0%	3	5,1%	1	8,3%	12	20,0%	8	66,7%	31	16,1%	18	50,0%
2.2.3.1. Função lúdica	28	37,8%	11	91,7%	45	76,3%	11	91,7%	26	43,3%	11	91,7%	99	51,3%	33	91,7%
2.2.3.1 Brincar	11	14,9%	9	75,0%	15	25,4%	9	75,0%	9	15,0%	7	58,3%	35	18,1%	25	69,4%
2.2.3.2 Fazer desporto	7	9,5%	6	50,0%	18	30,5%	7	58,3%	5	8,3%	5	41,7%	30	15,5%	18	50,0%
2.2.3.3 Passear	10	13,5%	5	41,7%	12	20,3%	6	50,0%	12	20,0%	8	66,7%	34	17,6%	19	52,8%
Total de ocorrências / Número de sujeitos	74	100,0%	12	100,0%	59	100,0%	12	100,0%	60,00	100,0%	12	100,0%	193	100,0%	36	100,0%

De entre as três categorias, e de acordo com o que pensam os pais de 2ª geração, as actividades ligadas à função afectiva e as ligadas à função lúdica sobressaem e sobrepõem-se às de função educativa/formativa. Ambas têm exactamente o mesmo número elevado de sujeitos a referi-las (91.7%), sendo no entanto que há maior ocorrência de respostas indicando prazer associado à função afectiva (33 vs 13). Dentro desta é bastante mais saliente, com 75% dos pais a referi-la e um número mais elevado de ocorrências, a subcategoria denominada ser amigo/estar presente. Diz um pai: “Sou o maior companheiro dos programas dele e ele dos meus. Divertimo-nos imenso.”

Na escolha das actividades lúdicas como área de prazer para os pais é o brincar que tem uma mais elevada percentagem de sujeitos a referi-la (75%). Diz quanto a isto um pai: “Gosto de fazer com os meus filhos os jogos deles.” O número de evocações é muito próximo do da subcategoria denominada “Passear”, se bem que esta tenha apenas 41.7% de sujeitos a falar dela.

Na função formativa/educativa, os pais surgem como referindo em 66.7% esta categoria como uma área de prazer. Dentro dela, prestar cuidados diários surge como mais interessante e agradável que ser exemplo (41.7% vs 33.3%), com uma relativa diferença ao nível das ocorrências (9 vs 4).

Os avós têm resultados coincidentes com os pais no que diz respeito às duas áreas de maior prazer, com percentagens exactamente iguais aos pais. Assim, 91.7%, ou seja 11 sujeitos, referem a função afectiva e a função lúdica como as mais apreciadas. Há uma inversão nos números de ocorrências relativamente aos pais, com mais referências na função lúdica do que na afectiva. Este dado volta a confirmar que os avós valorizam bastante a brincadeira na relação pais-filhos. Oíçamos um avô: “Com ele brincava, tínhamos muito convívio e divertimento.” Dentro da categoria da função afectiva sobressai, de novo em paralelismo com os pais, o ser amigo/estar presente,

com 66.7%. Na função lúdica os avós contrariam as tendências dos pais, já que preferem passear a brincar. Refere um avô: “Gosto muito de ir com eles para a Praia das Maças e de irmos à piscina”.

Quanto à função educativa/formativa é mais interessante e agradável para os avós ser exemplo do que prestar cuidados diários, mas os resultados estão muito próximos (respectivamente 33.3% e 25%). A este propósito refere um avô: “Gosto de poder ajudá-los a compreender a vida, a formarem-se.” Este resultado é a inversão do dos pais, que preferem os cuidados directos a serem modelos para os filhos.

Analisando os dados dos filhos, é por mais evidente que o que mais dá prazer aos filhos fazer com os pais é ter actividades lúdicas (91.7% de crianças preferem-no, num número salientemente elevado de ocorrências, 45). Aqui, o essencial é brincar, com 75% de sujeitos a escolherem as brincadeiras como as coisas mais divertidas para fazer com o pai. Refere uma das crianças: “Gosto de jogar à batalha naval; foi o meu pai que me ensinou e jogamos muito juntos.” Quanto ao passear - a subcategoria menos relevante deste grupo categorial - diz um dos filhos: “O que eu gosto mais é de andar de mota. Agarro o meu pai e vamos na mota.”

Segue-se em importância a função educativa/formativa; ao contrário dos pais e dos avós, 41.7% das crianças prefere fazer actividades de tipo formativo/educativo com o progenitor a receber dele e/ou dar-lhe carinhos (16.7%, com um baixíssimo número de ocorrências). Na função afectiva, a actividade de ser amigo/estar presente, tão valorizada por avós e pais, é relativizada pelos filhos, que mal a referem (apenas um o faz). Na função educativa/formativa, o que é mais valorizado, tal como acontecia com os pais da 2ª geração, é o poder estar com o pai quando este presta ao filhos cuidados diários. Refere uma das crianças: “A matemática é o meu pai que dá, eu gosto... é aquilo que eu tenho mais com ele.”

Os filhos não referem a auto-satisfação como um factor importante na identificação das actividades de prazer, eventualmente porque o conceito está ainda um pouco fora das suas capacidades linguísticas e cognitivas. No entanto, é um aspecto de relativa importância para os pais da 2ª geração, sendo em si mesmo apresentado como razão de prazer.

No total dos três grupos, salienta-se claramente a função lúdica como aquilo que mais prazer dá a todos (91.7%), com um índice de ocorrências também elevado (99). O brincar sobressai dentro desta categoria. A função afectiva é a que se segue em termos de sentimentos de prazer associados, com 66.7% de sujeitos a referi-la e 65 ocorrências. Mostrar amor e afecto é, no total, a subcategoria com menos percentagem de sujeitos a referi-la, ainda que não seja aquela que tem o menor número de ocorrências. Com valores inferiores surge a função educativa/formativa, com 55.6% e 29 ocorrências. Tendo em conta a importância atribuída por pais e avós à tarefa de educar/formar, tal como surge no tema anterior, a sua menor relevância neste tema evidencia que, apesar de pais e avós acharem fundamental cumprir esta função, transmitindo valores, disciplinando, prestando cuidados diários, transmitindo responsabilidade social ou sendo exemplo, estas acções e atitudes não são as que mais gozo dão aos progenitores das duas gerações.

Mesmo os pais mais ostensivamente motivados podem sentir-se incapazes ou incompetentes no desempenho de algumas tarefas paternas, considerando-se desajeitados ou ignorantes no como fazer. Ainda que possam usar esse sentir como desculpa para um maior envolvimento, podem igualmente ter subjacentes medos e ansiedades reais de insucesso ou falhanço (Larson & Richards, 1994). Uma das formas de diminuir esta visão de incompetência advém da experiência directa de desempenho das tarefas com comprovação de eficácia. Fazer actividades com as suas crianças que

dêem prazer a pais e filhos é uma forma de o conseguir, levando a auto-confiança e bem-estar, e promovendo em consequência maior envolvimento e sensibilidade para identificar as necessidades e interesses da criança. Esta última parece crucial para esse mesmo sentir de proximidade e envolvimento. Relembrando como a intimidade da relação pai-filho é central no impacto do pai no desenvolvimento dos filhos, perceberemos melhor o significado e as razões de termos ido explorar as actividades de prazer entre progenitor e prole (Lamb, 1997a).

3. Tema 3 – Satisfação com a imagem do pai

Pretendeu-se com as questões relativas a este tema perceber quanto os pais e os avós se sentiam satisfeitos ou insatisfeitos com os seus desempenhos actuais (ou também passados, no caso dos avós), e quanto pais (2ª geração) e filhos (3ª e 2ª geração) apreciavam os seus próprios pais. A noção de “um bom pai” está subjacente às perguntas colocadas e às respostas dadas, bem como a noção e a motivação para a transformação e a mudança dentro do papel de pai.

As questões colocadas que deram origem aos dados categoriais apresentados no quadro nº 12 foram as seguintes:

Guião de pais (2ª geração):

- “Considera-se um bom pai? Em quê? Porquê?”
- “Acha que o seu próprio pai o considera a si um bom pai?”
- “Considera que o seu pai foi para si um bom pai?”
- “Gostaria de mudar alguma coisa na forma como é hoje pai?” Se sim, o que mudaria?”

Guião de pais (1ª geração):

- “O que acha que os seus filhos apreciam mais em si enquanto pai?”
- “Considera que foi um bom pai quando os filhos eram pequenos? Em quê? Porquê?”
- “Actualmente, considera-se um bom pai?”
- “Acha que os seus filhos o consideram um bom pai? Sempre o terão considerado assim?”
- “Se pudesse, mudava alguma coisa na forma como foi pai?”

Guião dos filhos (3ª geração):

- “O que gostas mais no teu pai?”
- “Se pudesses fazer uma magia, mudavas alguma coisa no teu pai?”

Fora deste conjunto de questões foi colocada ainda às crianças a seguinte pergunta e respectivo pedido de justificação: “Quando cresceres queres ter filhos? Porquê?” Ela não tem paralelismo com nenhuma das outras colocadas aos pais e aos avós, mas a sua resposta, a nosso ver, prende-se com a imagem, positiva ou negativa, valorizada ou desvalorizada, que os filhos têm do que é ser pai, considerando que as suas respostas nos poderão dizer indirectamente se, a seus olhos, há prazer no desempenho da paternidade. Porque hão-de os filhos querer ser como os pais? Apenas se respeitarem e amarem a figura masculina/feminina central das suas vidas, e tiverem com ela uma relação próxima e calorosa, poderão estar motivados para a imitarem e lhe seguirem os passos (Lamb, 1997a).

Pressupomos que se ser pai for visto, aos olhos dos filhos pequenos que observam, como uma função do adulto que dá prazer, então os mais novos vão querer experimentá-la, na altura devida.

Todas as crianças responderam que sim à questão, muitas referindo que o desejavam com uma intenção muito clara: para brincarem com os futuros filhos. Assumimos que esta resposta, para além de esconder uma norma social e um enquadramento daquilo que é esperado pela sociedade, pode também significar que os filhos têm uma imagem positiva da paternidade (ou da maternidade, porque as meninas também responderam), a ponto de quererem vir a passar por essa experiência. Também os filhos parecem concordar que ser pai é (pode ser) um prazer. Dado que tinham referido, de acordo com o tema anterior, que o que lhes dá maior prazer com o pai é brincar com ele, é isso que querem vir a dar aos filhos quando quando os tiverem; pode colocar-se ainda a hipótese de, devido à etapa de desenvolvimento, não se conseguirem descentrar, e de apenas imaginarem para si no futuro aquilo que directamente agora experimentam e apreciam.

Os valores e crenças parentais têm um papel preponderante e direccional no moldar de um nicho desenvolvimentista de onde irão construir-se os comportamentos dos filhos. Autores como Acuna e Rodrigo (1994) defendem, na sequência das suas investigações, que as concepções e actividades das crianças se relacionam com as crenças parentais. Da mesma forma, as necessidades várias que as crianças satisfazem nos adultos afectam as orientações da parentalidade e depois, continuando a espiral, o seu próprio desenvolvimento. As expectativas parentais podem ter um efeito de profecia que se auto-realiza, trazendo consigo implicações críticas para o desenvolvimento do indivíduo. Desta forma, se um pai gosta de ser pai, e se consegue fazer os filhos sentirem esse prazer, passará para a sua prole uma concepção e uma imagem positiva da paternidade, que sobrevem, muito em especial, nas alturas em que são partilhadas as actividades que dão bem-estar.

Num estudo de Hwang e Lamb (in press) os filhos dos pais em avaliação foram envolvidos na investigação para informarem, na sua perspectiva, sobre o grau de envolvimento dos respectivos pais na sua educação. Os resultados encontrados mostram níveis elevados de acordo entre pais e filhos relativamente ao grau de responsabilidade que aqueles têm face a estes, e às preferências (de mãe ou de pai) para desempenhar certas funções (tratar feridas, ajudar nos TPC, deitar...). Assim, as resposta de ambos validavam-se mutuamente e demonstravam proximidade nas interpretações individuais da relação conjunta.

No nosso estudo verificamos essa mesma consonância. A análise dos exemplos dados e dos indicadores apresentados revela que, na maioria dos casos, aquilo que mais dá prazer a um pai fazer com um filho é coincidente com aquilo que o filho mais gosta de fazer com o pai. Seja com actividades de cócegas na cabeça ao deitar, seja de brincadeiras específicas conjuntas, há consonância e sobreposição nos exemplos apresentados pelos pais e filhos da mesma família. Este facto é um sinal inequívoco de proximidade e conhecimento.

De volta às questões deste tema, surge em seguida o quadro nº 12, que resume as categorias e subcategorias a que este tema deu origem.

Quadro nº 12: Caracterização e Ilustração do Tema 3

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 3 SATISFAÇÃO COM A IMAGEM DE PAI	3.1 AUTO- IMAGEM POSITIVA DO PAI	3.1.1 FAZER O SEU MELHOR	<i>P - Considero-me um bom pai porque acredito naquilo que estou a fazer A - Considero-me um bom pai, resultou a 100%</i>
		3.1.2 DAR E EXPRESSAR AMOR	<i>P - É dar-me a mim e mostrar amor em vez de dar presentes</i>
		3.1.3 SENTIR-SE AMADO	<i>P - Sou apreciado pelos meus filhos A - Sinto que os meus filhos gostam de mim</i>
		3.1.4 ESTAR DISPONÍVEL FISICAMENTE	<i>P - Gostam da minha presença, de que eu esteja com eles A - Tempo para estar com eles, fazer coisas com eles</i>
		3.1.5 ESTAR DISPONÍVEL EMOCIONALMENTE	<i>P - Há uma relação forte entre ele e eu, proximidade A - Apoiam-se em mim emocional e sentimentalmente</i>
		3.1.6 SER ABERTO À PARTILHA DE IDEIAS	<i>P - Não terem medo de expressar os seus sentimentos e dizerem o que pensam A - Terem abertura comigo para discutirem qualquer assunto</i>
		3.1.7 SER DISCIPLINADOR	<i>A - Existia muita disciplina, eu era um pai exigente</i>
		3.1.8 SER RESPEITADO	<i>A - Tinham muito respeito por mim</i>
	3.2 AUTO- IMAGEM NEGATIVA DO PAI	3.2.1 NÃO ESTAR DISPONÍVEL FISICAMENTE	<i>P - Não dar o tempo que devia dar aos meus filhos A - Fui um bocado ausente, não estava quando eles queriam e precisavam</i>
		3.2.2. NÃO ESTAR DISPONÍVEL EMOCIONALMENTE	<i>P - Ter mais disponibilidade para os acolher e chegar a casa com mais paciência A - Estar mais disponível para lhes dar mais atenção e carinho</i>

Quadro nº 12: Caracterização e Ilustração do Tema 3

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 3 SATISFAÇÃO COM A IMAGEM DE PAI	3.3 HETERO- IMAGEM POSITIVA DO PAI	3.3.1 FAZER O SEU MELHOR	<i>P - Sim, acho que me consideram um bom pai F - Ele é um homem muito bom, ...ele é perfeito A - Os filhos acham que melhor não podia ser</i>
		3.3.2 DAR E EXPRESSAR AMOR	<i>P - Gosta, agarra-se a mim, damos manifestações de carinho F - Do carinho que ele me dá, à noite coça-me as costas, dá beijinhos, gosta muito de mim A - Gostava que eu lhe desse um forte abraço</i>
		3.3.3 PREOCUPAR- SE/AJUDAR	<i>P - Sou alguém que os protege, que os apoia e ajuda F - A sua preocupação para com a família A - Eles estão muito escudados em mim, no meu apoio</i>
		3.3.4 ESTAR PRESENTE	<i>P - O que eles gostam é que a gente esteja com eles F - Gosto que ele chegue cedo a casa para estar ao pé de mim A - Tinha a preocupação de estar presente sempre que era preciso</i>
		3.3.5 BRINCAR	<i>P - Gosta claramente de brincar comigo F - O facto de dividir as brincadeiras com todos os filhos</i>
	3.4 HETERO IMAGEM NEGATIVA DO PAI	3.4.1 NÃO ESTAR DISPONÍVEL FISICAMENTE	<i>P - Ser capaz de estar mais disponível, para eles valorizarem mais o tempo que estão comigo F - Gostava de brincar com ele, mas só tem o Domingo... A - Hoje estou disponível, já estou reformado, tenho tempo para eles, mas eles já não precisam</i>
		3.4.2.SER FISICAMENTE DIFERENTE	<i>F - Mudava o cabelo e punha outra vez como ele tinha, mais preto</i>
		3.4.3 NÃO SER NEM FAZER O DESEJADO	<i>P - Gostaria de ter mais ordem na minha vida F - Gostava que ele fizesse tudo o que eu quero A - A minha grande falha foi deixar que eles não acabassem o curso</i>

Encontraram-se quatro categorias: a auto-imagem positiva, a hetero-imagem positiva, a auto-imagem negativa e a hetero-imagem negativa. As subcategorias são diferenciadas dentro de cada categoria. As diferenças inevitáveis visíveis no formato das perguntas justificam o facto de, no quadro nº 13, que se segue, aparecer em branco, no lugar dos filhos, tudo o que tem a ver com a auto-imagem do pai. Esta, como o nome indica, é estrita à auto-percepção dos pais (de 1ª e 2ª geração) no desempenhar dessa função. Todas as questões relativas à hetero-imagem incluem as respostas dadas pelos diversos intervenientes, cruzando as suas perspectivas uns sobre os outros. Desta feita, na hetero-imagem surgem os dados compilados daquilo que o pai acha que os outros pensam dele, daquilo que considera que o seu próprio pai pensa dele enquanto progenitor e daquilo que os filhos acham dos respectivos pais. Isso mesmo se pode ver no quadro geral de resultados que a seguir se apresenta. Após esse quadro, o grau de auto e hetero satisfação é analisado para cada um e todos os subgrupos.

Quadro nº 13: Tabela de resultados do Tema 3

IMAGEM DE PAI		Grupo										Total				
Categorias Sub-categories	Pai			Filho			Avo			Total						
	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%
3.3.1 Auto-imagem positiva	70	40,7%	12	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	76	51,4%	12	100,0%	146	35,7%	24	66,7%
3.3.1.1 Fazer o meu melhor	26	15,1%	12	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	13	8,8%	7	58,3%	39	9,5%	19	52,8%
3.3.1.2 Dar e expressar amor	12	7,0%	9	75,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	12	2,9%	9	25,0%
3.3.1.3 Sentir-se amado	6	3,5%	6	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	1,4%	2	16,7%	8	2,0%	8	22,2%
3.3.1.4 Estar disponível fisicamente	11	6,4%	5	41,7%	0	0,0%	0	0,0%	14	9,5%	11	91,7%	25	6,1%	16	44,4%
3.3.1.5 Estar disponível emocionalmente	8	4,7%	5	41,7%	0	0,0%	0	0,0%	12	8,1%	8	66,7%	20	4,9%	13	36,1%
3.3.1.6 Ser aberto à partilha de ideias	7	4,1%	6	50,0%	0	0,0%	0	0,0%	15	10,1%	9	75,0%	22	5,4%	15	41,7%
3.3.1.7 Ser disciplinador	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	14	9,5%	10	83,3%	14	3,4%	10	27,8%
3.3.1.8 Ser respeitado	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	6	4,1%	6	50,0%	6	1,5%	6	16,7%
3.3.2 Auto-imagem negativa	40	23,3%	10	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	41	27,7%	12	100,0%	81	19,8%	22	61,1%
3.3.2.1 Não estar disponível fisicamente	23	13,4%	8	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	26	17,6%	12	100,0%	49	12,0%	20	55,6%
3.3.2.2 Não estar disponível emocionalmente	17	9,9%	10	83,3%	0	0,0%	0	0,0%	15	10,1%	7	58,3%	32	7,8%	17	47,2%
3.3.3 Hetero-Imagem positiva do pai	59	34,3%	12	100,0%	63	70,8%	12	100,0%	26	17,6%	12	100,0%	148	36,2%	36	100,0%
3.3.3.1 Ser o ideal (bom pai)	19	11,0%	10	83,3%	14	15,7%	11	91,7%	12	8,1%	10	83,3%	45	11,0%	31	86,1%
3.3.3.2 Dar e expressar amor	7	4,1%	4	33,3%	20	22,5%	10	83,3%	2	1,4%	2	16,7%	29	7,1%	16	44,4%
3.3.3.3 Preocupar-se / Ajudar	3	1,7%	3	25,0%	13	14,6%	9	75,0%	6	4,1%	6	50,0%	22	5,4%	18	50,0%
3.3.3.4 Estar presente	8	4,7%	7	58,3%	3	3,4%	3	25,0%	6	4,1%	6	50,0%	17	4,2%	16	44,4%
3.3.5 Brincar	22	12,8%	10	83,3%	13	14,6%	8	66,7%	0	0,0%	0	0,0%	35	8,6%	18	50,0%

Quadro nº 13: Tabela de resultados do Tema 3

TEMA 3- SATISFAÇÃO COM A IMAGEM DE PAI	Grupo												Total			
	Pai				Filho				Avô							
	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%
Categorias Sub-categorias																
3.4 Hetero- Imagem negativa do pai	3	1,7%	3	25,0%	26	28,3	8	66,7%	5	3,4%	4	33,3%	34	8,3%	15	41,7%
3.4.1 Não estar disponível fisicamente	1	0,6%	1	8,3%	9	9,8%	6	50,0%	1	0,7%	1	8,3%	11	2,7%	8	22,2%
3.4.2 Ser fisicamente diferente	0	0,0%	0	0,0%	9	9,8%	4	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	9	2,2%	4	11,1%
3.4.3 Não ser nem fazer o desejado	2	1,2%	2	16,7%	8	8,7%	5	41,7%	4	2,7%	4	33,3%	14	3,4%	11	30,6%
Total de ocorrências / Número de sujeitos	172	100,0%	12	100,0%	92	100,0%	12	100,0%	148	100,0%	12	100,0%	412	100,0%	36	100,0%

Os resultados demonstram que 100% dos pais de 2ª geração se consideram suficientemente satisfeitos consigo a ponto de estimarem que são já o que desejavam idealmente ser. Apreciam-se sobretudo porque já fazem o seu melhor (100% de sujeitos a referir esta subcategoria, sendo a que foi mais evocada, com 26 ocorrências). Uma percentagem de 75% considera gostar de si tal como é porque dá e expressa amor, e 50% sabem que são bons pais porque se sentem amados pelos filhos. Da mesma forma, metade dos pais aprecia-se por ser aberto à partilha de ideias. A disponibilidade física é também evocada com alguma frequência (11 ocorrências), tal como a emocional, ambas com 6 sujeitos a referirem-na.

Em contrapartida, ser disciplinador e sentir-se respeitado não é, para nenhum dos pais, critério de auto-satisfação.

No total, há assim uma percentagem de 83.3% de pais de 2ª geração que não está inteiramente satisfeita com aquilo que é e faz enquanto pai. Damo-nos conta, portanto, de que por um lado todos os pais, sem excepção, consideram que estão a fazer o melhor que sabem, e isso fá-los gostarem da forma como são, mas muitos não estão inteiramente satisfeitos consigo enquanto pais.

Assim, as categorias auto-imagem positiva e auto-imagem negativa não são complementares. Mesmo os pais que estão contentes com aquilo que já são têm aspectos em que gostariam de ser diferentes e preferiam mudar. Relativamente à insatisfação com a função, os pais de 2ª geração referem que se penalizam por não estarem mais disponíveis, quer emocionalmente (83.3%), quer fisicamente (66.7%). Apesar do número de sujeitos que referem estas disposições, houve mais ocorrências relativas à ausência ou dificuldade em estar fisicamente disponível.

As expectativas dos pais tendem a frustrar-se com o tempo, e com o avanço da idade dos filhos aqueles sentem a desilusão de não darem à família tanto tempo quanto o desejado (Petzold, 1995). Num estudo com mães e pais, realizado por este autor (op. cit.), quando entrevistadas relativamente aos seus desejos e às coisas que gostariam de mudar na sua vida, as mães desejavam ter mais tempo para elas e os pais gostariam de poder reduzir o trabalho e passar mais tempo com a família, sendo que um número reduzido desejava passar mais tempo com a companheira. Assim, o tempo que os pais gostariam de investir mais na família parece ser, eventualmente tal como na nossa amostra, sobretudo com os filhos.

Outros estudos confirmam esta suposição de que muitos pais manifestam prazer no tempo que passam com os seus filhos (Larson e Richards, 1994). Com efeito, dados de inquéritos mostram que 40% dos pais gostariam de passar mais tempo com os filhos do que passam actualmente (Lamb, 1997a), facto que indica que a maioria está motivada para se envolver mais activamente nas relações com a prole, apesar dos constrangimentos temporais e psicológicos inerentes ao papel de trabalhador e sustento económico não permitirem um maior envolvimento.

Será por isso que os pais actuais vivem uma situação paradoxal, no sentido de que a sua motivação e vontade para se envolverem activamente com os filhos contrasta com as forças sociais que os impelem para vidas profissionais envolvidas e melhores níveis financeiros? Poria isso em causa a estabilidade familiar, por insatisfação pessoal, tensão associada a falta de correspondência às normas sociais ainda vigentes, e dúvida entre estar livremente a optar ou a ser levado para uma determinada função?

Quanto ao que acham que os outros pensam sobre si mesmos enquanto pais, crêem que são apreciados, já que 100% dos sujeitos refere a hetero-imagem positiva. Salienta-se que acham que os outros os apreciam, essencialmente por duas razões: por já

serem bons pais (83.3%) e por brincarem com os filhos (83.3%). Ambas as subcategorias têm elevadas ocorrências. Repare-se no que diz um dos pais: “Acho que o meu próprio pai me considera a mim um bom pai e marido, eu é que talvez não me considere merecedor dessa consideração.”

Os filhos têm uma boa imagem dos pais, com 100% a referirem uma imagem positiva do pai e 91.7% a considerarem que os seus pais são já consonantes com o ideal. Refere uma das crianças: “Gosto de tudo nele.”

Para além de já considerarem que eles são bons sobretudo porque não podiam ser melhores (91.7%), defendem que eles são bons porque dão/expressam amor (83.3%), preocupam-se e ajudam (75%) e brincam (66.7%). Dar e expressar amor é a subcategoria que recebeu mais ocorrências. Diz um filho: “Ele faz cócegas, acorda-me com cócegas na barriga, nos pés, no pescoço e com beijinhos.” Diz outro: “Quando nós fazemos asneiras nunca nos bate, fala sempre connosco e é simpático, e depois de pedirmos desculpa faz meiguices.”

Ainda assim, uma percentagem de 66.7% de filhos gostaria de mudar alguma coisa nos seus pais. Aquilo que mudariam é sobretudo a pouca disponibilidade, desejando que ele estivesse mais presente (50%), que fosse mais permissivo e fizesse mais o que os filhos querem (41.7%) e que fosse fisicamente diferente (33.3%). A propósito disto diz uma criança “Gostava que o meu pai não tivesse aquelas manchas na cabeça e nos braços”.

O facto de referirem mudanças físicas e não só psicológicas, pode de novo ser entendido à luz das teorias desenvolvimentistas, em particular da explicação piagetinana sobre esta etapa da vida. As características físicas são assim um exemplo daquilo que as crianças de 1º ciclo retiram de uma realidade filtrada por um pensamento ligado ao concreto.

Analizamos agora as perspectivas dos avós sobre si mesmos enquanto pais (auto-imagem), e sobre os seus filhos enquanto pais (hetero-imagem). Verifica-se que todos têm uma auto-imagem positiva e todos têm uma auto-imagem negativa. Parece paradoxal? Cremos, optimisticamente, que é sobretudo reflexo de já gostarem do que são, mas ainda assim aspirarem a ser melhor. O que mais pesa na auto avaliação positiva dos avós na sua função de pais é a disponibilidade física (91.7%). Segue-se, de forma interessante, ser disciplinador (83.3%). Ambas têm um elevado nível de ocorrências, de resto muito próximo. Para os avós, a subcategoria “dar e expressar amor” não se conta como factor de auto-satisfação, já que nenhum a refere. Tal facto contrasta aparentemente com a opinião por eles apresentada no Tema 1, de que o pai se define fortemente por dar e expressar amor. Eventualmente confirma que nessa definição eles entram em linha de conta com a imagem que já têm do pai actual, uma vez que parecem não ter expressado afecto quando foi a sua vez de serem pais de crianças pequenas.

Na auto-imagem negativa, salienta-se o facto de, na totalidade, todos os avós considerarem como erro pessoal a ausência de disponibilidade física para os filhos. Diz-nos um: “Mudava o espaço que dou à minha família...sou missionário do trabalho.”

Relativamente à hetero-imagem, os avós têm uma imagem totalmente positiva (100%), salientando-se o estarem convencidos que os outros sabem que eles fazem o seu melhor, e por isso estão próximos do ideal de pai. Brincar com os filhos não é critério para acharem que os outros os apreciam no desempenho da sua função de paternidade.

Quanto àquilo que antecipam que os outros não apreciam na concretização da sua função de pais surge com uma baixa percentagem (33.3%) e recai sobretudo sobre o considerarem que não foram ou não fizeram aquilo que desejavam.

Ainda que todas digam que gostam do pai como ele é, as crianças são quem tem percentagens mais elevadas de avaliação negativa dos pais. Os pais actuais são, por sua vez, os menos críticos ou desagradados em relação àquilo que são. Os avós tendem a não diferenciar nas suas respostas a avaliação de si na actualidade e quando os seus filhos eram pequenos, dando antes uma ideia global da sua identidade como pais.

Nem pais nem avós referem como desejo serem fisicamente diferentes, pelo que esta subcategoria foi apenas construída através das respostas das crianças.

No total, e nos três grupos, é bastante positiva a imagem que os pais (1ª e 2ª geração) pensam que os outros têm deles, sendo essa hetero-imagem confirmada pelos filhos (100% de frequências com 148 ocorrências), que têm uma imagem francamente positiva dos pais. Com 66.7% de referências e 146 ocorrências segue-se a auto-imagem positiva, e só muito longe vêm as visões negativas de si ou a antecipação de que os outros estão desagradados com a sua forma de ser pais (61.1% de sujeitos têm auto-imagem negativa, indiciando-a 81 vezes). A hetero imagem negativa do pai é a menos referida (41.7%, com um somatório de 34 evocações). Aqui, não fazer nem ser o desejado é o aspecto mais relevante.

A auto-estima do pai – aqui saliente na apreciação que faz de si e na sua auto-imagem - é um conceito que nos parece importante aqui referir. Os pais que se consideram bons e que acreditam na boa qualidade do seu papel na educação dos filhos são mais envolvidos e actantes (Horvath, 1995). Num estudo desenvolvido por este autor (op. cit.) os pais que tinham estado presentes no nascimento dos filhos consideravam-se bons pais por interagirem com a criança, brincarem com ela e tratarem dela. Os que tinham estado ausentes desse nascimento consideravam-se bons pais por estarem a trabalhar para a família e encontrarem-se a desempenhar as tarefas da casa consideradas típicas do macho.

Conclua-se, por isso, que a auto-estima positiva pode ser interpretada de inúmeras formas e justificada por perspectivas não coincidentes relativas ao conceito de pai, sendo que cada pai pode chegar a uma auto-estima positiva sobre a sua função paternal partindo de pressupostos e entendimentos bem diversos sobre o que é o bom pai.

4. Tema 4 – Importância da paternidade

Neste tema inquirimos avós, filhos e pais sobre a importância que atribuíam à função de paternidade.

As questões colocadas foram

Guião de pais (1ª e 2ª geração):

“Acha o papel do pai muito importante na educação da criança? Em que aspectos?”

Guião de filhos (3ª geração):

“Achas que o teu pai é muito importante para ti? Porquê?”

Segue-se o quadro nº 14, que apresenta as categorias e subcategorias deste tema.

Quadro nº 14: Caracterização e Ilustração do Tema 4

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 4 IMPORTÂNCIA DA PATERNIDADE	4.1 VALOR DO PAI	4.1.1 PAI É FUNDAMENTAL	<i>P - Um filho sem pai é como uma casa sem telhado F - É completamente essencial na nossa vida, deixa uma marca A - O pai é fundamental, não pode ser substituído, é como se fosse um leme</i>
		4.1.2 PAI É IMPORTANTE	<i>P - A influência que o pai tem no resultado final é importante F - O pai é importante A - A existência do pai é importante</i>
	4.2 IMPORTÂNCIA DO PAI EM RELAÇÃO À MÃE	4.2.1 PAI É MAIS IMPORTANTE QUE MÃE	<i>P - O pai tem mais obrigações e deve tomar as decisões mais difíceis A - O pai é sempre a entidade maior para os filhos, embora a mãe também seja importante</i>
		4.2.2 PAI É TÃO IMPORTANTE COMO MÃE	<i>P - São ambos importantes, estão ao mesmo nível F - O pai e a mãe são muito importantes A - O pai trata de umas coisas e a mãe de outras</i>
		4.2.3 PAI É MENOS IMPORTANTE QUE MÃE	<i>P - A mãe é mais importante que o pai na minha família F - A mãe faz-me companhia e ajuda nos trabalhos de casa, o pai está sempre a trabalhar A - A mãe é mais importante, tem mais obrigações; o pai está fora, alheado do que se passa em casa</i>

Vemos que o tema está dividido em duas categorias – a da relevância absoluta da paternidade e a da importância relativa dessa paternidade em relação à mãe. Na primeira categoria surge uma gradação da relevância, tendo em conta as intervenções que aludiam ao pai como fundamental (essencial, insubstituível) e o pai como importante (relevante mas não absolutamente indispensável).

Na segunda categoria, a da importância relativa e comparativa pai-mãe, temos as três possibilidades: o pai mais importante que a mãe; o pai tão importante quanto a mãe; o pai menos importante que a mãe.

Como até aqui, analisaremos em separado os diferentes subgrupos, comparando-os em seguida de acordo com os dados visíveis nos quadros nº(s) 14 e 15.

Quadro nº 15: Tabela de resultados do Tema 4

TEMA 4-IMPORTÂNCIA DA PATERNIDADE	Grupo												Total			
	Categorias Sub-categorias	Pai				Filho				Avô						
		Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº	%	Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº				%
1 Valor do Pai	41	69,5%	12	100,0%	32	82,1%	12	100,0%	25	54,3%	11	91,7%	98	56,98%	35	97,2%
1.1 Pai é fundamental	18	30,5%	9	75,0%	11	28,2%	7	58,3%	11	23,9%	6	50,0%	40	23,26%	22	61,1%
1.2 Pai é importante	23	39,0%	11	91,7%	21	53,8%	11	91,7%	14	30,4%	9	75,0%	58	33,72%	31	86,1%
2 Importância do pai em relação à mãe	18	30,5%	9	75,0%	7	17,9%	5	41,7%	21	45,7%	8	66,7%	46	26,74%	22	61,1%
2.1 Pai é mais importante que mãe	2	3,4%	2	16,7%	0	0,0%	0	0,0%	2	4,3%	2	16,7%	4	2,33%	4	11,1%
2.2 Pai é tão importante como mãe	5	8,5%	3	25,0%	3	7,7%	3	25,0%	6	13,0%	3	25,0%	14	8,14%	9	25,0%
2.3 Pai é menos importante que mãe	11	18,6%	7	58,3%	4	10,3%	2	16,7%	13	28,3%	7	58,3%	28	16,28%	16	44,4%
Total de ocorrências / Número de sujeitos	59	100,0%	12	100,0%	39	100,0%	12	100,0%	46	100,0%	12	100,0%	172	100,0%	36	100,0%

No que respeita a opinião dos pais de 2ª geração, todos falam da relevância do pai na vida dos filhos. De entre eles, 91.7% consideram-no importante, e menos (75%) consideram-no fundamental. É de um pai a seguinte frase: “O pai é importante na vida de um filho. Tem muito para lhe dar.”

Comparativamente com a mãe, uma maioria (58.3%) acha o pai menos importante que a mãe, sendo que apenas dois pais (16.7% da amostra) o considera mais importante que ela. Vejamos estas frases de pais: “A mãe é muito importante, mas o pai é essencial para um filho crescer equilibrado.” A paridade na importância é considerada por 25% dos sujeitos. Assim, “Tão importante é um como é outro”, como dizia um pai.

Os filhos têm resultados que vão no sentido de demonstrarem, em grande maioria, que o pai é importante (91.7%), ainda que mais do que metade (58.3%) o ache fundamental. Repare-se numa frase: “Eu gosto muito da minha mãe, mas preciso do meu pai para ser sempre feliz.” Nenhuma das crianças inquiridas considerou o pai como mais importante que a mãe, defendendo que o pai e mãe são igualmente importantes (25%), resultado semelhante ao dos seus pais. Diz uma criança: “A mãe e o pai, são os dois importantes.” Esta percentagem é, no entanto, reduzida e muito próxima da que considera o pai menos importante que a mãe (16.7%), num resultado de novo coincidente com o dos pais. São apenas cinco os sujeitos que respondem a esta pergunta. Diz um deles: “A mãe é mais importante porque trata das coisas todas.”

Vejamos agora os avós. A sua perspectiva tende a ser a de considerar, de forma mais clara, que o pai é importante (75%) e em menos quantidade que o pai é fundamental (50%). Analisemos duas frases de avós: “O pai é importante, claro, mas a criança precisa da mãe para crescer sem problemas. A mãe está mais próxima.” Ou “O que seria a humanidade se não houvesse machos? O que seria o mundo se os filhos crescessem sem pai?”

Quanto à importância relativa com a mãe, os avós consideram que o pai é menos importante (58.3%), em percentagens coincidentes com as dos pais de 2ª geração. Esta coincidência alarga-se aos resultados das duas outras subcategorias (o pai é tão importante como a mãe – 25% - e o pai é mais importante do que a mãe – 16.7%). Refere um avô: “Na minha família, a mãe é que educou sempre, por isso ela foi mais importante para os filhos do que eu fui. Eu era periférico.”

No total das duas categorias encontradas, e analisando todos os grupos, salientamos o facto de 86.1% dos inquiridos considerarem o pai como importante na vida dos filhos, contra 61.1% que o considera fundamental.

Relativamente à relevância do pai, não já isoladamente, mas agora relativa e comparativamente à mãe, verificamos que, na totalidade das respostas dos três grupos o pai é considerado menos importante que a mãe (44.4%), com 11% a considerarem-no mais importante que ela e 25% tão importante quanto ela. No entanto, os filhos afastam-se do comportamento dos outros dois grupos na medida em que nenhuma das crianças considerou o pai como mais importante que a mãe; no entanto, foram mais os que o acharam tão importante quanto ela do que os que o consideraram de menos relevância.

Como vimos, as percentagens encontradas para o número de sujeitos que fizeram referência a cada subcategoria da categoria comparando a relevância de pai e mãe, e o número de ocorrências encontrado é praticamente coincidente entre pais de 1ª e 2ª geração. Este facto merece a nossa reflexão, indiciando uma concepção da importância relativa de cada um dos progenitores sem grandes mudanças entre as duas gerações. Para ambos o pai é menos importante do que a mãe, sendo apenas os filhos quem desafia este entendimento referindo por maioria que os considera a par na relevância.

Não encontramos na literatura nada que possa explicar esta diferenciação, que consideramos interessante. É o subgrupo das crianças o único que não considera o pai mais importante que a mãe (0% de referências nesta subcategoria), facto que pode comprovar a hipótese de verem a mãe e o pai como iguais. Os avós e os pais, em contrapartida, buscam ainda posicionamentos mais estratificados, já que há em ambos os grupos sujeitos que consideram o pai mais importante que a mãe. Será que esta nova geração, aqui representada pela nossa amostra de 12 crianças, tem já uma concepção de igualdade entre os dois progenitores, contrariando a postura hierarquizada – que sobrevaloriza a mãe – típica dos avós e dos pais aqui estudados?

Não deixa também de valer a pena sublinhar o facto da actual geração de pais (2ª geração) considerar de forma mais clara e evidente, juntamente com os filhos, que o pai não se limita a ser uma peça relevante do jogo familiar e educacional, mas que é muito mais do que isso: é central para o equilíbrio dos seus descendentes e insubstituível nesse papel. Tal facto pode ser apoiado pela literatura científica acerca do tema (Le Camus e Zaouche-Gaudron, 1998; Lamb, 2000), que defende claramente a especificidade das inúmeras funções do pai, da forma como são concretizadas e do impacto que têm no desenvolvimento socio-emocional dos filhos, portanto não passíveis de serem assimiladas ou reduzidas às da mãe.

5. Tema 5 – Definição das funções de pai e da mãe

Analisou-se neste tema o tipo de proximidades ou distanciamentos entre as funções de paternidade e maternidade, tal como vistas pelos olhos de pais, filhos e avós. Pretendia-se compreender como eram entendidas, por cada subgrupo, as especificidades e disparidades, ou semelhanças e coincidências, entre a mãe e o pai na educação dos filhos. Desejava-se conhecer quanto é que as tarefas e funções estavam bem definidas e associadas ao sexo. Na comparação entre pais e avós era possível ainda entender se tinha havido mudanças intergeracionais nessa definição de papéis.

As perguntas colocadas foram:

Guião dos pais (2ª geração):

- “Acha que na relação com a sua mulher as funções de mãe e de pai estão bem definidas ou misturam-se? Quem faz o quê?”

Guião dos pais (1ª geração):

- “Acha que na relação com a sua mulher estavam bem definidas as funções de mãe e de pai ou misturavam-se? Quem fazia o quê?”

Guião dos filhos (3ª geração):

- “Que coisas é que o teu pai faz contigo e que coisas a tua mãe faz contigo?

Fazem as mesmas coisas ou a mãe faz umas e o pai faz outras?”

Apresenta-se agora o quadro nº 16, demonstrativo das categorias e subcategorias que compõem o tema.

Quadro nº 16: Caracterização e Ilustração do Tema 5

TEMA	CATEGORIA	SUB-CATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 5 DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES DO PAI E DA MÃE	5.1 AS TAREFAS NÃO ESTÃO BEM DEFINIDAS E SÃO INTERMUTÁVEIS	5.1.1 FUNÇÃO EDUCATIVA	<i>P - É conforme eles pedem, está tudo muito indefinido, tanto faço eu como a mãe F - Faço os trabalhos de casa de Matemática com o pai, mas a minha mãe sabe mais de Português A - Colaborar no acompanhamento dos filhos nos estudos</i>
		5.1.2 FUNÇÃO DOMÉSTICA	<i>P - Qualquer um de nós em casa faz comida, trata dos miúdos, faz as diferentes funções do dia a dia F - Á semana é a minha mãe que faz o almoço, ao fim de semana é o meu pai A - Sempre ajudei a minha mulher, aquele papel de machista, não senhor!</i>
	5.2 AS TAREFAS ESTÃO BEM DEFINIDAS E ASSOCIADAS AO SEXO	5.2.1 FUNÇÃO EDUCATIVA	<i>P - Ela é que assina os testes é a Encarregada de Educação; o papel educativo é ela que está a cumprir F - A mãe é que me ensina as coisas A - Procurei muito fugir à responsabilidade pela educação dos meus filhos</i>
		5.2.2 FUNÇÃO DOMÉSTICA	<i>P - A minha mulher tem um papel mais relevante em relação à organização da casa F - A mãe é mais motorista para mim, é a mãe que faz tudo em casa A - Nunca dei a minha opinião em relação a vestuário, saúde, alimentação... isso era tudo por conta dela</i>

Verifica-se que o tema se divide em duas grandes categorias: uma que define as proximidades e partilhas de tarefas entre a mãe e o pai, e em que não há diferenciação e as funções são intermutáveis, e outra que defende a diferenciação clara, com actividades associadas a cada sexo. Em ambas as subcategorias são divididas em função educativa e função doméstica.

Observemos agora o quadro nº 17, percentagens de sujeitos e de ocorrências que nos dão a entender a percepção dos entrevistados sobre este tema.

Quadro nº 17: Tabela de resultados do Tema 5

MA5-DEFINIÇÃO DAS FUNÇÕES DO PAI E DA MÃE	Grupo												Total			
	Pai						Filho			Avô						
	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %	Ocorrências Nº	Ocorrências %	Sujeitos Nº	Sujeitos %				
As tarefas não estão bem nidas e são intermutáveis	45	70,3%	10	83,3%	27	73,0%	10	83,3%	10	23,3%	3	25,0%	82	56,9%	23	63,9%
1 Função Educativa	17	26,6%	8	66,7%	12	32,4%	6	50,0%	6	14,0%	5	41,7%	35	24,3%	19	52,8%
2 Função Doméstica	28	43,8%	9	75,0%	15	40,5%	6	50,0%	4	9,3%	3	25,0%	47	32,6%	18	50,0%
As tarefas estão bem definidas associadas ao sexo	19	29,7%	4	33,3%	10	27,0%	3	25,0%	33	76,7%	11	91,7%	62	43,1%	18	50,0%
1 Função Educativa	11	17,2%	5	41,7%	6	16,2%	3	25,0%	20	46,5%	10	83,3%	37	25,7%	18	50,0%
2 Função Doméstica	8	12,5%	5	41,7%	4	10,8%	2	16,7%	13	30,2%	6	50,0%	25	17,4%	13	36,1%
Total de ocorrências / Número de sujeitos	64	100,0%	12	100%	37	100,0%	12	100%	43	100,0%	12	100%	144	100,0%	36	100,0%

A partir da análise do quadro anterior podemos concluir que, de acordo com a perspectiva dos pais de 2ª geração, a larga maioria (83.3%) considera que, na sua família, as tarefas educativas e domésticas são permutáveis e que partilha com as esposas essas funções. É nas actividades domésticas que se avaliam como mais intervenientes (75%, com um elevado número de ocorrências), e em seguida nas educativas (66.7%). Refere um pai: “Rezar, pôr a dormir, ir às compras, ao parque, fazer o jantar para eles... Faço tudo como ela (a mãe).” Outro diz: “Educar é tanto tarefa da mãe como do pai.”

Uma percentagem de 33.3% dos pais considera que as tarefas de maternidade e paternidade estão claramente definidas e não se misturam, fazendo a mãe certas tarefas e o pai outras, sem confusão nem intermutações. Em percentagens iguais (41.7%) defendem que a função doméstica e a educativa estão bem separadas na mãe e no pai. Afirmam um pai: “Eu trabalho muito, por isso as coisas da escola, os castigos, as coisas do dia a dia é com a minha mulher.” Outro diz: “Eu, como chego tarde a casa, é mais para brincar um bocadinho antes de os deitar, o resto é com a mãe.”

Ligando estes resultados com a literatura sobre o tema, lembremos que os pais ditos tradicionais são aqueles considerados não implicados nos cuidados directos, no jogo ou na educação, enquanto que os implicados ou envolvidos são os que participam tanto como a mãe, desempenhando iguais tarefas (Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1997). Os filhos destes segundos pais parecem mais dinâmicos, afectivamente mais maduros e socialmente mais interactivos, e o que está em jogo não é o grau de envolvimento, mas a qualidade desse envolvimento (op. cit.). É por isso que sublinho o facto de nesta amostra se verificar que a maioria dos pais actuais se vê activamente envolvido, qualquer que seja a tarefa caseira ou familiar que tenha que ser realizada, numa clara visão de coparentalidade.

Não esqueçamos também, nesta análise, que a mãe é essencial na determinação das tarefas que o pai desempenha ou não em casa. Em 1982 Lamb escrevia que, mesmo nas famílias em que o pai tinha sido, nalgum momento, o responsável principal pelos filhos, quando pai e mãe estavam presentes esta tendia a assumir os cuidados da criança. Mesmo em situações em que o pai, com filhos em idade pré-escolar, opta por ser responsável por eles, tal não significa que esta situação seja estável. Alguns dados apontam para que após a entrada dos filhos na escolaridade obrigatória os pais tendam a abandonar esse papel mais predominante, alegando factores profissionais, financeiros e inerentes às necessidades dos próprios filhos (Horvath, 1995) e a passá-los, de novo, às mães. A pressão social inerente a este desvio marcado da norma parece ser dificilmente suportável, levando-os a voltarem aos formatos tradicionais.

Regressando aos dados da nossa amostra, verificamos que os filhos estão de acordo com os pais, considerando que há partilha de tarefas e indiferenciação (83.3% referem-no), não fazendo sobressair nenhuma das funções em particular, já que 50% crêem que há entre ambos partilha nas tarefas domésticas e 50% consideram que há partilha nas tarefas educativas. É assim que um filho afirma: “(pai e mãe) fazem igual... fazem o que é preciso.”

Bem menos filhos consideram que os pais não são activos nem partilham as tarefas com a mãe (25%), parecendo demonstrar que as crianças têm uma visão inequívoca dos pais como envolvidos, presentes, activos e igualitários. O maior número de ocorrências neste subgrupo surge na função educativa (25%). Diz um filho: “A minha mãe é que manda e diz o que temos de fazer.” Ou outro: “Quem nos mete de castigo é o pai, mas é só quando é uma coisa muito má.”

Relativamente aos pais de 1ª geração, 91.7% considera ter funções claramente definidas e não partilhar – ou não ter partilhado – as tarefas com a esposa, numa quase

inversão do que fora afirmado pelos pais da 2ª geração. A área em que consideravam estar mais envolvidos era a educativa/formativa (83.3%). Refere um avô: “Sempre que podia apoiava a minha mulher a educá-los. Nunca lhes permiti más educações.”

Quanto aos que consideram que as suas tarefas eram indiferenciadas e partilhadas com as esposas (25%), o que também não é – ou era – muito partilhado pelos avós era a função doméstica. Assim, dizia um avô: “Nunca tive jeito nem vontade para ajudar na lida da casa. A minha mulher é que estava em casa...ela é que tratava dessas coisas.” Uma percentagem superior (41.7%) partilhava as funções educativas, tendo o cuidado de ser activo nessas tarefas.

Na análise englobando os três subgrupos verificamos que a partilha e a indiferenciação é maior que a não partilha (63.9% versus 50%) e claramente associada ao sexo, mas este resultado é sobretudo proveniente das respostas da actual geração de pais e filhos, e não recebe contributos de fundo da geração de avós. Pouca é a diferença entre as funções domésticas e educativas nessa partilha (respectivamente 50% e 52.8%). Nas famílias em que a não partilha era mais marcante, e as tarefas se apresentavam claramente definidas e comuns, a função educativa parecia ser a mais claramente partilhada. É o típico da postura do *pater familia*, que dá ao agregado familiar o que considera que ele precisa, não dentro dele mas fora, indo buscar os recursos para a sua sobrevivência e envolvendo-se pouco em assistência directa e emoções.

Naquilo a que Horyath (1995) chamou a família andrógina, caracterizada pelo desaparecimento das diferenças entre os sexos, o objectivo da mãe e do pai é oferecerem à criança um leque de comportamentos, atitudes e valores que a levem a um crescimento equilibrado e livre de preconceitos. A androgenização dos papéis entre os sexos, a estar a acontecer, como parece neste estudo, pode vir a contribuir para um novo

momento histórico nas relações familiares. Aquilo que costumava ser normativo dentro de uma família (pai trabalha fora e é o ganha pão, mãe trabalha dentro, dá assistência e educa) parece agora por vezes ter passado a ser anomalia.

A título de exemplo, aqui apresentamos algumas conceptualizações intencionadas a ajudar a classificar o pai nas suas novas funções. Mac Bride e colaboradores (1993) diferenciam as interacções lúdicas (partilhar um jogo pelo simples prazer), as funcionais (dar banho ao filho ou vesti-lo), as paralelas (conduzir o carro enquanto fala com a criança) e as transacionais (acompanhar a criança à escola) para enquadrar e organizar o conjunto de tarefas típicas da relação pai-filhos. Radin (1994), na mesma linha, diferenciou as funções nos tipos seguintes: responsabilidade pelos cuidados (dar de comer, por exemplo), responsabilidade pela socialização (delimitar regras e interdições); implicação nas decisões relativas à criança (definir os castigos); e acessibilidade (no sentido de estar disponível e perto, mesmo que não directamente envolvido). Da mesma forma, e com uma intenção classificatória dos tipos de posturas e atitudes paternas, Zaouche- Gaudron (1995) tem investigado comparando pais envolvidos mas indiferenciados das mães, pais envolvidos mas diferenciados delas, e pais não envolvidos (estes últimos do tipo *pater familia*). Os resultados são deveras interessantes dado que são os segundos tipos de pais (envolvidos mas diferenciados) aqueles cujos filhos aparecem como mais seguros numa tarefa de separação mãe-criança, mais inclinados a aceitar os colegas, menos dependentes dos outros e mais prontos a desenvolver jogos cooperativos (Bourçois, 1993; Zaouche-Gaudron, op. cit.).

Vimos já como durante décadas infindas toda a literatura assumiu que a figura paternal era periférica no desenvolvimento socioemocional e cognitivo da criança em crescimento (Bowlby, 1969, 1973), considerando que “as mães eram as figuras principais na educação dos filhos e que eles mesmos (os pais) eram secundários”

(Rapoport et al., 1977, p. 73). A inundação de mulheres na vida inicial da criança (enquanto mãe, avós, professoras...) tornava ainda mais vestigial o pai. Lemasters (1974) escrevia que o pai humano era tão incompetente que dava m  reputação aos pais primatas. Harlow, em 1971, referia que a interacção entre o pai e os filhos era não mais que um efeito derivativo, já que os homens gostam de estar em volta das mulheres e estas gostam de estar em volta dos filhos. O nosso estudo mostra que alguma coisa mudou aqui. Assumindo a sua importância, ainda que timidamente, como vimos no tema anterior, o pai avança caminho no espaço que era da mãe, e divide com ela papéis e funções, aproximando entre pai e mãe a forma de estar com os filhos e de educar, num claro avanço para a coparentalidade.

Os estudos sobre os pais foram muitas vezes indirectos, isto é, questionando as mães ou os filhos sobre eles, mas não eles directamente. A transição que ocorreu nos anos setenta, já aqui tão documentada, veio mostrar que os pais, pelo menos teoricamente, poderiam ser elementos altamente significativos no desenvolvimento psicosexual dos filhos, tendo um potencial que precisava ser actualizado. Segundo Fein (1978, p. 122) “ em vez de se manter na periferia ou servir como ajudante da mulher, o homem está a ser estimulado a participar na vida dos seus filhos, desde a concepção. E aparentemente, cada vez mais homens se esforçam por manter relações significativas com os jovens que fazem parte das suas vidas.” Essas suas relações significativas passam por serem educadores activos e intervenientes no dia a dia dos seus filhos, não deixando apenas   mãe tarefas tão centrais da vida de uma criança como o brincar, o aprender os limites sobre o mundo, o comer ou o conversar sobre a vida.

Ser um pai, no sentido de conceber um filho, é muito masculino; mas meter mãos activas na educação e nos cuidados pode não ser. Ainda há um quarto de século, em 1976, Fasteu escrevia que os pais que passam muito tempo a cuidar das suas

crianças (a dar-lhes banho, vesti-las, alimentá-las, ensiná-las, confortá-las, brincar com elas) estão longe de ser totalmente bem vistos pela sociedade (cit. in Mackey, 1985). Isto coincidiu com o momento em que os avós da nossa amostra estavam a ser pais, o que pode justificar algumas das respostas encontradas na sua subamostra.

Se ao homem é pedido que tenha tarefas e funções que podem ser vistas como mutuamente competitivas (soldado/forte protector *versus* meigo e brincalhão prestador de cuidados) podemos ter como resultado um conflito interior de ambiguidades e problemas de identidade que perturbe a sua auto-imagem e o seu bem-estar (Mackey, 1985). Os pais da actualidade avaliados neste estudo, que parecem tender a partilhar com a esposa as diversas funções da rotina de uma família, têm a tarefa árdua de conseguir conciliar estas imagens, à medida que se aproximam da mãe e desempenham, com ela, o que até aqui lhe era restrito. A situação é tão complexa que alguns estudos referem que, mesmo quando há partilha de tarefas e funções, muitas vezes se tem dito que os homens tendem a continuar a desempenhar o tipo de actividades consideradas típicas do seu sexo (lavar o carro, mudar a lâmpada, etc.)

No entanto, a partilha equitativa de funções tem surgido como associada a maior satisfação marital e sexual, e tem mostrado trazer melhor saúde mental e física aos dois membros do casal. A permutação de papéis parece igualmente beneficiar as crianças, dado que os filhos de pais mais envolvidos parecem ser mais avançados cognitivamente e socialmente, e terem menos estereótipos sexuais (Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1997).

O efeito positivo dos pais sobre a dinâmica familiar faz-se assim também através do apoio concreto nas tarefas de casa e nos cuidados com os filhos, aliviando a sobrecarga de trabalho sobre a mãe, dando-lhe mais razões para satisfação, e oferecendo aos filhos novos modelos de partilha de funções entre os sexos.

Como nota interessante para finalizar a análise deste tema refere-se que há uma crença de que os pais tendem a sobrestimar o seu envolvimento nas tarefas domésticas e cuidados directos com os filhos, e que por isso, dizem alguns autores, as suas estimativas não são de confiança. Nos estudos em que se comparam as estimativas do homem e da mulher, as discrepâncias são visíveis, com os homens a considerarem que fazem mais do que as mulheres consideram que eles fazem (Kelley, 1997). O essencial na análise deste tema é percebermos que os pais actuais se vêem como mais envolvidos - partilhando as tarefas educativas e domésticas com as esposas - do que os pais da anterior geração; se houver enviesamento ou sobrevalorização, podemos pressupor que os pais a farão, tanto quanto os avós...

6. Tema 6 - Diferenças e semelhanças entre duas gerações de pais

Este tema final aborda a questão central do presente estudo. Ainda que todos os outros até aqui considerados contribuam indirecta ou directamente para responder à questão das eventuais mudanças entre gerações, será aqui que analisaremos as percepções que, de forma explícita, pais e avós demonstraram sobre o que é comum ou distinto entre a actual geração de pais e a anterior.

Como já tivemos ocasião de referir, estas questões, por razões óbvias que se prendem com o seu desconhecimento directo de como foi educar no passado, não foram colocadas às crianças.

Na entrevista, as perguntas eram as seguintes:

Guião de pais (2ª geração):

- “Acha que o seu pai foi um pai diferente daquilo que o senhor é hoje ou foi semelhante? Se foi diferente, qual a diferença? A que a atribui? “

Guião de pais (1ª geração):

- “Acha que o seu filho é um pai diferente daquilo que o senhor foi ou é semelhante? Se é diferente, qual a diferença? A que a atribui? “

Esta questão não foi colocada às crianças.

De novo, esta análise inicia-se com a apresentação do quadro nº 18 que evidencia as categorias e subcategorias que compõem o tema.

Quadro nº 18: Caracterização e Ilustração do Tema 6

TEMA	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 6 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE DUAS GERAÇÕES	6.1 PAI DO PRESENTE	6.1.1 COMPREENSIVO/ DIALOGANTE	<i>P - Não havia uma capacidade de compreender tão grande como há hoje A - Hoje existe uma maior abertura, pais e filhos falam</i>
		6.1.2 PARTILHANDO O PODER/CONQUISTANDO A AUTORIDADE	<i>P - Eu não uso uma autoridade adquirida mas sim conquistada, essa é que tem valor e provoca relações equilibradas A - É mais tolerante perante os filhos do que eu fui</i>
		6.1.3 PRESENTE NA VIDA DOS FILHOS	<i>P - Eu interesso-me pelos problemas dos meus filhos A - O meu filho está mais presente na educação dos filhos do que eu estive</i>
		6.1.4 SENSÍVEL/EXPRESSANDO AFECTO	<i>P - Ao fim de semana tento curtir os meus filhos A - Todos nós achamos que os pais de hoje dão mimos demais aos filhos</i>
		6.1.5 DIVIDINDO AS TAREFAS COM A MÃE	<i>P - Eu dou muitas vezes banho aos meus filhos e não me lembro do meu pai o ter feito A - Hoje o homem ajuda mais a mulher, mas isso não aprenderam comigo</i>
		6.1.6 DESCONTRAÍDO/LÚDICO	<i>P - O meu pai não era tão brincalhão como eu sou com os meus filhos A - Entre o meu filho e o meu neto há uma relação de camaradagem</i>
		6.1.7 REFLEXIVO/ABERTO À MUDANÇA EM SI PRÓPRIO	<i>P - Estou aberto e receptivo a novas ideias A - Os pais de hoje preocupam-se muito em ser bons pais, até falam uns com os outros sobre os filhos</i>

Quadro nº 18: Caracterização e Ilustração do Tema 6

TEMA	CATEGORIA	SUBCATEGORIA	EXEMPLOS
TEMA 6 DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE DUAS GERAÇÕES	6.2 PAI DO PASSADO	6.2.1 COMPREENSIVO/ DIALOGANTE	<i>P - Dá-me prazer conversar com o meu filho A - Fomos sempre falando</i>
		6.2.2 NÃO DIALOGANTE/NÃO COMPREENSIVO	<i>P - O meu pai não discutia, não opinava sobre as situações. Eu senti falta de diálogo A - Evitava um bocadinho o diálogo com os meus filhos</i>
		6.2.3 PREPOTENTE/IMPONDO AUTORIDADE	<i>P - Quando ele chegava a casa era um silêncio sepulcral A - O pai mandava em casa, impunha um certo respeito e ordem</i>
		6.2.4 PRESENTE NA VIDA DOS FILHOS	<i>P - Conseguia estar presente, estava lá nos momentos certos A - Nunca falhei. Nas alturas cruciais estava lá sempre</i>
		6.2.5 AUSENTE NA VIDA DOS FILHOS	<i>P - Fui campeão nacional de esgrima e não me lembro nunca de ver o meu pai em nenhuma prova A - Talvez tivesse caçado menos e estado mais fins de semana com eles</i>
		6.2.6 DISTANTE EMOCIONALMENTE	<i>P - O meu pai tem alguma dificuldade em manifestar a sua afectividade A - Eu era mais distante</i>
		6.2.7 DESCONTRAÍDO/LÚDICO	<i>P - A mulher preocupava-se essencialmente com o aspecto educativo da criança e o homem dava-se com os filhos de uma forma lúdica A - Entre nós existe uma relação de camaradagem</i>
		6.2.8 DISCIPLINADOR	<i>P - Ele era mais duro com os filhos A - Com os meus filhos o ambiente era mais disciplinador aqui em casa</i>
		6.2.9 INFLEXÍVEL E ACOMODADO	<i>P - A sociedade era muito fechada naquela altura A - Nunca procurei entendê-los. Era intransigente.</i>

As categorias base dividem-se em duas – a caracterização do pai do passado e a caracterização do pai do presente – e cada uma delas se subdivide em subcategorias: o pai do passado em nove e o pai do presente em sete. Algumas dessas subdivisões são coincidentes nas duas categorias, outras não.

Poderemos ver seguidamente o quadro nº 19, com os resultados percentuais relativos aos sujeitos que as referem e ao número de ocorrências em cada uma delas.

TEMA 6-DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE DUAS GERAÇÕES		GRUPO						Total				
Categorias Sub-categorias	Pai				Avó							
	Ocorrências Nº %	Sujeitos Nº %	Ocorrências Nº %	Sujeitos Nº %	Ocorrências Nº %	Sujeitos Nº %	Ocorrências Nº %	Sujeitos Nº %				
6.1 PAI DO PRESENTE	60	41,1%	12	100,00%	51	42,1%	12	100,0%	111	41,6%	24	100,0%
6.1.1 Compreensivo/Dialogante	13	8,9%	10	83,3%	11	9,1%	10	83,3%	24	9,0%	20	83,3%
6.1.3 Partilhando o poder/Conquistando a autoridade	10	6,8%	8	66,7%	4	3,3%	3	25,0%	14	5,2%	11	45,8%
6.1.5 Presente na vida dos filhos	11	7,5%	9	75,0%	14	11,6%	8	66,7%	25	9,4%	17	70,8%
6.1.7 Sensível/Expressando afecto	6	4,1%	6	50,0%	9	7,4%	7	58,3%	15	5,6%	13	54,2%
6.1.9 Dividindo as tarefas com a mãe	6	4,1%	5	41,7%	7	5,8%	6	50,0%	13	4,9%	11	45,8%
6.1.11 Descontraído/Lúdico	9	6,2%	8	66,7%	6	5,0%	6	50,0%	15	5,6%	14	58,3%
6.1.13 Reflexivo/Aberto à mudança em si próprio	5	3,4%	4	33,3%	0	0,0%	0	0,0%	5	1,9%	4	16,7%

Quadro nº 19: Tabela de resultados do Tema 6

Quadro nº 19: Tabela de resultados do Tema 6

TEMA 6-DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE DUAS GERAÇÕES	GRUPO										Total		
	Pai					Avô							
	Ocorrências Nº	%	Nº	Sujeitos %		Ocorrências Nº	%	Nº	Sujeitos %		Ocorrências Nº	%	Sujeitos Nº
Sub-categories													
2 PAI DO PASSADO	80	54,8%	12	100,0%		59	48,8%	12	100,0%		139	52,1%	24
2.2.1 Compreensivo/Dialogante	2	1,4%	2	16,7%		2	1,7%	2	16,7%		4	1,5%	4
2.2.2 Não dialogante/Não compreensivo	7	4,8%	4	33,3%		8	6,6%	7	58,3%		15	5,6%	11
2.2.3 Prepotente/Impondo autoridade	17	11,6%	10	83,3%		9	7,4%	9	75,0%		26	9,7%	19
2.2.4 Presente na vida dos pais	9	6,2%	6	50,0%		4	3,3%	4	33,3%		13	4,9%	10
2.2.5 Ausente na vida dos filhos	17	11,6%	10	83,3%		12	9,9%	7	58,3%		29	10,9%	17
2.2.6 Distante emocionalmente	12	8,2%	8	66,7%		7	5,8%	7	58,3%		19	7,1%	15
2.2.7 Descontraído/Lúdico	2	1,4%	2	16,7%		2	1,7%	2	16,7%		4	1,5%	4
2.2.8 Disciplinador	9	6,2%	8	66,7%		12	9,9%	8	66,7%		21	7,9%	16
2.2.9 Inflexível e acomodado	5	3,4%	5	41,7%		3	2,5%	2	16,7%		8	3,0%	7
Total de ocorrências / Número de sujeitos	146	100,0%	12	100,0%		121	100,0%	12	100,0%		267	100,0%	24
													100,0%

Comecemos por reflectir sobre como o pai actual (2ª geração) caracteriza o pai do passado (correspondendo, por isso, à imagem que ele tem do pai de 1ª geração, a partir da experiência que teve com o seu próprio pai).

Verifica-se que as subcategorias mais frequentemente referidas (83.3%) e com um claro número de ocorrências superior (17) são, com resultados equitativos, a característica da prepotência/imposição de autoridade, e a da ausência na vida dos filhos. Os resultados estão de acordo com a imagem social do pai da anterior geração, não envolvido directamente com as crianças (esse papel era da mãe) e fazendo valer da sua autoridade de chefe de família (Pleck, 1997). Diz um pai: “Havia uma grande distância com o meu pai...não me lembro de o ver presente”.

Também relevantes como subcategorias, com 66.7% de sujeitos a mencionarem-nas, são as características da distância emocional e da acção disciplinadora. Ambas completam o quadro anteriormente feito em relação às subcategorias mais salientes, pois um pai autoritário tende a ter como função importante disciplinar, definir e impor regras e limites, e um pai ausente da vida dos filhos será um pai emocionalmente distante. A falta de presença física traz como marca a falta de intimidade e proximidade afectiva. Dizia um pai: “Ele (o meu pai) não aceitava ceder, era uma espécie de patriarca.”

A subcategoria que surge como oposta da referida ausência é a presença na vida dos filhos, a qual tem um resultado mediano (50%), indiciando que, se bem que a larga maioria considere o pai do passado arredado da vida dos filhos (10 pais), há seis pais que acham que ele era uma figura presente. Referia a propósito um pai: “Ele conseguia estar presente, estava lá nos momentos cruciais.”

Tentando dar sentido a um aparente paradoxo, podemos concluir que na cabeça de alguns pais ambas as descrições, num misto de ausência e presença, são passíveis de coexistirem.

As subcategorias menos referidas, nesta caracterização do pai do passado feita pelo pai do presente são, com igualdade de resultados (16.7%), o ser compreensivo/dialogante e o ser descontraído/lúdico. Nestas duas dimensões o número de ocorrências é muito baixo (2). Esta caracterização é assim feita pela negativa, indiciando aquilo que o pai do passado não foi, e complementa-se com os resultados da subcategoria intitulada não compreensivo/não dialogante, que tem apenas 33.3% de sujeitos a referi-la. Afirmava um pai: “Eu senti falta de diálogo.” Ou outro: “O meu pai nem deixava discutir ou opinar sobre as situações.”

Analisemos agora aquilo que os pais do passado pensam dos pais do passado. Presumimos que estes sujeitos, aqui intitulados avós, irão falar da imagem que consideram caracterizar a sua forma de actuar, como pais, quando os seus filhos eram pequenos, eventualmente generalizando para a imagem colectiva do pai da anterior geração.

Aqui os dados mostram que o aspecto mais saliente (com 75%) é o da prepotência, confirmando o que os pais haviam dito. Refere um avô: “Eu era mais autoritário do que o meu filho é.”

Em seguida surge como caracterizador o facto de ser um disciplinador (66.7%), aspecto que surgira igualmente importante junto dos pais de 2ª geração. Os avós dão menos relevância que os pais, nesta caracterização, à ausência na vida dos filhos (58.3%), pondo ao mesmo nível e com a mesma percentagem deste aspecto descritivo, o facto do pai do passado não ser compreensivo/não dialogante e de ser emocionalmente distante. Atentemos nesta afirmação de um avô: “Não tinha jeito para meiguices nem

mariquices dessas. Hoje o meu filho é todo melado com o meu neto.” Referia outro: “Eu era mais distante e mais duro com os meus filhos do que ele (o meu filho) é com os dele.”

Com os resultados mais baixos encontramos o ser compreensivo/dialogante, o ser descontraído/lúdico e o ser inflexível/acomodado (todos com 16.7%). De uma maneira geral, portanto, há coincidência nas imagens de pais e avós sobre o pai do passado, à exceção deste último aspecto, considerado relativamente caracterizador do pai do passado, aos olhos do pai do presente, mas que, para os avós, não se enquadra na imagem que têm da paternidade da anterior geração.

A análise global da categoria, com os dados de avós e pais, evidencia a prepotência/imposição de autoridade, a ausência da vida dos filhos, a função disciplinadora e a distância emocional, por esta mesma ordem, como os aspectos mais relevantes do pai do passado (respectivamente 79.2% , 70.8%, 66.7% e 62.5%).

Ao atendermos à caracterização do pai do presente, no olhar do próprio pai actual, damo-nos conta de que o aspecto que aparece como mais importante é a sua capacidade de ser compreensivo/dialogante (83.3%), seguido de estar presente na vida dos filhos (75.0%) e de, em paridade, partilhar o poder conquistando a autoridade, e ser descontraído e lúdico (66.7%). Oíçamos alguns pais, a este propósito: “Ao fim de semana não perco nem um bocadinho para brincar com eles”; “Eles (os filhos) só nos respeitam se os soubermos respeitar. Se fossemos autoritários, eles tinham medo de nós. Essa não é a maneira certa de educar.”

De forma geral, tende a ser a antítese do pai do passado, já que a autoridade que exerce não é imposta mas suave e discretamente conseguida, é uma figura viva no dia a dia dos filhos em vez de estar distanciado dessa vida, e tem a capacidade de

compreender e dialogar em vez de disciplinar cegamente, e de se descontraír e brincar com os filhos, em vez de se manter distante para reinar na sua posição de força.

Os avós apresentam resultados muito semelhantes aos dos pais, quando caracterizam o pai da actualidade. Assim, consideram como o seu aspecto mais saliente que seja compreensivo/dialogante (83.3%, dados iguais aos dos pais), achando que ele é um ser presente na vida dos filhos (66.7%). Diz um avô: “Eles têm muito maior comunicação.” Refere outro: “Agora já têm mais abertura para falar de outros temas.” Enquanto os pais haviam feito sobressair, em seguida a estes dois aspectos mais relevantes, a partilha do poder/conquista da autoridade e a capacidade de descontraír/ser lúdico, os avós salientam, ao invés, um outro aspecto: a sensibilidade/expressão afectiva (58,3%). É interessante como os avós sublinham esta área da capacidade afectiva e expressiva, que é uma característica que não surge, nem pela positiva, nem pela negativa, na caracterização do pai do passado. Diz um avô: “Os pais de hoje não têm vergonha de dar mimos. O meu filho farta-se de dizer ao João (neto) que gosta dele.”

Globalmente, o ser compreensivo/dialogante (83.3%) e o estar presente na vida dos filhos (70.8%) são as características mais marcantes do pai actual.

Os papéis que os pais desempenham na vida dos filhos mudaram nas últimas décadas nalguns parâmetros (Hwang & Lamb, in press), como tivemos ocasião de analisar do decorrer deste trabalho. Os pais contemporâneos (especialmente aqueles com crianças pequenas) assumem o que parece ser uma maior responsabilidade pelo cuidado diário dos filhos, e passam mais tempo com eles do que passavam os pais do passado (Lamb, 1997b; Pleck, 1997). Ainda que muitos refiram que a quantidade de tempo investido pelos pais nas actividades relativas à paternidade não aumentou substancialmente, mas apenas de forma discreta e modesta, há indicadores de uma maior flexibilidade nos tipos de actividades em que os pais se envolvem com os filhos

(Lamb, 1997a). As respostas às nossas entrevistas, em especial na comparação entre gerações quanto à definição de funções entre pai e mãe, sustentam estes dados.

De acordo com a literatura, apesar da evidência consistente de modestos aumentos nos níveis de envolvimento, não é ainda claro a consistência generalizada dessa mudança, nem o seu alargamento a todas as culturas e níveis socio-económicos e culturais. Segundo os resultados aqui apresentados, os pais e os avós da nossa amostra apoiam a visão de mudança; consideram que há uma clara transformação na forma de definir, conceptualizar e descrever o pai das duas últimas gerações. Ainda que o tempo de envolvimento ou o grau de responsabilidade com os filhos não tenha sido avaliado neste trabalho, a perspectiva de todos os entrevistados é de que há uma mudança qualitativa, e que essa mudança é no sentido de o pai actual ser mais sensível, mais presente, mais próximo afectivamente e mais compreensivo, ou seja, que é uma mudança para melhor.

Muitas das diferenças intergeracionais encontradas entre os pais nos poucos estudos realizados foram interpretadas, sobretudo, como diferenças atribuíveis a factores culturais e subculturais. No entanto, as características individuais dos pais parecem dever ser uma justificação tão aceitável quanto aquela para explicar essas diferenças. Assim, tal como refere Lamb (1986, p. 6) “muitos homens estabelecem objectivos que dependem das memórias da sua infância, escolhendo, ora compensar as deficiências dos seus próprios pais, ora emulá-las.”

Para melhor entendermos o próprio conceito de mudança, podemos falar de famílias “tradicionais” – nas quais os pais estão empregados a tempo inteiro e as mães, com ou sem carreira profissional, são quem trata inequivocamente dos cuidados primários dos filhos, e de famílias com “partilha educativa” – nas quais os pais dividem, ou assumem na totalidade, a responsabilidade pelo cuidado diário dos filhos. Há alguns

indicadores pessimistas de que as primeiras tendem a manter o formato ao longo do tempo, enquanto as segundas tendem a progressivamente caminhar para um formato mais tradicional (Radin, 1994). As divisões não tradicionais da responsabilidade educativa parecem assim ser menos estáveis no tempo que as tradicionais, facto confirmado por Hwang e Lamb (in press), que justificam este facto: segundo os seus dados empíricos, o envolvimento parental é uma dimensão relativamente estável excepto quando os pais estão envolvidos de forma intensa por razões que não as suas preferências pessoais, e que portanto estão fora do seu controlo.

Na nossa amostra, os pais actuais mostram ter escolhido intencionalmente ser pais mais presentes e envolvidos, o que nos poderá fazer supor que esta mudança se manterá, mesmo em anos vindouros, porque auto-motivada.

Evidentemente que as mudanças associadas com o próprio processo de desenvolvimento e maturação dos filhos tem igualmente um peso importante nas mudanças ao longo do tempo, dado que as necessidades das crianças, em termos de atenção e cuidados, tendem a diminuir à medida que eles se independentizam.

A existência de diferenças entre os valores e as práticas dos avós e dos pais da nossa amostra vai efectivamente de encontro a uma visão de mudança. Se não pudermos falar com certeza, ainda, de mudança de prática, podemos mais seguramente falar de mudanças de crenças e expectativas.

Os pais portugueses da nossa amostra parecem ter sido tocados e expostos a novos entendimentos, actualizados e reformulados, do papel do pai. A socialização dos avós já ocorreu há cerca de sessenta anos, tendo eles mesmos sido influenciados pelos pais que tiveram. Terão mudado menos em relação a esses modelos do que os seus filhos mudaram agora em relação a eles? Relembremos que as mudanças sociais, familiares, culturais, o claro acesso à educação e os conhecimentos acessíveis ao grande

público sobre psicologia infantil podem ser alguns dos factores justificativos das diferenças intergeracionais.

As próprias expectativas individuais sobre o papel de pai podem ter a força de profecias que se auto-realizam, carregando consigo implicações importantes para o desenvolvimento e a mudança pessoal (Nsamenang & Lamb, 1995).

VI - CONCLUSÕES E IMPACTE DO ESTUDO

“Quando era um rapaz de 14 anos, o meu pai era tão ignorante que eu mal aguentava estar perto dele. Mas quando cheguei aos 21, fiquei francamente admirado com o quanto ele tinha aprendido em sete anos.”

Mark Twain

Muitos crêem que, no decorrer de um longo processo de evolução, o pai renasce hoje, triunfante e renovado nas suas novas funções (Nunes & Gonçalves, 1996). Muitos outros acreditam, contrariamente, que o pai é cada vez mais relegado e distanciado do processo educacional dos filhos (Lamb, 2000; Thompson, 1986).

Desde a segunda guerra mundial que observamos as mais intensas mudanças nos papéis desempenhados por mulheres e homens na sociedade ocidental (Day e Mackey, 1989; Lamb, 1992). A saliência destas mudanças prendeu-se com a alteração no papel da mulher, ao transformar-se numa força participante do mundo do trabalho, e ao passar a acumular as funções de mãe, esposa e profissional.

Todas essas mudanças trouxeram consigo crescentes visões de igualitarismo no desempenho dos papéis sociais, e acompanharam a pressão para a mudança nos papéis do homem. À partilha de tarefas domésticas juntou-se a necessidade de se tornar num educador activo dos filhos comuns. Hoje, pelo menos em termos de expectativas sociais, as contribuições do pai na vida dos filhos vão muito para além do tradicional “dar-lhes o pão para a boca” (Snarey, 1998). Os casais actuais, os especialistas de saúde mental e os cientistas sociais, todos consideram e reconhecem a importância da relação

que o pai desenvolve com os filhos, não já como figura secundária na sua educação, mas como figura central, quase a par das mães (Belo e Macedo, 1996; Lamb, 2000; Snarey, op.cit.).

Se até quase finais dos anos setenta ainda se duvidava que o pai fosse realmente importante no formatar das experiências e do desenvolvimento dos filhos, nenhum cientista social questiona hoje que i) o pai tem efectivamente um papel a desempenhar na vida da sua prole; ii) muito frequentemente é saliente e relevante a nível afectivo e formativo e iii) afecta o curso do desenvolvimento dos seus descendentes, para o bem e para o mal (Lamb, 1997b). A complexidade e multiplicidade de funções no papel que desempenha, o facto da sua influência não ser apenas directa, e a questão do próprio conceito de paternidade ter marcas culturais e históricas específicas subjazem hoje a toda a investigação sobre o papel do pai.

O conceito de envolvimento parental, surgido em meados dos anos oitenta (Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1997) veio impor-se à quase totalidade das investigações sobre a ideia de paternidade, naquilo que pode parecer hoje um impressionante consenso. Como vimos no decorrer deste trabalho, a diversidade do tema levantou problemas a esta sintonia, quer porque a imagem actual do pai co-educador pode advir de uma imagem dominante, ou ideal, mais do que da realidade das práticas educativas diárias (Pleck, 1997), quer porque a este ideal corresponde um juízo de valor: o pai bom é o pai envolvido e afectivo, o pai mau é o pai ausente, física e emocionalmente (Lamb, 2000).

Nos últimos anos, o conceito de partilha e de igualitarismo esteve sempre presente no conceito do bom pai, numa visão clara de androgenia, de mimetismo e de aproximação ao papel da mulher/mãe, pressupondo no homem as competências emocionais e instrumentais para ser um educador de qualidade.

Para mostrar que os pais até são sensíveis e competentes para tratar dos filhos os investigadores foram, inevitavelmente, compará-los com as mães. O pai marcado pela vaga feminista escapa agora por entre os dedos dos resultados científicos, e acaba condenado a ser apenas um pouco menos que a mãe, não mais que o seu auxiliar, ou um seu duplo, tal como num bom filme do James Bond. A lógica será por isso sempre a do mais ou do menos, do melhor ou do pior, quando talvez deva ser a lógica do diferente. Continuar, ao nível da investigação científica, a observar o pai nas tarefas de *maternage* não nos levará muito mais longe. Por isso, só realmente especificando o que é comum à paternidade poderemos compreender o jogo relacional que está em causa. Não podemos continuar a negligenciar as diferenciações ao nível da tonalidade vocal, da morfologia, da consistência muscular, do odor, do granulado da pele, das modalidades de comunicação não verbal, das modalidades de tutela e de disciplinação, dos estilos cognitivos, das atitudes e expectativas relativas ao papel de cada sexo... Pai e mãe não podem ser vistos como equivalentes, um não é o outro.

Na mesma linha de raciocínio, há quem ponha em causa o próprio conceito de coparentalidade, que atribui ao pai e à mãe funções interpermutáveis, propondo antes, em alternativa, o conceito de pai como “o outro educador” (Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1997), para que se não perca a sua especificidade a nível da sexualidade, das estratégias educativas, da personalidade, da sua forma de encarar a vida, dos seus valores e filosofia de vida. É uma mudança teórica, mesmo ideológica, que tem em conta o que parece essencial neste início de milénio: a visão global do pai enquadrada nas relações familiares e não apenas vista isoladamente, e a concepção do pai nas suas particularidades insubstituíveis e não na sua mera sobreposição com a mãe. Optimizar o bem-estar psicológico de filhos e progenitores é seguramente a intenção final de quem investiga e reflecte neste domínio, pelo que “o quê” e “o como” do envolvimento do pai

tem de ser o cerne das questões científicas actuais. Precisam-se pais sem ser à distância, pois a sua interacção, acessibilidade e responsabilidade face aos filhos é hoje claramente a forma de lhes mostrar que há um amor paternal que é diferente do maternal no masculino.

Scott Coltrane (1996, p. 5) defende “pelo menos idealmente a paternidade moderna já não é só procriar e pagar contas...é agora moda para os pais actuarem mais como as mães...Resumindo, parece que os pais (...) têm maiores probabilidades de serem homens de família carinhosos do que suportes económicos e protectores distanciados que dantes foram.”

Alguns autores acreditam que as diferenças entre as mães e os pais parecem menos importantes que as semelhanças (Lamb, 1997a). Confirmam esta posição referindo que a descrição da maternidade coincide muito hoje com a descrição de paternidade, e os mecanismos através dos quais os pais influenciam os filhos parecem isomórficos dos que são característicos das mães. A confirmá-lo, está o facto do calor relacional, o carinho, o cuidado e a proximidade estarem, quer para pais, quer para mães, claramente associados a desenvolvimentos harmoniosos nos filhos (Lamb, op. cit.). Ainda, estas visões apoiam-se no facto das características do pai, tomado individualmente (masculinidade, nível intelectual, calor relacional) serem menos importantes que a qualidade da relação estabelecida com os filhos. A investigação confirma que as crianças que têm relações apoiantes, seguras, reciprocadas e sensíveis com os pais tendem a ser mais equilibradas e ajustadas psicologicamente (Pleck & Pleck, 1997). A quantidade do tempo passado junto é igualmente menos importante que a sua qualidade, e as características do ambiente familiar e da sua dinâmica são ainda mais influentes que as características individuais das relações em jogo. É por isso que o tipo e qualidade da relação conjugal surge hoje como um factor mediador tão

importante no impacto da relação pai-filhos, aqui demonstrando que são complexos e alargados os factores a ter em conta nesta equação de influências.

A redefinição da paternidade, passando da ênfase no sustento económico para a ênfase nos cuidados e carinhos, tornou-se num importante passo que se crê beneficiará homens e mulheres, tanto quanto filhos (Kelley, 1997). As mudanças claras no papel desempenhado pelos pais, associadas a uma maior felicidade para eles e para os filhos, parecem ser essenciais para uma vida familiar mais equilibrada, para uma gestão mais saudável da relação entre pais e mães - em particular na diminuição do *stress* e das responsabilidades das mulheres trabalhadoras - mas, muito mais do que isso, são centrais face à necessidade dos filhos terem hoje modelos activos, interessados e próximos na pessoa dos pais. A figura masculina transformada, capaz de gerir as suas emoções e de se envolver com prazer na educação dos filhos, é seguramente uma forma de neles prevenir problemas complexos e graves de desajustamento e desequilíbrio.

A nosso ver, estes posicionamentos, a favor ou contra a especificidade dos papéis de pai e mãe e da sobreposição ou separação clara das suas funções não são contraditórios. A integração dos dados encontrados que suportam ambas as conceptualizações acabam por nos encaminhar para um sentido inequívoco: a mãe e o pai positivos e que influenciam saudavelmente os filhos têm características pessoais e formatos relacionais coincidentes e comuns, mas têm também particularidades que precisam ser defendidas e que, complementando-se, permitem aos filhos desenvolver-se de formas mais equilibradas, competentes e felizes.

Um pai bem sucedido é também aquele cujo desempenho do papel se encaixa com as exigências e prescrições do seu contexto familiar e sociocultural. Neste sentido, um elevado envolvimento do pai pode ter bons efeitos numa situação e caso e maus noutra, sendo o mesmo verdadeiro para um baixo nível de envolvimento do pai (Lamb,

1997a). Hoje, com as mudanças nas estruturas familiares por vezes aproximando, outras afastando o pai, há que instruí-lo para a especificidade das suas acções e alertá-lo para a necessidade de ter uma presença activa, paciente e estimulante na vida dos seus filhos – desejo seguramente partilhado por qualquer criança do mundo actual.

A chave para a mudança é uma transformação de atitudes em relação ao casamento, à procriação, à família e às responsabilidades familiares. Há que reeducar mães e pais para reinvestirem na importância da sua acessibilidade, atenção, disponibilidade e investimento na relação com os descendentes em todos os momentos do desenvolvimento, bem como no papel especial de cada um nesse processo e no apoio ao outro progenitor.

Assim, Le Camus e Zaouche-Gaudron (1998) propuseram a introdução de um paradigma inovador comparando, não mãe-filho com pai-filho, mas diferentes tipos de pais. Foi o que aqui tentamos fazer, no estudo que agora concluímos, numa categorização envolvendo duas gerações de progenitores masculinos e uma geração de filhos, estes vivendo directamente, na actualidade e na pele, a experiência de ter um pai. Fomos em busca das semelhanças e diferenças intergeracionais nas conceptualizações de experiências e estilos parentais, e por inferência directa, dos processos de implicação nas concepções dos filhos.

As conclusões gerais do estudo realizado podem ser resumidas da seguinte forma:

1. A função afectiva é a que melhor define, do ponto de vista conjunto de pais, filhos e avós, aquilo que é um pai, logo seguida, em termos de importância, da função educativa/formativa e da função lúdica
2. As funções menos relevantes, no global da amostra, para definirem o pai, são a biológica e a de suporte económico
3. A função afectiva e a função educativa/formativa são, no ponto de vista dos adultos da amostra (pais e avós), as que melhor caracterizam a paternidade
4. A função afectiva e lúdica são, na voz das crianças, as que melhor definem um pai
5. Transmitir valores pessoais e sociais, ser um exemplo, formar a longo prazo, amparar/ajudar, ser amigo/estar presente são as características específicas que os pais mais consideram serem importantes na definição de paternidade
6. Transmitir valores pessoais e sociais, formar a longo prazo, ser exemplo, ser disciplinador, amparar/ajudar, mostrar amor/afecto, brincar e ser um suporte económico são, na opinião dos avós, os aspectos concretos mais salientes da definição de paternidade
7. Brincar, amparar/ajudar, ser amigo/estar presente, mostrar amor/afecto e prestar cuidados directos são, para as crianças, as características mais salientes de um bom pai
8. As actividades que, no total da amostra, são mais agradáveis de desempenhar entre pais e filhos, são as lúdicas e as afectivas

9. As actividades que mais prazer dão aos pais desempenhar junto dos filhos são a afectiva (em especial ser amigo/estar presente) e a lúdica (essencialmente brincar)
10. A actividade que mais prazer dá às crianças desempenhar com o pai é a lúdica, muito em particular brincar
11. No total da amostra, há uma quase paridade entre os pais e avós que têm uma imagem positiva de si no desempenho das suas funções de paternidade, e os que têm uma imagem negativa
12. Todos os pais e avós consideram que os outros têm deles uma imagem satisfatória quanto à forma como são (ou foram) pais
13. Os pais que se auto-avaliam positivamente consideram que o fazem porque o seu desempenho é o melhor possível, porque dão e expressam amor, porque se sentem amados e porque são pessoas abertas à partilha de ideias
14. Os avós que se auto-avaliam positivamente consideram que são (ou foram) bons pais porque demonstram disponibilidade física e são disciplinadores
15. Os pais que se auto-avaliam negativamente fazem-no por considerarem que não têm a necessária disponibilidade emocional nem física para os filhos
16. Os avós que se auto-avaliam negativamente fazem-no por considerarem que não têm a disponibilidade física desejada para serem bons pais
17. Os pais que crêem que os outros os consideram bons pais explicam esse facto por fazerem o seu melhor e por brincarem com os filhos
18. Os avós que crêem que os outros os consideram bons pais explicam esse facto por fazerem o seu melhor

19. Os pais e os avós que crêem que os outros os consideram maus pais atribuem o facto a não fazerem nem serem o desejado
20. Os filhos que apreciam os pais fazem-no porque consideram que eles já são o ideal, porque dão e expressam amor, porque se preocupam e ajudam e porque brincam
21. Os filhos que são críticos em relação aos pais não apreciam a falta de disponibilidade física, gostavam que eles fossem mais permissivos e que fossem diferentes nalguns aspectos físicos
22. No total da amostra, a maioria dos pais, dos avós e dos filhos considera o pai importante, e um número inferior, mas significativo, considera-o fundamental
23. A maioria dos sujeitos da amostra crê que o pai é menos importante que a mãe
24. Contrariando os resultados dos pais e dos avós, nenhum filho considera que o pai possa ser mais importante que a mãe
25. A larga maioria dos pais considera que partilha com a esposa as funções educativas e domésticas à relação com os filhos
26. A larga maioria dos avós considera que não partilha nem partilhou com as esposas as funções inerentes à relação com os filhos; quando o fazem ou fizeram, foi sobretudo na área educativa/formativa e muito pouco na área doméstica
27. A grande maioria dos filhos considera que a mãe e os pais partilham as tarefas em casa

28. Há concordância entre pais e avós naquilo que consideram ser as características típicas do pai actual e do pai da geração anterior
29. O pai do presente e o pai do passado são definidos por todos os elementos adultos da amostra como a antítese um do outro: o pai actual é definido como compreensivo/dialogante, presente na vida dos filhos, partilhando/conquistando o poder, descontraído/lúdico e sensível/expressando afecto; o pai do passado é caracterizado como prepotente/impondo a autoridade, ausente na vida dos filhos, disciplinador, distante emocionalmente e não compreensivo/não dialogante
30. Todas as crianças da amostra desejam um dia vir a ter filhos, e portanto todos desejam vir a ser pais

De acordo com o aqui analisado, para pais e filhos da actualidade o pai é sobretudo amor e afecto, depois educador e depois brincalhão. As suas funções são inequívocas e bem delimitadas a estes domínios. Que seja gerador de vida ou ganha pão é característica que nenhuma ou pouca importância tem para pais e filhos de hoje, ainda que continue relevante na forma da geração dos avós definir a paternidade. Estes definem-na com um âmbito mais alargado, incluindo a sua importância na transmissão de valores, na disciplinação, na expressão afectiva, na brincadeira e no apoio económico.

De acordo com os nossos dados, as crianças são as únicas que valorizam a prestação de cuidados directos pelos pais, talvez porque atentem mais nessa experiência directa e estejam menos capazes de conceptualizar a paternidade de formas mais abstractas ou projectadas no tempo, como o fazem os adultos da amostra.

O que mais prazer dá a todos, nesta relação pai-filhos, é o lado lúdico e de expressão afectiva, relevando a importância emocional de momentos de descontração e de proximidade, em que a linguagem de disponibilidade descontraída se cruza com a do amor.

No âmbito da auto-avaliação da sua vivência de paternidade há em pais e avós um misto de satisfação e frustração, reflectindo, eventualmente, as consequências de uma mudança no papel e na função, de uma busca ainda não totalmente conseguida de uma forma de ser pai, mas já suficientemente sentida como compensadora para todos. Saliente-se, sobretudo, que pais e avós se sentem reconhecidos naquilo que foram ou são, nos esforços que encetam e desenvolvem para dar o seu melhor na concretização da paternidade. Saber que se dá o seu melhor, que se dá amor que é reciprocado, e que se é aberto ao mundo e às ideias ajuda os pais actuais a estarem globalmente bem com a paternidade que desempenham. Na geração anterior, este sentimento advinha, no caso dos avós, de saberem que davam tempo aos filhos e que os disciplinavam, mostrando concepções e significações distintas entre as gerações. Começam aqui as claras diferenciações intergeracionais.

O grau de disponibilidade (sobretudo física para avós e crianças, mas também emocional, para pais) é um factor de preocupação e de desejada mudança – todos gostariam de dar (ou receber) mais em tempo e atenção. Repare-se que os pais actuais consideram que são avaliados externamente de forma positiva porque já dão o seu melhor, mas também porque brincam. É interessante que considerem o seu envolvimento lúdico com os filhos como um critério externo de avaliação das suas competências paternas. É quando não são o que deviam que pais e avós se consideram criticados negativamente. As crianças, essas, gostariam que os pais fossem mais presentes e mais permissivos. A presença é possível sinal de que gostam

suficientemente do o pai por forma a desejar tê-lo mais; a permissividade faz provavelmente parte do imaginário de qualquer filho, desejando sempre aumentar a liberdade para fazerem o que querem.

Vimos também nestes resultados que, para todos, o pai é importante, por vezes e para alguns, mesmo até fundamental. No entanto, de uma maneira geral colectivamente consideram ainda que a mãe é mais importante. O estigma social, as expectativas e as funções ainda mais envolvidas e próximas confirmam que a mãe continua, para este grupo, a ser mais visível e mais reconhecida no processo de formação e cuidado dos filhos. As crianças são, interessantemente, as que têm visões mais equilibradas e equitativas da importância da mãe e do pai, eventualmente reconhecendo uma viragem já para elas perceptível da importância diferenciada e complementar de cada um.

A maioria dos pais actuais vê-se a partilhar activamente, no contexto do casal, as tarefas educativas e domésticas, posição secundada pela leitura que os seus filhos fazem da divisão de tarefas entre a mãe e o pai. Quanto aos avós, avaliam-se como fazendo parte de uma conjuntura conjugal em que a maioria tinha tarefas claramente definidas e associadas ao sexo, não deixando espaço para misturas nem hibridismos. Quando se vêem com algum grau de participação ao nível das esposas, fazem-no sobretudo em termos de educação/formação dos filhos, raramente em termos de actividades domésticas. Relembremos que a maioria das suas esposas sempre esteve em casa, com funções de trabalho doméstico, enquanto as esposas dos seus filhos são, na sua quase totalidade, trabalhadoras fora (e dentro) de casa. Esta diferença pode, como vimos, justificar esta distinção intergeracional na definição de funções entre o casal. Tais resultados confirmam o estereotipo e as expectativas sociais de coparentalidade e visão do novo pai como envolvido e igualitário em casa, e associam-se à mãe na sua mais activa intervenção social e laboral.

O novo filho, agora pai, educado já numa era mais permissiva dos anos sessenta e setenta, não receia tanto as ameaças à sua masculinidade que podem advir de ser mais dedicado à família, mais terno e mais acessível, mais expressivo e mais liberto. É muito claro, por este trabalho, que o novo homem veio pôr em causa o anterior. O actual avô parece peremptório em mostrar que o seu filho é um melhor homem, um melhor esposo e um melhor pai do que ele foi. Que dores interiores trará a consciência de que não se foi suficientemente bom? A existirem, serão possivelmente suavizados por orgulhos e sentimentos de vitória em ter conseguido educar quem hoje é visto como um degrau acima em qualidade relacional.

Pais e avós aqui definiram da mesma forma o pai actual e do passado, numa partilha coincidente de expectativas e imagens que demonstra quanto os pais das duas gerações estão abertos à mudança. Essas imagens coincidem com a ideia de uma transformação no sentido de um pai mais activo, envolvido, afectivo, dialogante, compreensivo, descontraído, democrático.

A análise dos dados relativa a cada grupo familiar, realizada de uma maneira informal a partir da comparação das respostas dos três elementos de cada família, mostrou-nos, no entanto, que as percepções de pais, filhos e avós indiciam tendência para congruências e proximidades de perspectivas, mais do que diferenciações.

Frequentemente havia coincidências nas experiências, significados atribuídos e tarefas descritas, muitas vezes a um nível de pormenor detalhado mostrando comunalidades.

Parece assim haver uma sobreposição global nas percepções dos 3 elementos de cada família, demonstrando um grau de objectividade na leitura das experiências colectivas e conjuntas que parece sobrepôr-se à natural e inevitável subjectividade das perspectivas próprias. Tal abona no sentido de uma proximidade e sensibilidade comuns

que parecem criar um “mapa” partilhado de significados e percepções entre aqueles que fazem parte do mesmo grupo e história familiar.

No global deste trabalho, os resultados dão-nos a imagem de um pai emergente, novo, renovado, positivo, desejado, amado. Dão-nos a perspectiva de um pai em transformação, feliz por ser quem é e por, nalgumas coisas essenciais da relação com os filhos, se diferenciar do pai que teve. Dão-nos a visão de um pai que partilha tarefas com a companheira, retirando prazer de o poder fazer. Dão-nos o vislumbre de um pai que já gosta de ser como é mas está pronto a melhorar e sabe o que quer mudar. Dão-nos o reflexo de uns filhos e avós fascinados por este novo pai e crentes de que por aqui é o caminho.

O pai actual difere do pai do passado: isso aqui ficou explícito e óbvio. Percebemos também qual é hoje o pai ideal, desejado, imaginado, que se vê colaborante na parentalidade mas diferenciado da maternidade. Como diria Abramovitch (1997, p.31) é o “pai suficientemente bom”: próximo e caloroso mas sem exageros de intimidade, forte mas não dominador, amante mas não sedutor, apoiante e democrático mas exigindo a disciplina, cuidadoso mas estimulando a autonomia”, ou como diria Zaouche (1997, cit. in Le Camus & Zaouche-Gaudron, 1998, p. 316) o “pai suficientemente presente”.

Que o homem venha a ser o que deseja, e não o que desejam que ele seja, pode ser uma intencionalidade legítima dos pais da actual e das futuras gerações, com espaço progressivo para construírem as suas histórias pessoais a partir das quais o futuro se possa desenvolver, numa interpretação activa da natureza e da sociedade.

Activistas sociais, cientistas, políticos, líderes religiosos, especialistas de saúde mental, todos reclamam que chegou a hora do pai regressar renovado a casa. Temos que cuidar para que as razões reais nada tenham a ver com agendas e intenções pessoais,

enviezos organizacionais, pensamento miraculoso, ignorância ou meras considerações políticas. O movimento e a vontade têm de vir de mais fundo, para que tenham solidez e correspondam a evolução.

É que não nos serve qualquer pai. Vimos como as vidas dos filhos parecem melhorar enormemente e encontrar melhores equilíbrios se o pai dela fizer parte, mas esse pai tem que ser um pai emocionalmente presente, capaz de cuidar nos aspectos diários e físicos, mas também nos aspectos emocionais. A sociedade de hoje não se compadece com pais longínquos, porque deles precisa para crescer em saúde e felicidade.

Aqui cruzámos vozes e narrativas claramente relacionadas com os nossos contextos temporais, sociais e culturais. As histórias de vida de cada um destes pais são narrativas de vidas individuais, mas também socialmente construídas (Wetherell, 1996). As diferenças entre gerações são sinal e sintoma de vozes diferentes, a (re)construírem uma imagem de pai. Ao fazer personalidade também fazemos sociedade (Connell, 1993).

Para cimentarmos as mudanças, talvez devamos, para começar, abandonar os modelos binários de pensamento, que colocam em contraste as concepções patriarcais dos papéis dos homens do passado com as visões igualitárias da actualidade, ou da maternidade e da paternidade, pondo a descoberto que a compreensão desses papéis não pode ser conseguida sem os enquadrar nos domínios económicos, sociais, históricos, culturais, de classe, relacionais e até pessoais.

Que este pai transformado reproduza da maternidade aquilo que ela tem de bom e que a ele lhe fizer sentido, mas que não se perca nem dilua aí tudo o que tem de particular e diferente da mãe. É desta síntese que vem a riqueza da educação a dois.

Acreditando na imensa complexidade do fenómeno, devemos sentir-nos mais construtores do que espectadores daquilo que será o futuro. O papel do homem na família, em particular na relação com os filhos, está a ser criado por cada um, num caminho que produzirá marcas e tendências. Quaisquer que sejam as análises feitas, a família actual e a mãe de hoje precisam do homem para se reconstruir e os filhos precisam do pai para se construírem. O pai, por sua vez, precisa da paternidade para se completar na sua felicidade.

Que hoje e sempre cada Pai Português se sinta a fazer um caminho pessoal de descoberta da melhor forma de ser pai, para dar sentido e responder às suas necessidades e vontades, e às daqueles a quem deu sagradamente a vida.

VII – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acuna, M., & Rodrigo, M. J. (1994). *Encenario e el curriculum evucativo familiar*. Madrid: Alianza Editorial.
- Ahrons, C. R. (1980). Divorce: A crisis of family transition and change. *Family Relations*, 29, 533-540.
- Amato, P. R. (1994). Father-child relations, mother-child relations and offspring psychological well-being in early adulthood. *Journal of Marriage and the Family*, 56, 1031-1042.
- Amato, P. R. (1998). Men in families. In A. Booth & A. C. Crouter (Eds.), *More than money? Men's contributions to their children's lives* (pp. 241-278). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Belo, J., & Macedo, M. (1996). Ascensão e queda do poder do Pai: O novo pai emergente. In *Actas do 1º Colóquio de Psicologia Social Clínica* (pp. 89-99). Lisboa: ISPA.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 83-96.
- Biller, H. B. (1993). *Fathers and families*. Westport, CN: Auburn House.
- Bly, R. (1990). *Iron John: A book about men*. Reading, MA: Addison Wesley.
- Bornstein, M. H. (1995). Parenting infants. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 1, pp. 3-39). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Booth, A., & Crouter, A. C. (1998). *Men in families*. Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Bourçois, V. (1993). L'influence du mode d'engagement du père et développement social de l'enfant d'âge préscolaire. *Enfance*, 3, 389-399.

- Bowlby, J. (1969). Attachment and loss. In Penguin Books (Ed.), *Attachment* (Vol. 1). New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1973). Attachment and loss. In Penguin Books (Ed.), *Separation, anxiety and anger* (Vol. 2). London: Hogarth.
- Bowlby, J. (1988). *A secure base: Parent-child attachment and healthy human development*. New York: Basic.
- Brazelton, B.T. (1989). *A relação mais precoce: Os pais, os bebés e a interacção precoce*. Lisboa: Terramar.
- Bronstein, P., & Cowan, C. P. (1988). *Fatherhood today: Men's changing role in the family*. New York: Wiley.
- Brooks-Gunn, J., & Chase-Lansdale, P. L. (1995). Adolescent parenthood. In M. Bornstein (Ed.), *Handbook of parenting* (Vol. 3, 113-150). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Carr, A. (1998). *Fathers in family therapy: lessons from research*. Dublin: University College Dublin.
- Chiland, C. (1995). La naissance de l'identité sexuée. In S. Lebovici, R. Diatkine & M. Soulé (Eds.), *Traité de psychiatrie de l'enfance et de l'adolescence* (pp. 297-317). Paris: PUF.
- Cherlin, A. J. (1998). Men in families. In A. Booth & A. C. Crouter (Eds.), *On the flexibility of fatherhood* (pp. 41-51). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.
- Clarke, L., Cooksey, E. C., & Verropoulou, G. (1998). Fathers and absent fathers: sociodemographic similarities in Britain and the United States. *Demography*, 35 (2), 217-228.
- Cohen, O. (1995). Divorced fathers raise their children by themselves. *Journal of Divorce & Remarriage*, 23 (1/2), 55-73.

Coltrane, S. (1996). *Family Man: Fatherhood, housework, and gender equity*. New York: Oxford University Press.

Coney, N., & Mackey, W. C. (1997). Fatherhood as a deterrent against female promiscuity: A time to refurbish the Electra Complex. *The Mankind Quarterly*, 37 (1/2), 3-23.

Coney, N., & Mackey, W. C. (1998). Motivations toward fathering: Two minority profiles within the majority's context. *The Journal of Men's Studies*, 6 (2), 169-188.

Cooksey, E. C., & Fondell, M. M. (1996). Spending time with his kids: effects of family structure on father's and children's lives. *Journal of Marriage and the Family*, 58, 693-707.

Cooksey, E. C., & Craig, P. H. (1998). Parenting from a distance: the effects of paternal characteristics on contact between nonresidential fathers and their children. *Demography*, 35 (2), 187-200.

Cummings, E. M., & O'Reilly, A.W. (1997). Fathers in family context: Effects of marital quality on child adjustment. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (3^a ed.), (pp. 318-325). New York: Wiley.

Day, R. D., & Mackey, W. C. (1989). An alternate standard for evaluating American father. *Journal of Family Issues*, 10, 401-408.

Denzin, N. K., & Lincon, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Dix, T. (1991). The affective organization of parenting: Adaptive and maladaptive practices. *Psychological Bulletin*, 110, 3-25.

Dodge, K. A., Petit, G. S., & Bates, J. E. (1994). Socialization mediators of the relation between socio-economic status and child conduct problems. *Child Development*, 65, 649-665.

Dodge, K. A., Petit, G. S., & Bates, J. E. (1995). Effect physical maltreatment on the development of peer relations. *Development and psychopathology*, 6, 43-55.

Erickson, M. T. (1993). Rethinking oedipus: An evolutionary perspective of incest avoidance. *American Journal of Psychiatry*, 150, 411-416.

Erikson, E. H. (1959). *Identity and the life-cycle*. Psychological Issues, I, 18-164.

Erikson, E. H. (1976). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Editores Zahar.

Erikson, E. H. (1982). *The life cycle completed*. New York: Norton.

Fein, R. (1978). Research on fathering: Social policy and an emergent perspective. *Journal of Social Issues*, 34, 122-135.

Ferree, M. M. & McQuillan J. (1998). Men in families. A. Booth & A. C. Crouter (Eds.), *The importance of variation among men and the benefits of feminism for families* (pp. 213-224). Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum.

Freud, S. (1940). *An outline of psychoanalysis*. New York: Norton.

Freud, S. (1969). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Lisboa: Livros do Brazil.

Freud, A. (1971). *Infância normal e patológica*. Rio de Janeiro: Editores Zahar.

Gardner, L. P. (1943). A survey of the attitudes and activities of the fathers. *The Journal of Genetic Psychology*, 63, 15-53.

Gardner, L. P. (1947). Analysis of children's attitudes to father. *The Journal of Genetic Psychology*, 70, 3-38.

Gay, L. R. (1996). Educational research: competencies for analysis and application. (5ª edição) New Jersey: Englewood Cliffs.

Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Glaser, B. G., & Strauss, A. L. (1967). *Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research*. Chicago: A V C.

Goleman, D. (1997). *Inteligência Emocional*. Lisboa: Temas e Debates.

Gonzalez, M. M., & Palacios, J. (1992). The genesis of cognitive-linguistical competence in the context of parent-child interactions. *Poster session presented at the 11th Biennial Meeting of the International Society of Behavioral Development*. Minneapolis, MN.

Gottman, J., & DeClaire, J. (1997). *Los mejores padres: Como desarrollar la inteligencia emocional de sus hijos*. Argentina: Javier Vergara Editor.

Griswold, H. (1993). *Fatherhood in America: A history*. New York: Basic Books.

Harlow, H. F. (1971). *Learning and love*. San Francisco: Albion.

Hawkins, A. J., & Dollahite, D. C. (1997). *Generative fathering: Beyond deficit perspectives*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Herzog, E. (1992). Aspects du dialogue développemental fille-père. In P. Ferrari, (Ed.), *La fonction paternelle* (pp. 47-60). Paris: Le Centurion.

Hewlett, B. S. (Ed.), (1992). *Father-child relations: Cultural and biosocial context*. New York: Aldine de Gruyter.

Hojat, M. (1993a). Abandoning research on consequences of maternal care: A disservice to the science. *Journal of Social Behavior and Personality*, 8, 5-8.

Hojat, M. (1993b). The world declaration of the rights of the child: anticipated challenges. *Psychological Reports*, 72, 1011-1022.

Hojat, M. (1997). The U.N. Convention on the rights of the child: lost in the clash of adverse opinions. *American Psychologist*, 1384.

Hojat, M. (1998). Satisfaction with early relationships with parents and psychosocial attributes in adulthood: which parent contributes more? *The Journal of Genetic Psychology*, 159, (2), 203-220.

Hojat, M. (1999, Novembro). *Theoretical perspectives and empirical findings on the role of the biological mother in human survival and development*. Comunicação apresentada no World Congress of Families (pp. 14-17). Geneve, Suíça.

Horvath, I. (1995). *O pai como força da família*. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional "Bébé XXI", Lisboa, João Gomes-Pedro e Madalena Folque Patrício (Eds.), *Criança e família na viragem do século* (pp 151-157). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Hossain, Z., & Roopnarine, J. L. (1994). African-american fathers' involvement with infants: relationship to their functioning style, support, education, and income. *Infant Behavior and Development*, 17, 175-184.

Hossain, Z., Field, T., Pickens, J., Malphurs, J. & Del Valle, C. (1997). Fathers' caregiving in low-income African-American and Hispanic-American families. *Early Development and Parenting*, 6, 73-82.

Hossain, Z., Chew, B., Swilling, S., Brown, S., Michaelis, M., & Philips, S. (1999). Father's participation in childcare within Navajo indian families. *Early Child Development and Care*, 154, 63-74.

Hossain, Z., & Skurky, T. (1999, Agosto). Relationship between father's involvement and children's social and school performance in Bangladesh. *Research presented at the APA Annual Conference*, Boston, MA.

Hwang, C. P., & Lamb, M. (in press). Father involvement in Sweden: A longitudinal study of its stability and correlates. *International Journal of Developmental Psychology*.

Jones, L. C. & Thomas, S. N. (1989). New fathers blood pressure and heart rate: Relationships to interaction with their newborn infants. *Nursing Research*, 38, 237-241.

Kelley, M. L. (1997). The division of family work among low-income african-americans. *Journal of African American Men*, 3, 87-102.

Kelley, M. L., Smith, T., Green, A., Berndt, A., & Rogers, M. (1998). Importance of father's parenting to african-american toddler's social and cognitive development. *Infant Behavior & Development*, 21 (4), 733-744.

Kenny, M., L., Gallagher, L., & College, B. (1999, Abril). *Instrumental and Social/Relational Correlates of Perceived Maternal and Paternal Attachment*. Presented at the Biennial Meeting of the Society for Research on Child Development (pp. 1-7). Albuquerque: New Mexico.

Laakso, M. L. (1995). Mothers' and fathers' communication clarity and teaching strategies with their school-aged children. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 16, 445-461.

Lamb, M. E. (1982). *Non-traditional families: Parenting and child development*. Mahwah, N J: Erlbaum.

Lamb, M. E. (1986). The changing roles of fathers. In Lamb M. E. (Ed.), *The father's role: applied perspectives* (pp. 3-27). New York: Wiley.

Lamb, M. E. (1992). O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*, 1 (10), 19-34.

Lamb, M. E. (1995). Paternal influences on child development. In C.P. Van Dongen, G. A. B. Frinking, & M. J. G. Jacobs (Eds.), *Changing fatherhood: An interdisciplinary perspective* (pp. 145-157). Amsterdam, The Netherlands: Thesis Publishers.

Lamb, M. E. (1997). *The role of the father in child development* (3^a ed.). New York: Wiley.

Lamb, M. E. (1998). Nonparental child care: Context, quality, correlates, and consequences. In W. Damon, I. E. Sigel, & K. A. Renninger (Eds.), *Handbook of child psychology* (Vol. 4, 73-133). New York: Wiley.

Lamb, M. E. (2000). Fathering. In *Encyclopedia of Psychology* (Vol. 3, 338-341). Oxford: American Psychological Association.

Lamb, M. E. (in press). Non-custodial fathers and their impact on the children of divorce. In R. A. Thompson & P. R. Amato (Eds.), *The post-divorce family: Research and policy issues*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Lamb, M. E., Hwang C. P. & Ketterlinus, P. D. & Fracasso, M. P. (in press). Parent-child relationships: Developments in the context of the family. In M. H. Bornstein & M. E. Lamb (Eds.), *Developmental psychology: An advanced textbook*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Larson, R., & Richards, M. H. (1994). *Divergent Realities: The emotional lives of mothers, fathers, and adolescents*. New York: Basic Books.

Le Camus, J. (1995). *Pères et bébés*. Paris: L'Harmattan.

Le Camus, J. (1997). Dossier sur le rôle du père (présentation). *Enfance*, 3, 325-336.

Le Camus, J. & Zaouche-Gaudron, C. (1997). *Le rôle du père dans le développement du jeune enfant*. Paris: Nathan.

Le Camus, J. & Zaouche-Gaudron, C. (1998). La présence du père auprès du jeune enfant: de l'implication accrue à l'implication congrue. *Psychiatrie de l'enfant*, 41 (1), 297-319.

Lyytinen, P., M., & Poikkeus, A. (1998). Parental contribution to child's early language and interest in books. *European Journal of Psychology of Education, 13* (3), 297-308.

Maccoby, E. E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In P. H. Mussen (Series Ed.) & E. M. Hetherington (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (pp. 1-101). New York: Wiley.

McGrew, W. C., Marchant, L. F., & Nishida, T. (1996). *Great ape societies*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

Mackey, W. C. (1985). *Fathering behaviors: The dynamics of the man-child bond*. New York: Plenum.

Mackey, W. C. (1998). Father presence: An enhancement of a child's well-being. *The Journal of Men's Studies, 6* (2), 227-243.

Mackey, W. C., & Immerman, R. (2000). Sexually Transmitted Diseases, Bonding, Fathering, and Alliance Formation: Disease Avoidance Behaviors as a Proposed Element in Human Evolution. *Psychology of Men and Masculinity, 1* (1), 49-61.

Marton, F. (1986). Phenomenography: A research approach to investigating different understandings of reality. *Journal of Thought, 21* (3), 28-49.

Marton, F., & Booth, S. (1997). *Learning and awareness*. New Jersey: Lawrence Erlbaum.

Marvin, R. S., & Greenberg, M. T. (1982). Preschoolers' changing conceptions of their mothers: A social-cognitive study of mother-child attachment. In D. Forbes & M. T. Greenberg (Eds.), *Children's planning strategies*, (pp. 47-60). San Francisco, CA: Jossey-Bass.

McLoyd, V. C. (1990). The impact of economic hardship on Black families and children: Psychological distress, parenting, and socioemotional development. *Child Development, 61*, 311-346.

Mintz, S. (1998). Men in families. A. Booth & A. C. Crouter (Eds.). *From patriarchy to androgyny and other myths: Placing me's family role in historical perspective* (pp. 3-30). New Jersey: Mahwah, Lawrence Erlbaum.

Mirande, A. (1991). Ethnicity and fatherhood. In F. Bozett & S. Hanson (Eds.). *Fatherhood and families in cultural context* (pp. 53-82). New York: Springer.

Morin, E. (1975). *O paradigma perdido: A natureza humana*. Mem Martins: Europa América.

Moscovici, S. (1976). *Homens domésticos e homens selvagens*. Amadora: Bertand.

Neto, L. M., Marujo, H. A., & Perloiro, F. M. (1999). *Educar para o optimismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Newfield, N., Sells, S. P., Smith, E. T., Newfield, S., & Newfield, F. (1996). Ethnographic research methods. In D. H. Sprenkle & S. M. Moon (Ed.), *Research methods in family therapy*. (Vol. 2, 25-63). New York: Guilford Press.

Nsamemang, A. & Lamb, M. (1993). Acquisition of socio-cognitive competence by NSO children in the bamenda GR assfields of northwest cameroon. *International Journal of Behavioral Development, 16*, 429-441.

Nunes, P., & Gonçalves, S. (1996). Que paternidade nos anos 90? *Actas do 1º Colóquio de Psicologia Social Clínica* (pp. 101-109). Lisboa: ISPA.

O'Connell, M. (1993). *Where's papa? Fathers' role in child care*. Washington, DC: Population Reference Bureau.

Palacios, J. (1987). Reflexiones en torno a las implicaciones educativas de la obra de Vygotsky. In M. Siguán, (Coord.). *Actualidad de Lev. S. Vygotsky*. Madrid: Antropos.

Parke, R. D., McDonalld, K., Beitel, A., & Bharnagri, N. (1988). The role of the family in the development of peer relationships. In R. D. Peters & R. McMahon, (Eds.), *Social learning and approaches to marriage and the family* (pp. 17-44). New York: Brunner/Mazel.

Parke, R. D. (1996). *Fatherhood*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Peterson, B. E., & Kohnen, E. C. (1995). Realization of generativity in two samples of women at midlife. *Psychology and Aging*, 10 (1), 20-29.

Petzold, M. (1995). *Aprender a ser pai*. Comunicação apresentada no Simpósio Internacional "Bébé XXI ", Lisboa, João Gomes-Pedro e Madalena Folque Patrício (Eds.), *Criança e família na viragem do século* (pp 133-150). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Piaget, J. (1970). Piaget's theory. In P. H. Mussen (Ed.) *Carmichael's manual of child psychology* (Vol. 1, 703-732). New York: Niley.

Piaget, J. (1982). *O nascimento da inteligência na criança*. (4ª ed.). Rio de Janeiro: Editores Zahar.

Piaget, J. (1983). *Geneses das estruturas lógicas elementares*. Rio de Janeiro: Editores Zahar.

Piaget, J. (1985). Commentaires sur les remarques critiques de Vygotsky. In Bronckart J. P. (Ed.) *Vygotsky Aujourd'hui*. Paris: Delachaux & Niestlé.

Pleck, E. H., & Pleck, J. H. (1997). Fatherhood ideals in the United States: Historical dimensions. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (3ª ed., pp. 33-48). New York: Wiley.

Pleck, J. H. (1997). Paternal involvement: levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Ed.), *Nontraditional families: parenting and child development* (pp. 154-162). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.

Pleck, J. H. (1997). Paternal involvement: levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 66-103). New York: Wiley.

Power, T. G. & Parke, R. D. (1982). Play as a context for early learning: Lab and home analyses. In I. E. Sigel and L. M. Loasa (Eds.), *The family as a learning environment* (pp. 147-178). New York: Plenum.

Radin, N. (1994). Primary-caregiving fathers in intact families. In A. E. Gottfried & A. W. Gottfried (Eds.), *Redefining families: Implications for children's development* (pp.11-54). New York: Plenum.

Rapoport, R. N., Strelitz, Z., & Kew, S. (1977). *Fathers, mothers and society*. New York: Basic Books.

Reynolds, D. (1995). *Walt Whitman's America*. New York: Knopf.

Richardson, J. T. (1999). The concept and methods of phenomenographic research: *Review of Educational Research*, 69 (1) , 11- 23.

Ronald, J. (1980). Fathers'and mothers' speech in early language development. *Journal of Child Language*, 7, 353-369.

Seidler, V. (1994). *Unreasonable men: masculinity and social theory*. Victor J. Seidler. London: Routledge.

Siegel, I. (1982). The relationship between parental distancing strategies and the child's cognitive behavior. In L. Laosa & I. E. Sigel (Eds.), *Families as learning environments for children* (pp. 47-86). New York: Plenum.

- Silverstein, L. B. & Auerbach, C. F. (1999). Deconstructing the essential father. *American Psychologist*, 54, (6), 397-407.
- Spitz, R. A. (1980). *O primeiro ano de vida* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Steinberg, L., Lamborn, S. D., Darling, N., Mounts, N. S., & Dornbush, S. M. (1994). Over-time changes in adjustment and competence among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent and neglectful families. *Child Development*, 65, 754-770.
- Sullerot, E. (1993). *El nuevo padre: Um padre distinto para el mundo moderno*. Barcelona: Ediciones B.
- Taylor, R. J., Chatters, L. M., Tucker, M. B., & Lewis, E. (1990). Developments in research on black families: A decade review. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 993-1014.
- Thompson, R. A. (1986). The role of father after divorce. *The future of children: children and divorce*, 4, 211-230.
- Van den Oord, E. J. & Rowe, D. C. (1997). Continuity and change in children's social maladjustment: a developmental behavior genetic study. *Developmental Psychology*, 33, 319-332.
- Vygotsky, L. S. (1997). *O desenvolvimento psicológico na infância*. Claudia Berliner (trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (1998). *Pensamento e linguagem*. (2ª Edição). São Paulo: Martins Fontes.
- Wallon, H. (1978). *Evolução psicológica na criança*. Lisboa: Editorial 70.
- Wallon, H. (1983). *Origem do carácter da criança os prelúdios do sentimento de personalidade*. Lisboa: Ed. Moraes.

Wetherell, M. (1996). Identify group and social issues. *Life histories/social histories* (pp. 299-361). London: Sage.

Widlocher, D. (1970). *Sexualidade infantil*. Paris: Ed. Aubier Mantaigier.

Zaouche-Gaudron, C. (1995). La différenciation paternelle et le père suffisamment présent. *Neuropsychiatrie de l'enfance e de l'adolescence*, 45 (3), 153-161.

Zimmerman, M. A., Salem, D. A., & Notaro, P. C. (1999). *Make Room for Daddy II: The positive effects of father's role in adolescent development* (pp. 1-27). Manuscript submitted for publication.

ANEXO-A

CARTA ENVIADA AOS PAIS

CARTA PARA O PAI

Gostaria de participar num estudo sobre o papel do pai no início deste século XXI? Acharia interessante reflectir sobre o que pensa do pai e daquilo que ele é hoje?

Se lhe interessa veja se enquadra nas seguintes condições: pretendemos entrevistar três gerações da mesma família: um Pai (aquele que lê esta carta), o seu próprio Pai (actual avô) e um dos filhos ou filhas em idade escolar (portanto netos do actual avô). Tal implica que as três gerações estejam disponíveis e interessadas para conversas de cerca de uma hora, individuais e confidenciais a realizar em local a combinar. É ainda uma condição importante que o actual pai não seja divorciado da mãe do filho ou filha que será entrevistado (apenas por uma razão de controlo da amostra).

As entrevistas serão realizadas e analisadas pela Dr^a. Leonor Segurado, Professora da Escola Superior de Educação João de Deus e Mestranda de Psicologia Educacional do Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Todos os pais e avós que o desejem terão direito, no final do estudo, aos dados e resultados gerais encontrados.

Precisamos das suas ideias e das da sua família para nos ajudar a perceber se estamos a atravessar um momento histórico na concretização do SER PAI. Algo estará a mudar? O Pai de hoje é de facto diferente do Pai da anterior geração ou em nada mudou? Se mudar, em quê? Se não, porque parecem diferentes alguns Pais?

Se estiver interessado e nas condições pedidas envie o destacável preenchido e peça à/ao sua/seu filha/o que o entregue à Professora. Muito brevemente será contactado para marcar as entrevistas.

Contamos com o seu apoio e motivação e precisamos de SI. Afinal é só um momento de conversa...

✂.....

NOME DO PAI..... CONTACTO.....

NOME DA/O FILHA/O.....TURMA.....

NOME DO AVÔ.....CONTACTO.....

CASO DESEJE PREVIAMENTE MAIS INFORMAÇÕES PODE CONTACTAR-ME PELO TELEFONE 917345222

ANEXO-B

GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS PAIS

O novo papel do pai na educação dos filhos

Pais

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Quantos filhos tem?

Sexo dos filhos?

Idade dos filhos?

Há quantos anos é casado?

Idade?

Profissão?

Habilitações?

Idade da sua mulher?

Profissão da sua mulher?

Habilitações da sua mulher?

Quem vive na sua casa?

O novo papel do pai na educação dos filhos

Pais

2. GUIÃO DA ENTREVISTA

1. “Que palavras lhe parecem descrever melhor um pai?”
2. “Para que serve um pai?”
3. “Que coisas gosta mais de fazer no seu papel de pai?”
4. “O que acha que o seu filho/a sua filha mais gosta de fazer consigo?”
5. “Considera-se um bom pai? Em quê? Porque?”
6. “Acha que o seu próprio pai o considera a si um bom pai?”
7. “Considera que o seu pai foi para si um bom pai?”
8. “Gostaria de mudar alguma coisa na forma como é hoje pai? Se sim, o que mudaria?”
9. “Acha o papel do pai muito importante na educação da criança? Em que aspecto?”
10. “Acha que na relação com a sua mulher as funções de mãe e pai estão bem definidas ou misturam-se? Quem faz o quê?”
11. “Acha que o seu pai foi um pai diferente daquilo que o senhor é hoje ou foi semelhante? Se foi diferente, qual a diferença? A que a atribui?”

ANEXO-C

GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS FILHOS

O novo papel do pai na educação dos filhos

Filhos

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Idade?

Sexo?

Ano de escolaridade?

Número de irmãos?

Idade dos irmãos?

Quem vive na tua casa?

O novo papel do pai na educação dos filhos

Filhos

2. GUIÃO DA ENTREVISTA

1. “O que é um pai?”
2. “Para que serve um pai?”
3. “Como é o teu pai?”
4. “O que gostas mais de fazer com o teu pai?”
5. “O que gostas mais no teu pai?”
6. “Se pudesses fazer uma magia, mudavas alguma coisa no teu pai?”
7. “Achas que o teu pai é muito importante para ti? Porquê?”
8. “Que coisas é que o teu pai faz contigo, e que coisas a tua mãe, o que faz contigo? Fazem as mesmas coisas ou a mãe faz umas e o pai faz outras?”
9. “Quando cresceres queres ter filhos? Porquê?”

ANEXO-D

GUIÃO DAS ENTREVISTAS AOS AVÓS

O novo papel do pai na educação dos filhos

Avós

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Quantos filhos tem?

Sexo dos filhos?

Idade dos filhos?

Há quantos anos é casado?

Idade?

Profissão?

Habilitações?

Idade da sua mulher?

Profissão da sua mulher?

Habilitações da sua mulher?

Quem vive na sua casa?

O novo papel do pai na educação dos filhos

Avós

2. GUIÃO DA ENTREVISTA

1. “Que palavras lhe parecem descrever melhor um pai?”
2. “Para que serve um pai?”
3. “Que coisas gostou mais de fazer no seu papel de pai quando os seus filhos eram pequenos?”
4. “O que acha que os seus filhos apreciam mais em si enquanto pai?”
5. “Considera que foi um bom pai quando os filhos eram pequenos?
Em quê? Porque?”
6. “Actualmente, considera-se um bom pai?”
7. “Acha que os seus filhos o consideram um bom pai? Sempre o terão considerado assim?”
8. “Se pudesse, mudava alguma coisa na forma como é pai?”
9. “Acha o papel do pai muito importante na educação da criança? Em que aspecto?”
10. “Acha que na relação com a sua mulher estavam bem definidas as funções de pai e mãe ou misturavam-se? Quem fazia o quê?”
11. “Acha que o seu filho é um pai diferente daquilo que o senhor foi ou é semelhante? Se é diferente, qual a diferença? A que a atribui?”

ANEXO-E

QUADRO REFERENTE AO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DO

TEMA 1

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	1.1.1.	1.1.2	1.2.	1.3.1	1.3.2.	1.3.3.	1.3.4.	1.3.5.	1.4.1.	1.4.2.	1.4.3.	1.5.1.	1.5.2.	1.5.3.
P1				2	2	1	1	2	4	1	1		3	1
F1					1	4			2					1
A1	1	1	4	2	4		3	2	2	1	3		2	
P2				2	1		2		2	1	2			
F2						3				2	4	2		
A2			3	1	2		1	3	1	1	2			2
P3					2	1		1	3	1	3	3		2
F3						2			3			3		
A3	1		3	1	3	1	2	2	3	2	2	1	1	1
P4				2	1		3		1	1	2	2		
F4	2					2			2	1	1	3	1	
A4	1	1	1		1	1	2	1	1	2	4	1		
P5				4	1	3	2	2	2	1	1	1	1	1
F5				1		1				1	2	1	2	1
A5	2		1	2	2	4	2	1	2	2	2			1
P6					3		3	2	2		5			1
F6	1							1		3	4			1
A6			2	4	1	1	2		5	1	3	2	2	1
P7	2	1		1	1		1		3	1	2	1		
F7	1		2		1				1		1	1	1	
A7			1	2	4	1	3	4	3	1	1			1
P8	1			1	1	1	1	2	2	3	3	1		
F8	1					1			3	4	1	3		
A8	4	1	2	1	2	1	2		1	3	2	1	1	2
P9	1			4	5	3	2	3	4		2	2	1	
F9	1								3	4	3	2	1	
A9	1		2	1	2	2	2	1	3	1	3	1	3	1
P10	1			2		2	1		5	4	3			2
F10						3			3	1	3			1
A10			2	3	3	1	3		2	1	2	1		
P11	1	1		3	4			2	4	2	2			
F11				3		1			3	1	3	1		
A11	1		3	1	2		1	1	3	1				1
P12				1	2	1	2	1	2	2	1	1	1	1
F12					1	1			3			3	3	
A12	3	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2	1	3	

ANEXO-F

QUADRO REFERENTE AO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DO
TEMA 2

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO		2.1.1.	2.1.2.	2.2.1.	2.2.2.	2.2.3.	2.2.4.	2.3.1.	2.3.2.	2.3.3.
P1	1				1		2	2		
F1		1							3	
A1	1		1						1	1
P2				1	1		3		2	
F2								2	1	
A2	1						1			2
P3	1				1		1	1		
F3								3		
A3					1	1	1	1		1
P4			1					1		1
F4			1					1		
A4	1							1	1	2
P5			2		1			1		
F5			1					1	3	1
A5			2	1	1		1			
P6			1	1	1		3	1	1	2
F6	1									3
A6					1		1	1	1	1
P7						1	3	1	1	1
F7								1	1	1
A7					3		2			1
P8	1	4		1	1	2				
F8								2	1	2
A8				1		1	1	1	1	2
P9		1		1	1		2	1		
F9				1	1		1	3	2	1
A9		3					2	1	1	2
P10		1		1				1	1	3
F10		2			1	3	2			
A10							2	2		
P11				1			1	2		1
F11								1	3	2
A11		1				1		1		
P12	1			1		1	1	1	2	2
F12								1	4	2
A12	1						1	1		

ANEXO-G

QUADRO REFERENTE AO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DO

TEMA 3

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	3.1.1	3.1.2	3.1.3	3.1.4	3.2.1	3.2.2	3.3.1	3.3.2	3.3.3	3.3.4	3.3.5	3.3.6	3.4.1	3.4.2	3.4.3
P1	5	2	3												
F1							1			1	1				1
A1															
P2	4		2												
F2							1				1		1	1	1
A2															
P3	5	1	1	1	1										
F3								1	2	1		1		1	
A3															
P4	1	1			3	3									
F4							2	1	1		1	1			
A4															
P5	1	2			5	2									
F5							1	1	1	1		1	1	1	1
A5															
P6	3			1	3										
F6							1	1	1			2			
A6															
P7	1			1	5	2									
F7							1		1			1	3	1	
A7															
P8	2	1		1	1	2									
F8							1		1	1		1		3	
A8															
P9	3	1	3		2										
F9							1	1	3	1	2	1		1	
A9															
P10	3	2		1	3	2									
F10							1	1	1	1		1	2	2	
A10															
P11	2	1		1	3	2									
F11							2	1				2			1
A11															
P12	1	1	1		1	1									
F12							2			1		1			3
A12															

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	3.5.1.	3.5.2	3.5.3.	3.5.4.	3.5.5.	3.5.6.	3.5.7	3.6.1.	3.6.2.	3.6.3.
P1										
F1										
A1	2	2		1	2	1	1	1	2	2
P2										
F2										
A2	4		1	1	1		1		1	
P3										
F3										
A3	5	2	2	1					1	
P4										
F4										
A4	1	1	1	1		1		1	6	1
P5										
F5										
A5	2	3	3	2	2				3	
P6										
F6										
A6	1			3	1			2	1	
P7										
F7										
A7	1	3		1	1	2		1	4	3
P8										
F8										
A8	1	1		1	1			1	2	2
P9										
F9										
A9	2			1	2	1			1	2
P10										
F10										
A10	1	1	1	1	2	1	1	1	4	3
P11										
F11										
A11	2	1	1			1			1	2
P12										
F12										
A12	3	1	3	1	1	1			2	

ANEXO-H

QUADRO REFERENTE AO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DO

TEMA 4

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	4.1.1.	4.1.2.	4.2.1.	4.2.2.	4.2.3.
P1	4	3	1		
F1		2			
A1		3			3
P2	1	2			2
F2		3			2
A2		2			
P3		1			2
F3		2			
A3			1	2	1
P4	2				1
F4	1	1			2
A4	2		1		2
P5	2	2			2
F5		2			
A5	2	1			
P6		3			1
F6	2	1		1	
A6	2	3			
P7	2	2		1	2
F7	1	2			
A7	2	1			2
P8	3	1		2	
F8	1	1		1	
A8		1			1
P9		3			
F9	4				
A9		1		2	
P10	1	2			
F10	1	2			
A10	1				
P11	1	1	1	2	1
F11		3		1	
A11		1			1
P12	2	3			
F12	1	2			
A12	2	1		2	3

ANEXO-I

QUADRO REFERENTE AO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DO

TEMA 5

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	5.1.1	5.1.2	5.1.3	5.2.1	5.2.2	5.2.3
P1	2	2				
F1		3				
A1				2		
P2		5		2		
F2		4				
A2				2		
P3			2	4	2	
F3	2					
A3				3		
P4		3		1	1	1
F4	3	2	1			
A4	2	2				
P5				3	3	
F5				3	2	
A5	1	1		1	1	
P6	2	2				
F6			3			
A6	1			2	3	
P7	2	4	1		1	
F7		3				
A7				2	2	
P8	1	1		2	1	
F8		2	2			
A8				2	2	
P9	3	4		1		
F9	4		2			
A9	1					1
P10	2	3				
F10	1	1	1			
A10				2	2	
P11	4	4				
F11	1		1	2		
A11				3	3	
P12	1			2		
F12	1		1	1	1	2
A12	1	1		1		

ANEXO-J

QUADRO REFERENTE AO NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DO
TEMA 6

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO	6.1.1	6.1.2	6.1.3	6.1.4	6.1.5	6.1.6	6.1.7	6.2.1	6.2.2	6.2.3	6.2.4	6.2.5	6.2.6	6.2.7	6.2.8	6.2.9
P1	1	1	1		2		1		3	2		3	2			1
F1																
A1	1		2		1	1			2	1		1	1			
P2	1				1					2	3	1	1		1	1
F2																
A2	1	1			1	1			1	1			1		1	
P3		1	1			1					2					
F3																
A3	1			1					1	1					2	
P4	1		1	1		1		1		1	1	2		1	1	
F4																
A4	1		1	3							1	1	1		1	
P5	1			1		1		1		2		1	1		1	
F5																
A5		1		1		1			1	1						
P6		1	1							1	1	1				
F6																
A6	1									1	1			1		
P7	2	1	2	1		1			1	1	1	1	2		2	1
F7																
A7			3		1					1			1		1	2
P8	1		1		1							3	1		1	
F8																
A8	1		2		1				1			3	1		1	
P9	1	1		1	1	1	1			1	1	1		1	1	
F9																
A9	1	2	1	1	1	1		1			1	1		1	2	
P10	3	1	2	1		2	2		2	2		3	3			1
F10																
A10	1		3	1	2				1	1		2	1			
P11	1	1	1		1	1	1		1	2		1	1		1	
F11																
A11	2		1	1		1			1	1		3	1		2	1
P12	1	3	1	1		1			1	3			1		1	1
F12																
A12	1		1	1		1		1		1	1	1			2	